



**Universidade Federal Rural de Pernambuco**  
**Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e**  
**Desenvolvimento Local - POSMEX**

**MARIA JOSÉ MONTEIRO FILHA**

**AMA-Gravatá: UMA ESTRATEGIA DE ASSOCIATIVISMO, DE AGROECOLOGIA,  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL  
PERNAMBUCO-(BR)**

**RECIFE**  
**2008**

**MARIA JOSÉ MONTEIRO FILHA**

**AMA-Gravatá: UMA ESTRATEGIA DE ASSOCIATIVISMO, DE AGROECOLOGIA, EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL  
PERNAMBUCO – (BR)**

**Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural  
de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do  
título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento  
Rural, sob a orientação da Professora Doutora Irenilda  
de Souza Lima.**

**RECIFE  
2008**

MARIA JOSÉ MONTEIRO FILHA

**AMA-Gravatá: UMA ESTRATEGIA DE ASSOCIATIVISMO, DE AGROECOLOGIA, EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL  
PERNAMCUCO – (BR)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural de Pernambuco como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Rural, sob a orientação da Professora Doutora Irenilda de Souza Lima

Aprovada em

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Irenilda de Souza Lima

---

Prof.. Dr. Paulo de Jesus

---

Profa. Dra. Eliane Noya

---

Profa. Dra. Betânia Maciel de Araújo

Dedico este estudo ao meu tio e padrinho Severino Belarmino de Moura como símbolo da resistência da Agricultura Familiar e por ter provocado em mim o interesse por este tema.

## **AGRADECIMENTOS**

Durante a minha caminhada de formação profissional e em especial nesse processo para a conquista do mestrado, tenho que agradecer a várias pessoas que estiveram presentes estimulando, apoiando e até criticando. Por isso agradeço sinceramente: À professora Dr<sup>a</sup> Irenilda de Souza Lima, e ao Professor Paulo de Jesus por sua orientação dedicada, amiga, e carinhosa, e pelo aprendizado que desfrutei com o seu convívio; à AMA-Gravatá por sua existência permitindo assim o estímulo à construção deste trabalho, aos agricultores(as) sócios sempre disponíveis e abertos durante as entrevistas e em todos os momentos de nossos contatos, e aos dirigentes, pelo acesso à documentação utilizada; aos professores(as), funcionários(as) e amigos(as) de estudo do POSMEX, pelo convívio; aos amigos de trabalho do ProRural, do IPA-Gravatá na pessoa de Margarida, da Escola Capitão José Primo pela contribuição e estímulo; e a minha família, meu pai e minha *Mainha*, meu companheiro Elivaldo, a minha sogra, aos meus irmãos, cunhadas, sobrinhos(as), tios(as) e primos(as), por estarem ao meu lado neste momento de tanto sacrifício e prazer profissional e pessoal.

## RESUMO

Este trabalho estudou a trajetória da Associação dos Amigos do Meio Ambiente de Gravatá - AMA-Gravatá, Pernambuco, nos objetivos de implantação do Desenvolvimento Local, entre agricultores familiares(as). Para tal objeto escolhemos investigar qual a influência desta associação na mudança de concepção de práticas de preservação ambiental na comunidade de São Severino de Gravatá. Nos objetivos específicos foram comparados os resultados obtidos pelos agricultores e agricultoras com a produção orgânica em relação às práticas convencionais da agricultura. Também analisamos a função da AMA na promoção da educação ambiental e especialmente nas relações com as pessoas que frequentam os espaços de comercialização, nas feiras Ecológica/Agroecológicas. Analisamos ainda a influência da AMA para o Desenvolvimento Local na comunidade focalizada. Metodologicamente esta pesquisa se caracteriza como um estudo de caso. Como instrumentos de pesquisa utilizamos: observação direta, diário de campo, entrevistas e análise documental. Foram entrevistadas dezessete pessoas entre agricultores e agricultoras. Os resultados apontaram que a experiência da associação em estudo é emblemática, no sentido de dar visibilidade a uma experiência bem sucedida. Foi possível comprovar a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase no desenvolvimento endógeno, nos princípios agroecológicos, em toda a cadeia produtiva, inclusive na prática associativista, de processos educativos e do Desenvolvimento Local. Essas idéias estão preceituados inclusive na nova proposta da Política Nacional Assistência Técnica e Extensão Rural do Brasil, o que nos faz concluir que, a partir do que acontece na AMA-Gravatá, é real a possibilidade de uma prática diferente em busca de um novo modelo de desenvolvimento e provavelmente de uma sociedade socialmente justa.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar. Agroecologia. Educação Ambiental. Associativismo. Desenvolvimento Local.

## **ABSTRACT**

This work has made a study on the trajectory of Associação dos Amigos do meio Ambiente do Município de Gravata - AMA -Gravatá Pernambuco, the objectives of deployment of Local Development, among family farmers in the brejo council. For this purpose we chose to investigate the influence of this association in changing design practices of environmental preservation in the community of São Severino also in Gravatá. The specific objectives were compared to results obtained by farmers with organic production in relation to the practices of conventional agriculture. We also analyze the role of AMA promoting environmental education and especially in relations with the people who attend the fairs in the areas of Ecological marketing / Agroecologics. We analyze further the influence of AMA for local development in the community focused. This research is characterized as a case study. As a search tool we used: direct observation, diary, interviews and documentary analysis. Seventeen people were interviewed between farmers. The results showed that the experience of the association under study is emblematic in order to give visibility to a successful experiment where it was possible to prove the promotion of sustainable rural development with emphasis on endogenous development, agroecologics principles throughout the production chain, including the associativist practice of educational processes and local development. These ideas are precepts including the new proposed of the National Policy of Technical Assistance and Rural Extension of Brazil. What makes us conclude that from what happens in the AMA-Gravatá is the real possibility of a different practice in search of a new model of development and probably a just and socially society.

Keywords: Family Agriculture. Agroecology. Environmental Education. Associativism. Local Development.















## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
---------------------------	-----------

<b>2 UNIVERSO PESQUISADO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 O Município de Gravatá e suas peculiaridades .....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 A prática da Agricultura Convencional no Município .....</b>	<b>18</b>
<b>2.3 A Agricultura de Base Ecológica no Município.....</b>	<b>18</b>
<b>2.4 A Organização Social – AMA-Gravatá .....</b>	<b>19</b>
<b>2.4.1 Aspectos dos Produtores Associados da AMA-Gravatá .....</b>	<b>21</b>
<b>2.4.2 Características da Propriedade do Associado .....</b>	<b>21</b>
<b>2.4.2.1 As Áreas de Produção .....</b>	<b>21</b>
<b>2.4.2.2 O Tamanho e Forma de Posse das Áreas de Produção.....</b>	<b>22</b>
<b>2.4.2.3 A área Explorada e a Mão-de-obra Utilizada.....</b>	<b>22</b>
<b>2.4.2.4 A Forma de Produção .....</b>	<b>23</b>
<b>2.4.3 Sistema de Gestão da AMA-Gravatá.....</b>	<b>24</b>
<b>2.4.3.1 A Estrutura Organizacional da AMA-Gravatá.....</b>	<b>24</b>
<b>2.4.3.2 O Processo de Admissão do Associado .....</b>	<b>24</b>
<b>2.4.3.3 O modelo de Assistência Técnica da AMA–Gravatá .....</b>	<b>26</b>
<b>2.4.3.4 O processo de Comercialização .....</b>	<b>27</b>
<b>2.4.3.5 O Transporte da Produção .....</b>	<b>28</b>
<b>2.4.4 Educação Ambiental na AMA-Gravatá .....</b>	<b>29</b>
<b>2.4.5 Atividades Desenvolvidas pela AMA na Área Urbana .....</b>	<b>30</b>
<b>2.4.6 Participação na Organização Social em Defesa do Meio Ambiente no Município e em outras Instâncias.....</b>	<b>30</b>
<b>2.5 QUESTÕES METODÓLOGICAS .....</b>	<b>32</b>
<b>2.5.1 Procedimento Metodológico da Pesquisa .....</b>	<b>32</b>
<b>3 CONSTRUINDO REFERÊNCIAS.....</b>	<b>34</b>
<b>3.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL .....</b>	<b>34</b>
<b>3.1.1 Conceituação e Características .....</b>	<b>34</b>
<b>3.1.2 Conseqüências do Modelo de Exploração da Terra no Brasil .....</b>	<b>36</b>
<b>3.1.3 Política para a Agricultura Familiar .....</b>	<b>38</b>
<b>3.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL .....</b>	<b>40</b>
<b>3.2.1 Desenvolvimento dos Conceitos.....</b>	<b>40</b>
<b>3.2.2 Desenvolvimento Local como Resultado do Processo de Globalização.....</b>	<b>42</b>
<b>3.2.3 Desenvolvimento Local e Capital Social.....</b>	<b>45</b>
<b>3.2.4 Desenvolvimento ou (des)envolvimento: questão da participação.....</b>	<b>46</b>

<b>3.3 ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO POPULAR: PRÁTICAS ESTRATÉGICAS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA .....</b>	<b>48</b>
<b>3.3.1 Pobreza e Exclusão Social.....</b>	<b>48</b>
<b>3.3.2 Associativismo e Cooperativismo: Perspectivas Teóricas .....</b>	<b>49</b>
<b>3.3.3 Economia Solidária .....</b>	<b>51</b>
<b>3.4 EDUCAÇÃO DO CAMPO e EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....</b>	<b>53</b>
<b>3.4.1 Educação do Campo.....</b>	<b>53</b>
<b>3.4.2 Educação Ambiental .....</b>	<b>54</b>
<b>3.4.2.1 Identidade da Educação Ambiental Brasileira.....</b>	<b>54</b>
<b>3.4.2.2 Educação Ambiental Crítica .....</b>	<b>55</b>
<b>3.4.2.3 Ecopedagogia .....</b>	<b>58</b>
<b>3.5 AGROECOLOGIA .....</b>	<b>60</b>
<b>3.5.1 Conceitos e Princípios .....</b>	<b>60</b>
<b>3.5.2 As Tecnologias da Agroecologia.....</b>	<b>61</b>
<b>4 RESULTADO DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA JUNTO AOS PRODUTORES E PRODUTORAS DA AMA-GRAVATÁ .....</b>	<b>64</b>
<b>4.1 A INFLUÊNCIA DA AMA-Gravatá: FALAS, ENCANTOS, ESPERANÇAS – AGROECOLOGIA ACONTECE.....</b>	<b>64</b>
<b>4.1.1 Aspectos Gerais Observados nas Feiras Ecológicas/Agroecológicas.....</b>	<b>64</b>
<b>4.1.1.1 Espaço Agroecológico das Graças.....</b>	<b>65</b>
<b>4.1.1.2 Espaço Agroecológico de Boa Viagem.....</b>	<b>66</b>
<b>4.1.1.3 Espaço Agroecológico de Olinda.....</b>	<b>67</b>
<b>4.1.2 Considerações Gerais sobre as Feiras Agroecológicas.....</b>	<b>67</b>
<b>4.1.3 Análise das Entrevistas .....</b>	<b>68</b>
<b>4.1.3.1 Entre outras mudanças a Melhoria Econômica .....</b>	<b>69</b>
<b>4.1.3.2 Melhoria na Saúde e Prática de Preservação Ambiental.....</b>	<b>72</b>
<b>4.1.3.3 Educação no Convívio Social - Aprendizagem Significativa.....</b>	<b>73</b>
<b>4.1.3.4 Comercialização e Educação Ambiental .....</b>	<b>76</b>
<b>4.1.3.5 Organização social e o Desenvolvimento Local .....</b>	<b>81</b>
<b>4.1.3.6 A relação AMA-Gravatá e o Município .....</b>	<b>87</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>94</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>101</b>



## **1 INTRODUÇÃO**

O presente estudo tem como objeto uma prática da Agroecologia e de Educação Ambiental na perspectiva do Desenvolvimento Local no Município de Gravatá –

Pernambuco – Brasil e mais precisamente tendo como foco de análise a Associação dos Amigos do Meio Ambiente de Gravatá a AMA-Gravatá.

É o caso de uma associação e sobre isso podemos dizer que, analisadas as organizações sociais no meio rural brasileiro, como as associações de produtores, as cooperativas de assentamentos de reforma agrária, na perspectiva do crescimento quantitativo e de volume de comercialização, percebe-se que nos últimos anos elas parecem ter apresentado um grande desempenho. São principalmente as associações de produtores rurais que recebem, em sua maior parte, incentivo e apoio do governo ou de agências e agentes de assistência técnica e de desenvolvimento local. Este crescimento vem ocorrendo por várias motivações, como aquelas relacionadas ao acesso aos programas de benefício às populações do meio rural, que só ocorrem através das organizações sociais (JESUS, 2005, p.15).

Podemos citar o caso das organizações ambientalistas, principalmente as que trabalham com o incentivo às práticas da agricultura orgânica, agrofloresta ou outras, cuja ênfase do trabalho é combater o uso dos agro-químicos e criar canais de comercialização para esta produção. Este trabalho de caráter exploratório sobre a AMA-Gravatá, organização cujas características incluem, além de práticas ambientais na produção, o processo de comercialização na lógica da economia solidária. Poderá, portanto, contribuir tanto para as discussões acadêmicas e de planejamento, quanto para a organização da produção rural. A ênfase ao associativismo nos faz lembrar que, mesmo com os estímulos externos apresentados para o ingresso no associativismo, a tomada de decisão é um momento individualizado denominado de cidadania-ação por Jesus (2005, p.18):

O que chamamos cidadania-ação neste contexto significa a capacidade de participar efetivamente da vida da cidade, construindo ou se apropriando de meios para transformar a sua própria situação social e contribuindo para as mudanças socioeconômicas necessárias ao conjunto da sociedade.

O mérito destes projetos de apoio à agricultura baseada em uma prática de agroecologia e de educação ambiental, pensando o desenvolvimento sustentável, está em confrontar a outra prática convencional e mais efetuada nos campos do Brasil. O modelo convencional de agricultura não tem preocupação com questões ambientais e muito menos com a organização dos agricultores familiares. Esta prática mais comum vem de um modelo de exploração da agricultura importado pelos países norte americanos para o Brasil, difundido depois da II Guerra Mundial, através do sistema de assistência técnica e extensão rural oficial. Esse modelo de exploração agrícola está baseado na dependência da agro-química, empobrecendo os sistemas ecológicos, destruindo a sua biodiversidade e não

estimulando a organização social como prática cidadã. No entanto, para uma avaliação positiva desse modelo agrícola e tecnológico, considera-se apenas a produtividade e o volume de exploração, deixando de lado os impactos físicos, sociais e os custos ambientais gerados. Os agro-químicos são altamente poluentes do solo, das águas, do ar e também fazem muito mal a qualquer pessoa que os manipule e ao consumidor dos alimentos.

Amplia-se a problemática da agricultura convencional com a prática da monocultura e o processo de mecanização provocando a aceleração da degradação dos solos. Esse é um dos resultados do modelo de desenvolvimento que maximiza o capital e não se preocupa com as questões sociais e ambientais, que ainda hoje está sendo reproduzido e estimulado, inclusive em escolas e universidades que fazem à formação profissional para as ciências agrárias (LIMA, 2006).

Com as exigências sócio-ambientais contemporâneas, outras práticas devem ser incentivadas e estimuladas. Essas exigências devem ser cada vez mais incorporadas às novas práticas de produção, especialmente de alimentos na agricultura familiar. A prática da agroecologia contrapõe ao modelo de exploração agrícola convencional segue a lógica de produção de alimentos, procurando modificar minimamente o equilíbrio do meio ambiente. Esse processo vem se expandindo no mundo e no Brasil. Percebe-se que esta é uma preocupação do governo, observando-se o conteúdo do Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (BRASIL, 2004).

Também estas questões têm sido alvo de estudo na academia. Exemplo disso se dá com o Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Professores e alunos ensinam e pesquisam sobre os temas de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Sustentável, mediados por aspectos relacionados com Associativismo/Economia Solidária e com a Educação Agrícola e Sociedade Rural. Dentre eles, há os estudos de: Jesus (2003), Lima (2006, 2007), Callou (2002) e Santos (2006). Ainda fazemos referências às dissertações já concluídas de autores como Moreira (2006), Cosson (2006), Carneiro (2007) entre outros que estudaram várias questões ligadas à extensão rural, agricultura familiar e desenvolvimento sustentável em seus vários aspectos.

Em Pernambuco, a produção agrícola baseada no sistema agroecológico parece ter se desenvolvido na última década. O grande percentual da produção gerada é comercializado diretamente através de feiras livres implantadas por entidades da sociedade civil organizada. O Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá e o SERTA – Serviço de Tecnologia Alternativa, entre outras organizações, vêm apoiando os agricultores familiares a cultivarem e

comercializarem produtos diferenciados, tendo em vista serem mais do que simplesmente produtos agrícolas com cuidados agroecológicos. Eles comunicam uma idéia, uma proposta diferente. Em geral, essas feiras estão localizadas em bairros da capital, na região metropolitana do Recife e na sede dos municípios. Também, é comercializado por entregas domiciliares através de contatos realizados por telefone ou via internet.

No município de Gravatá, em Pernambuco, apesar de sua natural vocação agrícola, tem-se evidenciado o cenário de crescimento da especulação imobiliária, o turismo de eventos e o modelo de exploração da agropecuária convencional. Todos esses fatores locais são valorizados apenas pelos aspectos econômicos. Os três fatores indicados vêm trazendo fortes danos ambientais e sociais ao município. Contrapondo-se a esse modelo de desenvolvimento, foi criada em 1997, uma organização associativa com o objetivo de trabalhar no sentido da defesa das questões do meio ambiente, iniciando seu trabalho com os produtores da agricultura familiar. Trata-se da Associação dos Amigos do Meio Ambiente – AMA-Gravatá. O trabalho desenvolvido pela AMA desperta curiosidade e interesse acadêmico investigativo se observarmos o que dizem vários autores que têm discutido a temática relacionada ao Desenvolvimento Local Sustentável e que falam do desafio em atingí-lo. Quanto ao conceito, tem-se:

O Desenvolvimento Sustentável tem dimensões ambientais, econômicas, políticas e culturais, o que necessariamente traduz várias preocupações: com o presente e o futuro das pessoas; com a produção e o consumo de bens e serviços; com as necessidades básicas de subsistência; com os recursos naturais e o equilíbrio ecossistêmico; com as práticas decisórias e a distribuição do poder e com os valores pessoais e a cultura. (JARA, 1998, p. 35).

Nessa perspectiva definida por Jara, o modelo de desenvolvimento predominante no município de Gravatá, com as práticas convencionais, não pode ser identificado como sustentável. Em contraponto ao que vem ocorrendo, abordado anteriormente, evidencia-se uma experiência diferente da convencional. Ainda em Gravatá, destaca-se especificamente a comunidade de São Severino, como atividade de agricultura familiar com a produção agroecológica. O estilo de fazer agricultura nessa comunidade vem sendo trabalhado de forma sucessiva por diversas ONGs, desde a década de 80, em vários recantos de Pernambuco e do Brasil. A partir de 1997, essa comunidade vem se fortalecendo com a AMA-Gravatá. Esta organização persegue junto aos(as) produtores(as), um estilo de agricultura menos agressiva ao meio ambiente, que promove a inclusão social proporcionando melhores condições econômicas aos agricultores envolvidos.

Sobre a agricultura agroecológica encontramos em Caporal e Costabeber (2004), “representa uma agricultura alternativa de base ecológica”. No entanto, observamos que, o que ocorre nesse grupo extrapola simplesmente o conceito de um processo alternativo de produção e vai mais além: o seu desenho se aproxima de um processo de Desenvolvimento Local como conceituam vários autores, inclusive o que diz Martins (2000). O Desenvolvimento Local é um processo endógeno, de descoberta de potencialidades econômica e social, preservando o meio ambiente de forma sustentável e que implica na organização e mobilização da sociedade local, resultando no fortalecimento da matriz sócio-econômica e cultural.

Também no que é possível perceber, através das observações empíricas e contatos individuais com membros da diretoria da organização e as famílias associadas, nas reuniões, assembléias e nas feiras agroecológicas, vem ocorrendo um crescimento do capital social, provocado pelo trabalho desenvolvido na AMA-Gravatá. Capital Social definido por Bourdieu (1998, p.67) como segue:

Capital Social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligadas à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e de interconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como um conjunto de agentes que, não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos) e unidos por ligações permanentes e úteis.

Para justificar a perspectiva de Capital Social existente nesse caso da comunidade São Severino com a AMA-Gravatá, tomamos primeiramente como base a relação de confiança mútua e autonomia existente no grupo e o envolvimento espontâneo dos produtores na organização associativa. Este processo de relação cotidiana possibilitou a criação de normas e critérios de seleção para entrada e apresentação de um novo sócio e o processo autônomo de articulação para viabilizar as feiras, bem como a articulação entre os produtores e produtoras com outras instituições públicas e não públicas. Com esse movimento autônomo estão conseguindo viabilizar a participação de aproximadamente quarenta produtores (as) da agricultura familiar em sete feiras distribuídas em diversos locais nos municípios de Recife, Gravatá, Caruaru, Olinda e ultimamente em Bezerros.

Na realidade da maioria dos grupos de áreas rurais e urbanas, associações e cooperativas, predomina uma prática política paternalista/clientelística. Essa prática normalmente tem origem na própria formação das associações, impedindo um desenvolvimento sustentável e a auto-gestão. Conseqüentemente os grupos assim

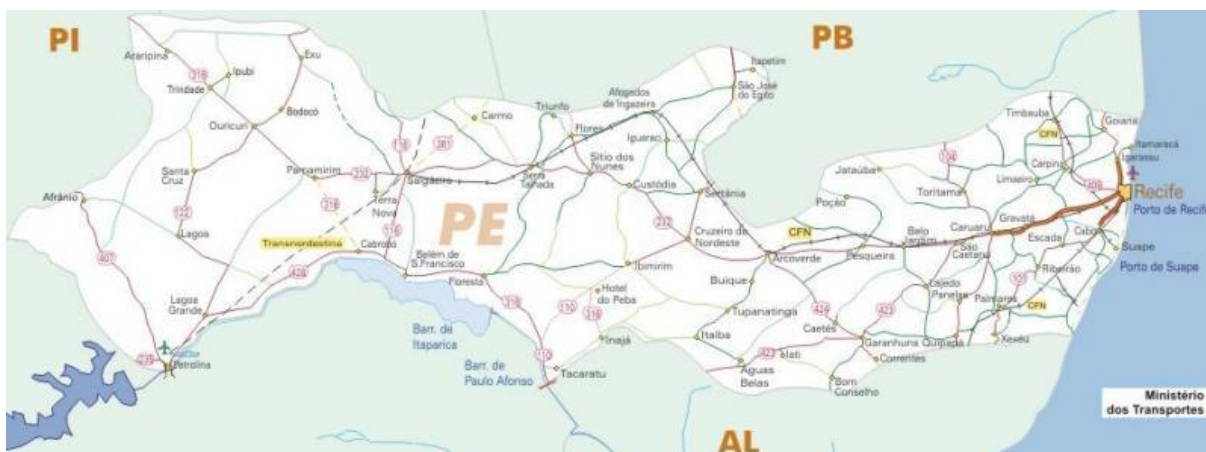
gerenciados se acomodam e/ou não se sentem capazes de provocar e promover as mudanças em sua própria comunidade. Não é assim que ocorre com a AMA-Gravatá em sua ação na comunidade de São Severino. Para verificar se este, no caso dos produtores(as) da agricultura familiar da AMA-Gravatá, é um processo inicial de Desenvolvimento Local como é definido por Martins (2000) torna-se necessário um estudo que promova melhor aprofundamento o que, em termos metodológicos, se considera um estudo de caso. (YIN, 2005).

A presente dissertação está composta pela introdução, por quatro capítulos, dos quais o primeiro caracteriza o universo da pesquisa e os procedimentos metodológicos; o segundo e o terceiro tentam dar conta da revisão da literatura e o quarto e último capítulo traz o resultado da investigação empírica junto a agricultores e agricultoras da AMA-Gravatá. Por fim, tem-se a conclusão e as referências.

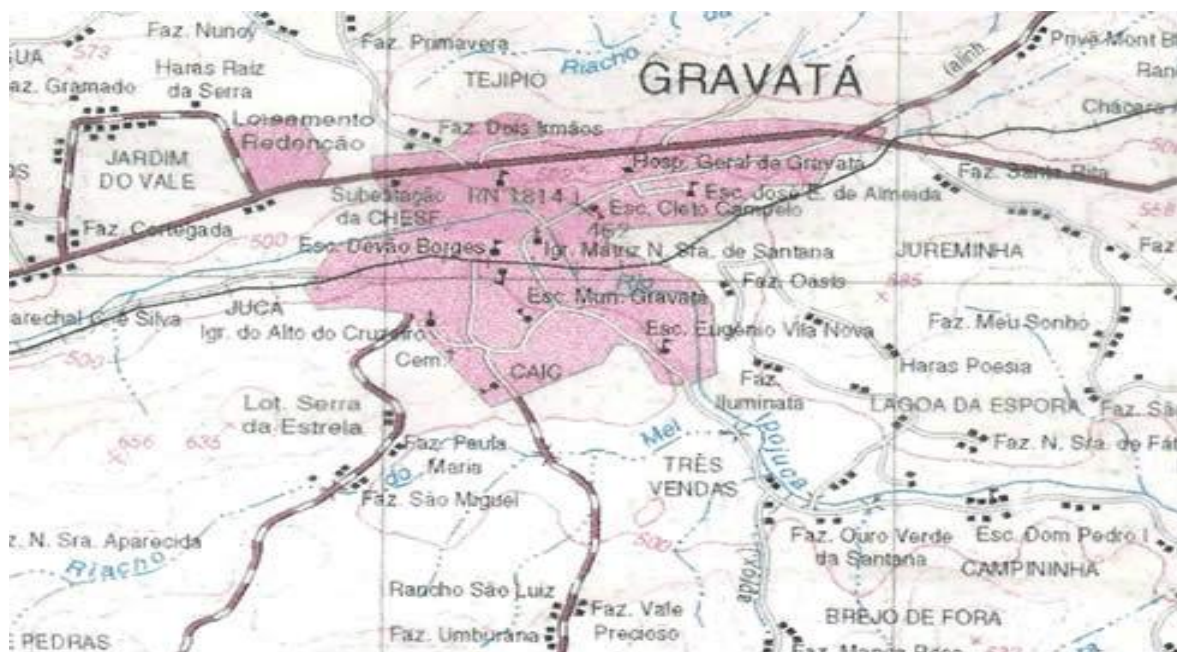
## **2 UNIVERSO PESQUISADO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para uma melhor compreensão do ambiente físico, pessoal e das relações existentes relacionadas ao objeto de estudo, procuramos buscar informações relevantes a respeito do universo a ser pesquisado. O material apresentado neste capítulo é resultado de diversas modalidades de coleta de dados o que caracteriza a profundidade de uma metodologia que se propõe a fazer um estudo de caso.

## 2.1 O Município de Gravatá e suas peculiaridades



FONTE: <http://acertodecontas.blog.br/wp-content/uploads/2008/01/mapa-da-estradas-de-pernambuco.jpg>



FONTE: [www.viagravata.com.br](http://www.viagravata.com.br)

A pesquisa foi desenvolvida no município de Gravatá, cuja área é de 491,5 km<sup>2</sup>, população de 67.273 hab, sendo urbana 55.563 hab, e rural, 11.710 hab. Situado a 85 km da capital do Estado, zona de transição entre a mata e o agreste, faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca. A área a ser estudada situa-se na região “barlavento” da Serra das Russas, onde ocorre a maior umidade atmosférica do município e precipitação pluviométrica média

anual de 810 mm, caracterizando-se como uma região de brejos. O município tem temperatura mínima de 16° e máxima de 27° centígrados; a umidade relativa do ar está entre 55° a 75°; altitude aproximada de 447m (PERNAMBUCO, 2008). A malha fundiária é constituída de minifúndios, consequência da reestruturação resistente desde a década de 70, com a grande especulação imobiliária, existente até os dias de hoje.

As principais atividades econômicas desenvolvidas são: o turismo, pelo clima, o artesanato e a produção agrícola que é bem diversificada. Nas regiões de brejos são produzidas olerícolas, flores temperadas e tropicais. É nesta região onde se localiza o grupo estudado e a prática do cultivo agroecológico, enquanto nas áreas de sequeiro a produção é voltada para as culturas do milho, feijão, mandioca, abacaxi, bovinocultura e caprinovinocultura. Destaca-se no município a criação de eqüinos.

Como consequências deste crescimento econômico surgem problemas como forte processo de “Modernização Agrícola”, uso de produtos químicos, derrubada da vegetação original para expansão da pecuária, entre outros. Este processo atinge bastante o Meio Rural, que também sofre com a indefinição de uma política pública específica para a Agricultura Familiar.

Uma outra característica é a marcante presença de grupos e organizações não governamentais, a exemplo do: SERC (Serviço de Estimulação e Reabilitação da Criança), GAMR (Grupo de Apoio aos Meninos de Rua), ODIP (Obra de Defesa da Infância Pobre), CTC (Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Gravatá), Instituto João Evangelista, Casa da Mulher de Gravatá, STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gravatá, Associação dos Artesãos, e com aproximadamente quarenta associações rurais (PAIVA, 2003).

Com relação à organização da produção agroecológica, objeto deste estudo, destacamos o trabalho do SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa) em parceria com AMA-Gravatá (Associação dos Amigos do Meio Ambiente de Gravatá), fundada em 1997, tendo como objetivo principal desenvolver ações que visam a proteção e recuperação do ecossistema. Esta organização desenvolve várias ações com caráter educativo para preservação ambiental como: a semana do meio ambiente, a criação de escola no meio rural denominada “*Escola Brejo da Floresta*”, abrigando os filhos dos produtores e moradores da comunidade. Para viabilizar a comercialização da produção agroecológica, criou a primeira Feira Ecológica do Estado de Pernambuco, localizada ao lado da igreja matriz, no centro da cidade de Gravatá. Para a ampliação da comercialização e implantação de feiras no Recife, foram feitas várias articulações para a formação de uma rede com organizações de outros municípios que



comungavam da mesma proposta ambiental. Desde 1998, fazem parte desta rede, o Centro Sabiá (Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá), a Agroflor, a Associação Terra Viva com atuação no município de Chã Grande e, posteriormente, a Cooperativa Ecoorgânica que envolve os produtores orgânicos do Vale do Goitá, com sede em Vitória de Santo Antão.

## **2.2 A prática da Agricultura Convencional no Município**

A agricultura convencional vem trazendo sérias conseqüências ao município, como ocorre de maneira geral em outros municípios e países a partir da revolução verde. A prática da agricultura convencional vem aumentando a degradação dos recursos naturais existentes no município, cujos solos encontram-se empobrecidos pela utilização inadequada de adubos químicos e agrotóxicos, tendo a queda da produção e diminuição do volume e a contaminação das águas, como conseqüência nefasta desse modelo. Com a dependência gerada pela agricultura convencional e sem condições de adquirir novos investimentos, os produtores da Agricultura Familiar se vêem obrigados a assumir outras atividades, buscando uma renda extra que garanta sua sobrevivência. As pequenas transações comerciais constituem uma forma de obterem uma renda adicional, como por exemplo, a compra e venda de animais, a instalação de pequenas bodegas ou ainda, a compra de hortaliças, frutas e flores de seus vizinhos para venderem em outras cidades ou na capital do Estado, tornando-se então, pequenos intermediários. Outros vendem a força de trabalho familiar excedente à fazendeiros, donos de chácaras, ou permitem o subemprego dos filhos e esposas, nos centros urbanos da capital do Estado, nos municípios próximos ou mesmo na própria sede do município. Quando não têm alternativas, vendem suas propriedades aos “*doutores da capital*” e migram para as capitais ou para a periferia da cidade de Gravatá. (PAIVA, 2003).

## **2.3 A Agricultura de Base Ecológica no Município**

Paiva (2003) documenta que a prática da *agricultura de base ecológica* no município de Gravatá, se iniciou a partir de diversas experiências em agricultura orgânica desenvolvida por agricultores, cujas áreas de suas propriedades mediam entre 0,5 e 13,0 hectares, e também

praticavam estas experiências, agricultores sem terra que utilizavam áreas em parcerias ou cedidas por outros agricultores. Em meados da década de 80 e início dos anos 90, ocorreram trabalhos conjuntos entre técnicos ligados a ONGs como: o CECAPAS (Centro de Acompanhamento aos Projetos Alternativos), atualmente denominado SERTA, o CTC, a UNO (União Nordestina de Apoio às Pequenas Organizações), o SACTES (Serviço Alemão de Cooperação Técnica Educacional e Social) e técnicos da extensão oficial através da EMATER-PE (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco), com produtores localizados especialmente na região dos brejos do município de Gravatá. Neste período eram bastante utilizados em geral os trabalhos, em regime de “mutirão”, com grupos de oito a dez pequenos agricultores que praticavam a agricultura orgânica, com a orientação de técnicos das ONGs mencionadas, com exceção da UNO que, juntamente com a EMATER, dava suporte ao trabalho de organização desses agricultores habituados a trabalharem individualmente (PAIVA, 2003).

Não obstante, a falta de apoio financeiro às ONGs, gradativamente inviabilizou a continuidade do trabalho junto aos produtores(as). Como resultado desse esforço conjunto, resistiram ainda alguns produtores praticando a agricultura orgânica. Entretanto, a maioria dos agricultores orientada por estas organizações, desenvolvia apenas algumas práticas que não requerem tempo, como por exemplo, o aproveitamento da matéria orgânica gerada na propriedade, anteriormente queimada. Outros continuavam cultivando suas lavouras em curva de nível. Existem ainda algumas experiências pontuais, como a implantação de hortas comunitárias, cultivadas organicamente, em comunidades rurais, assentamentos e em escolas rurais e urbanas. O cultivo de plantas medicinais, também foi incentivado pela EMATER-PE no Centro Social Urbano e no Instituto João Evangelista (Mansão do Silêncio e da Paz, como é mais conhecido). Nesse, chegou a existir um laboratório fitoterápico, onde eram produzidos medicamentos que foram comercializados no próprio Instituto e em algumas farmácias da cidade.(PAIVA, 2003).

## **2.4 A Organização Social – AMA-Gravatá**

Em 1995, alguns profissionais liberais (advogados, agrônomos, servidores públicos) que possuíam propriedades no meio rural e outros moradores da área urbana, sensíveis às questões

ecológicas, preocupados com a degradação do meio ambiente no município, iniciaram uma mobilização na tentativa de realizar um trabalho de educação ambiental, tendo em vista a preservação e recuperação dos recursos naturais prejudicados. Essa mobilização resultou na criação, em janeiro de 1997, da Associação dos Amigos do Meio Ambiente de Gravatá – AMA-Gravatá, com o objetivo geral de “contribuir no desenvolvimento de uma sociedade ecologicamente sustentável, preservando e/ou recuperando o meio ambiente, respeitando no mesmo grau de intensidade o homem e os demais seres da natureza, no município de Gravatá e região” (AMA-Gravatá, 1997).

Parte dos sócios fundadores da AMA-Gravatá são oriundos de outras cidades, tendo adquirido propriedades nos municípios de Gravatá e Chã Grande e nelas iniciaram um esforço de cultivo agroecológico, com o plantio de frutas e hortaliças diversas, folhosas pouco comuns nos bancos de feira desses municípios, como chicória, rúcula, almeirão e outras. Em junho de 1997 essa organização, mesmo com pouco tempo de existência, fundou uma feira ecológica em Gravatá, a primeira feira ecológica do Estado de Pernambuco. Seis membros da Associação comercializavam, semanalmente, frutas e hortaliças livres de agrotóxicos e adubos químicos. A venda rápida dos produtos chamou a atenção de alguns agricultores familiares que já praticavam a agricultura orgânica e de outros, vizinhos dos técnicos, que praticavam agricultura convencional e que foram por eles influenciados.

Articulações com outras ONGs preocupadas com a ecologia, resultaram na criação de outra feira ecológica, esta na cidade do Recife, congregando produtores de Gravatá, Chã Grande, Abreu e Lima, Cabo e Bom Jardim. Com esse trabalho a organização vem adquirindo visibilidade e fazendo parcerias e articulações no município, no estado, no país e até no exterior, com a associação Terra do Futuro, resultando na participação em intercâmbios com a Argentina, Equador, Chile e Suécia. Além da organização de eventos em 2005, no 5º Encontro de Agricultores Orgânicos com a presença de grupos do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia e Alagoas e na participação de vários eventos de capacitação e discussão da problemática ambiental em conselhos, fóruns, seminários e congressos. (AMA-Gravatá, 2008).

Desde 1997 também é promovido anualmente a Semana do Meio Ambiente, com palestras sobre educação ambiental proferida por técnicos ligados às universidades e órgãos públicos; oficinas para fabricação de brinquedos oriundos de sucata; fabricação artesanal de papel; apresentação de filmes e vídeos educativos, plantio de árvores nos distritos e sede do

município, envolvendo alunos de diversas escolas públicas e particulares, entre outras atividades. (AMA-Gravatá, 2008).

#### **2.4.1 Aspectos dos Produtores Associados da AMA-Gravatá**

A AMA-Gravatá tem sido objeto de estudo de outros pesquisadores. A exemplo da informação dos itens 1.4.2 a 1.4.3 abaixo descritos, tivemos como referencia a Dissertação de Mestrado de Elcio Alves de Barros, orientadora Silva Farias, intitulada de Inserção dos Agricultores de Base Familiar no Mercado da Agricultura Orgânica no Caso da Associação dos Amigos do Meio Ambiente de Gravatá – AMA-Gravatá-PE, 2005, UFPE, curso de Gestão de Políticas Ambientais. Pesquisa realizada com trinta e um produtores associados.

O perfil dos produtores (as), de acordo com Barros (2005), e confirmado durante o estudo, revela que o grupo tem as seguintes características: idade média de 41 anos, com mais de 50% do grupo com idade entre 18 a 45 anos. Este dado sinaliza que o jovem se sente atraído pela forma de organização da associação e pelo cultivo agroecológico; quanto ao nível de escolaridade apresentado na pesquisa, demonstra que a instrução formal é muito baixa, onde apenas 10% dos produtores têm o Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto; a fonte de renda de mais de 50% dos produtores associados é apenas da produção agroecológica, apresentando outras fontes de renda como aposentadoria, programas sociais ou trabalhos como diaristas fora da propriedade para os mais recentes associados e ainda os que têm uma pequena produção. Quase noventa 90% declarou renda de um a três salários mínimos.

#### **2.4.2 Características da Propriedade do Associado**

##### **2.4.2.1 As Áreas de Produção**

De acordo com os resultados obtidos por Barros (2005), os trinta e um produtores associados à AMA, estão localizados na região de Brejo do município de Gravatá, a uma

distância média de 13 km da sede do município, nas proximidades do povoado de São Severino de Gravatá. É uma região que nos últimos quarenta anos passou por uma mudança significativa em todos os aspectos devido ao processo de molecularização da atividade rural, processo que aconteceu de modo geral em toda região agreste de Pernambuco, especialmente nas áreas de Brejo, onde substituíram o plantio de café, fruteiras e lavouras de subsistência pelo plantio de capim. Essa situação se agravou com a especulação imobiliária do município. As comunidades de maior concentração de produtores orgânicos são: Sítios São Severino, Brejinho, Caxito, Camocim e os assentamentos Perseverança e Várzea Grande.

Na região de brejo do município de Gravatá, predomina um relevo bastante movimentado. Os agricultores utilizam, principalmente, as encostas e as áreas de várzea para seus plantios. O tipo de solo predominante é o podzólico com boa drenagem e sem pedras ou afloramentos de rochas. A maioria dos plantios está localizada em áreas declivosas. Nas encostas são realizados os plantios de lavouras anuais e nas várzeas (ou baixios) são realizados os plantios de hortaliças. As fruteiras ficam na parte mais elevada do terreno juntamente com espécies remanescentes da mata atlântica.

#### **2.4.2.2 O Tamanho e Forma de Posse das Áreas de Produção**

A pesquisa de Barros (2005) mostra que 51,6% das propriedades dos associados da AMA, têm área menor que dois hectares, correspondendo a uma área muito inferior ao módulo fiscal definido para o município que é de 22,0 hectares, conforme referencial do INCRA. A forma de posse da terra é a seguinte: 32% são proprietários, 6% são agricultores assentados e 26% são posseiros, isto é, os agricultores que têm a posse da terra de fato, mas não legal. O grupo de arrendatários, com 36%, é predominante. As terras são de propriedade da Igreja Católica e os agricultores pagam laudêmio, isto é, uma remuneração anual pelo seu uso.

#### **2.4.2.3 A área Explorada e a Mão-de-obra Utilizada**

A área plantada de 25% dos produtores associados da AMA, é menor que 1 ha. Isto se explica basicamente por três fatores: primeiro, a descapitalização dos agricultores; segundo, pela forma de posse da terra, e terceiro, pelas dificuldades de acesso a tecnologia limpa que permita o plantio de hortaliças na época das chuvas que coincide com as temperaturas mais baixas da região. Este é um fator citado pela maioria dos produtores como limitante à expansão da produção orgânica, sendo a falta de variedades adaptadas à região o principal fator.

Isso leva os agricultores a comercializarem certas espécies frutíferas: manga, caju, jaca, entre outras, em maior número, que na verdade, não foram plantadas visando o mercado. São espécies plantadas originalmente para serem o que chamaríamos de “pomar doméstico”, mas, pela demanda dos consumidores, são comercializados. A maioria dos associados utiliza a mão-de-obra familiar nas atividades desenvolvidas desde o processo produtivo até a comercialização. Apenas 12% dos sócios se diferenciam nesse aspecto pela utilização de trabalhadores permanentes em suas propriedades. Barros (2005).

#### **2.4.2.4 A Forma de Produção**

Entre todas as linhas da agricultura alternativa a AMA reconhece através de sua diretoria, que existem princípios básicos compartilhados pelas diversas terminologias, orgânica, natural, sustentável, ecológica, permacultura agroecológica, mas que implicam em práticas comuns a toda essa diversidade: a busca da preservação ambiental, a não utilização de adubos químicos sintéticos, o não uso de hormônios de crescimento e de agrotóxicos. Conscientes de que existe uma discussão conceitual com diferentes bases filosóficas, a terminologia adotada pela AMA é a “Agricultura Ecológica” por significar fazer agricultura cuidando da casa com toda uma observação do Meio Ambiente, das famílias, da educação, como é a filosofia defendida pela organização.

A diversificação de plantios é considerada uma prática importante tanto do ponto de vista ambiental quanto comercial. Geralmente os agricultores ingressam na AMA relatando suas experiências com hortaliças tradicionais na região (pimentão, tomate, coentro e cebolinha) e plantio de bananeira. A rúcula, brócolis, agrião, acelga, espinafre, almeirão são plantios estranhos para a maioria dos agricultores tradicionais, mas que se adaptaram bem às

condições climáticas locais. Para os sócios fundadores da AMA, a diversificação foi fundamental para a entrada no mercado. Um fator limitante para a ampliação da produção, considerado pelos produtores, é a falta de energia elétrica nas áreas de produção. A opção mais utilizada é o óleo diesel e apenas alguns produtores utilizam a declividade das áreas para aproveitamento das águas na produção e consumo humano. Ainda não são utilizadas outras formas de energias mais limpas, a exemplo da energia solar ou eólica. Barros (2005).

### **2.4.3 Sistema de Gestão da AMA-Gravatá**

#### **2.4.3.1 A Estrutura Organizacional da AMA-Gravatá**

O organograma em vigor aprovado em 2004 é composto por uma Diretoria Executiva, com Presidente e Vice-presidente, um Diretor de Campo, Diretoria Financeira e Vice - Diretoria Financeira, 1º e 2º Secretários, Conselho Fiscal e Conselho de Ecologia e Ética, todos com mandato de dois anos, podendo serem reeleitos. Para regulamentação da produção Agroecológica as normas estão definidas em um Regimento Interno.

#### **2.4.3.2 O Processo de Admissão do Associado**

*[...]Tinha uma pessoa perto da minha casa que era sócio, eu perguntei como poderia participar, ele falou com o presidente, fui visitado pela AMA e fui aprovado em assembléia e até hoje participo. Assoc. I- F.Grá*

Este depoimento obtido por meio de entrevista ilustra bem que atualmente, para ser incorporado como associado(a) na AMA, ou o(a) produtor(a) primeiramente tem que ser convidado(a) por outro(a) associado(a), chamado(a) de “padrinho” ou “madrinha” que referencia a aceitação pelo grupo. A segunda etapa para incorporação, é oficializar a sua inscrição. Após preencher a ficha de associado (a), em que constam os dados pessoais como endereço, o (a) candidato (a) recebe a visita técnica da AMA, através do *Agricultor Difusor* ou de um técnico. A propriedade é avaliada em vários aspectos. Inicialmente faz-se um

histórico da forma de produzir, relatando quais insumos utilizados, a presença de áreas degradadas ou não, a qualidade da água, as condições de produção na vizinhança, a proteção dos recursos hídricos e florestais e a utilização de produtos químicos: tipos e tempo de uso. Esse relatório é apresentado numa assembléia da AMA e então se decide se o (a) produtor (a) tem condições de ser admitido(a) ou não. Num período que varia de seis meses a um ano o (a) interessado(a) tem que participar das reuniões, dos eventos de capacitação, utilizar as técnicas recomendadas, até que seja considerado(a) apto(a) a comercializar sua produção nos espaços da AMA.

*“[...] foi uma luta para entrar, eu passei três meses indo para reunião todo mês e nada...” Associado. XII- Feira das Graças*

Os eventos de capacitação são realizados normalmente na zona rural de Gravatá. Quando esses eventos são de iniciativa de outras organizações, os produtores deslocam-se de sua região. Alguns associados já participaram de eventos de capacitação e troca de experiência com produtores de outros Estados.

A incorporação dos novos associados na AMA cumpre os regulamentos em função da conversão dos plantios da agroquímica para a produção agroecológica, levando em consideração o período de descontaminação do solo.

Os prazos das certificadoras orgânicas variam, especificamente quando se trata de agricultores familiares do semi – árido pernambucano. No caso dos produtores da AMA, essa travessia é mais rápida, pelas próprias características desses agricultores que naquela região, se encontram na faixa limite entre a agricultura de subsistência e a agricultura integrada ao mercado. Esses agricultores não conseguiram, em sua maioria, ser absorvidos pela chamada “revolução verde”. Não só pela pequena escala de produção mas também pela distância dos grandes centros consumidores ou por que, historicamente, sempre foram marginalizados no mercado.

Existe uma relação de confiança entre os associados, trabalhada pela organização como valor pessoal, desde a apresentação como sócio até o momento de produção, comercialização e certificação da produção. Partindo dessa relação, a certificação da produção é solidária. Segundo a direção da AMA a questão da certificação está sendo discutida dentro da entidade, por ser um tema muito atual e, com a expansão da produção



orgânica em Pernambuco que tem sido discutida com maior profundidade pelas entidades, principalmente pelas organizações não governamentais que assessoram agricultores familiares na produção orgânica. Essas entidades através de mecanismos diversos de intercâmbio, como a Rede de Comercialização Agroecológica de Pernambuco – RECAPE estão conhecendo experiências de outras regiões, que criaram processos alternativos de certificação em relação ao processo oficial, por acreditarem que o sistema atual de certificação não atende os agricultores familiares.

#### **2.4.3.3 O Modelo de Assistência Técnica da AMA–Gravatá**

Com as dificuldades provocadas pela crise da extensão rural desde a década de 80, e a desinformação da assistência técnica oficial para orientação aos produtores orgânicos, seguido do modelo da agricultura convencional, a AMA, para suprir suas necessidades, procura criar alternativas para o acompanhamento técnico a seus associados:

1 - Os técnicos fundadores da AMA formavam a própria equipe de assistência técnica da entidade. Todo trabalho era voluntário.

2 - Também foi utilizado o *agricultor difusor*. O surgimento da figura do agricultor difusor resultou do processo de assistência técnica e extensão rural. O agricultor difusor tem a função de acompanhar e fiscalizar a produção dos agricultores e é a garantia de qualidade do processo produtivo. Para a escolha do agricultor difusor alguns critérios são obedecidos: ser escolhido entre os sócios mais antigos da AMA, e ter um desempenho satisfatório na comercialização. É exigida a eleição em assembléia. Entre suas atividades está: visitar no mínimo uma vez por quinzena todas as propriedades e verificar a condução das lavouras. Encontrando irregularidade ele chama a atenção ou faz uma advertência. Mas, se a irregularidade persiste ou se é grave, o problema é levado para a assembléia que decide o tipo de punição a ser aplicada que pode ser até a saída do agricultor (a) da AMA.

3 - Criação de um fundo rotativo, que tem origem na arrecadação pela participação das feiras. Esse recurso destina-se não só ao financiamento da assistência com a contratação de um técnico ou um *agricultor difusor*, como também ao micro financiamento para os próprios produtores e produtoras, gerando uma determinada autonomia e relação de autoconfiança.

Até 2004, a assistência técnica era mantida apenas por recursos próprios. Depois um convênio de cooperação e financiamento foi firmado com a “S.H.A.R.E. GRICULTURE FOUNDATION”, que entidade do Canadá que apóia projetos e ações de associativismo e desenvolvimento local, disponibilizou recursos para esse fim. A partir desse convênio foi contratado um técnico agrícola, cuja formação e orientação foram dadas pelos profissionais da própria AMA e pela parceria existente com o SERTA, em que o técnico participa das atividades de capacitação do Projeto “Desenvolver o Território”, financiado pela Petrobras - Fome Zero e MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário, para formação de jovens filhos(as) de agricultores(as), em Agentes de Desenvolvimento Local – ADL (AMA-Gravatá, 2008).

Através de um planejamento e monitoramento dos trabalhos, a AMA melhorou o serviço de assistência técnica aos agricultores orgânicos chegando a renovar o acordo com a SHARE por mais dois anos. Atualmente a AMA discute a sua assistência técnica.

#### **2.4.3.4 O processo de Comercialização**

Fruto deste processo investigativo, foi possível conferir que a feira livre é a forma predominante de comercialização dos produtos da AMA. A primeira experiência de comercialização foi a instalação de uma feira ecológica em Gravatá. No mesmo ano, 1997, começou a feira agroecológica das Graças no bairro do Recife, junto com outras entidades. Hoje a AMA participa das feiras agroecológicas das Graças, de Boa Viagem, de Olinda de Caruaru e de Bezerros. Existe ainda, um ponto de venda na Rua Gervásio Pires (no bairro da Boa Vista Recife). Todos os agricultores participam das feiras, mesmo que não as freqüente. A barraca é propriedade individual de um produtor, no entanto, ele comercializa produtos de diversos agricultores, sem cobrar qualquer taxa. As despesas de frete e outras são cobradas proporcionalmente à quantidade de produtos de cada um. Mesmo não sendo dono de barraca qualquer produtor pode levar seus produtos à feira e vendê-los diretamente ao consumidor.

A estratégia de comercialização é o agricultor levar sua própria produção e vender direto ao consumidor. Na definição dos preços dos produtos busca-se estabelecer um preço diferenciado, um preço solidário diante da missão que o agricultor da AMA tem em preservar o meio ambiente. E o consumidor entende esse processo. Existe uma tabela de preços definida

e respeitada pelos agricultores. Todo produto tem um preço mínimo e um preço máximo definido consensualmente e de acordo com a qualidade do produto, isto é, pelo aspecto visual. Para alterar algum preço é preciso uma justificativa, sendo aprovado ou não pela assembleia. Então, não há abuso de preços, há uma estabilidade, durante as diversas fases de produção do ano. Tanto na escassez quanto na abundância sazonal o preço praticado é o mesmo. (AMA-Gravatá, 2008).

Toda feira tem uma coordenação eleita pelos próprios agricultores. Periodicamente são realizadas reuniões com os feirantes e a assessoria das associações. Cada agricultor contribui com uma pequena taxa para as despesas de realização da feira. Esse recurso é utilizado para o pagamento das despesas de manutenção como, guarda e conservação das barracas durante a semana, embalagens e outras despesas. No entanto, não há regras rígidas. Toda atividade de produção assessorada pela AMA sempre foi realizada com recursos próprios dos agricultores. Inicialmente, pelo risco maior da agricultura orgânica frente às intempéries climáticas, a orientação era para o agricultor não se endividar, não fazer empréstimos direcionados à produção. Também pelo tipo de financiamento disponível de crédito que, segundo a diretoria da AMA, não atendia às necessidades dos agricultores. Hoje, diante das várias linhas de financiamento voltadas para a pequena produção, inclusive para a agroecologia a questão vem sendo discutida internamente pela associação.

#### **2.4.3.5 O Transporte da Produção**

Os produtores da AMA fretam um ônibus, que faz o percurso levando a produção, saindo do brejo de Gravatá na madrugada, e percorre as três feiras (Boa Viagem, Graças e Olinda), distribuindo os produtores. Na volta faz o mesmo percurso. Os custos do transporte são divididos proporcionalmente pela quantidade de caixas que cada produtor leva no dia, e também é feita uma poupança para o período do inverno, quando existe uma queda na produção, dificultando a manutenção do transporte. Esse mesmo processo se repete no transporte para as feiras que ocorre em outros dias da semana. Apenas alguns produtores levam a sua produção em outro tipo de transporte, próprio ou alugado.

#### 2.4.4 Educação Ambiental na AMA-Gravatá

No início, os sócios fundadores da AMA que haviam instalado suas residências no meio rural, na região do brejo, durante o inverno tinham dificuldade de acesso e, conseqüentemente, dificuldade em colocar seus filhos na escola. Partindo dessa necessidade resolveram fundar a *Escola Brejo da Floresta*, para atender a educação formal com atenção especial, em sua base curricular, à educação ambiental. A escola foi mantida, de 2000 a 2004, com a colaboração financeira de “padrinhos”, alguns associados, pessoas físicas da Suécia, parentes e amigos, em parceria com a Prefeitura Municipal. No mesmo espaço, foram absorvidos os filhos dos produtores ecológicos, chegando a atender 27 alunos, apenas no Ensino Fundamental. Como práticas educativas, eram desenvolvidas atividades de lazer, oficinas de Educação Ambiental e de Práticas Agrícolas ecologicamente corretas.

Essa prática vem afirmar o que é defendido pelo movimento *por uma educação no campo*, que diz:

Construir uma *escola do campo* significa *estudar para viver no campo*. Ou seja, inverter a lógica de que se estuda para sair do campo, e se estuda de um jeito que permite um depoimento como esse: *foi na escola onde pela primeira vez senti vergonha de ser da roça*. Caldart (2004, p.25)

A manutenção da escola foi tornando-se difícil e os professores que eram remunerados pela AMA foram desligados. Assim, iniciou-se a parceria com a Prefeitura para manter os salários dos professores e, com este vínculo, a escola foi obrigada a seguir toda orientação pedagógica do ensino público formal, engessando assim, o trabalho que vinha sendo desenvolvido com a coordenação da AMA e assessorado por uma pedagoga, sócia voluntária. Mesmo com várias tentativas de abrir o currículo para novas temáticas ligadas à realidade do campo, não obtiveram bons resultados nessa articulação. Com esse desestímulo e com a saída de padrinhos que financiavam o projeto, foi decidido, em assembléia, desativar a Escola Brejo da Floresta. (AMA-Gravatá, 2008) O exemplo vivenciado pela AMA serve para a reflexão do que diz Fernandes (2004, p.94) :

A Educação Básica do Campo nasceu para resistir e superar essa concepção. O espaço nacional deve ser compreendido por suas diferencialidades. A visão homogeneizadora só interessa aos que querem o domínio do latifúndio e defendem seus interesses e privilégios.

Com o objetivo de continuar com um trabalho de educação ambiental que possibilitasse uma maior autonomia nas orientações da AMA, foi criado o *Projeto Trilhas Educativas*, financiado também por pessoas físicas da Suécia, e coordenado por uma associada. Essa proposta tem o objetivo de promover a conscientização de crianças e adultos sobre a importância da conservação do Meio Ambiente, evitando a poluição de toda espécie, nas matas, rios, cachoeiras, etc.

#### **2.4.5 Atividades Desenvolvidas pela AMA na Área Urbana**

De acordo com o relato da diretoria e observação das atas e documentos existentes, além da Semana do Meio Ambiente, em 2005, a AMA-Gravatá iniciou o projeto CRESCER - Coleta de Resíduos Sólidos, Comércio e Reciclagem, com o objetivo de preservar o Meio Ambiente, prolongando a vida útil do aterro sanitário, através da coleta seletiva e beneficiamento de resíduos sólidos, buscando o reconhecimento e o respeito à dignidade da condição humana dos catadores (as), responsáveis pela coleta de grande parte dos materiais destinados às indústrias de reciclagem, diminuindo assim, a quantidade de lixo que iria para o Meio Ambiente. Foram cadastradas pela AMA cem famílias de catadores. Supõe-se que a elaboração do Plano Integrado de Resíduos Sólidos de Gravatá tenha resultado das propostas do Projeto CRESCER.

#### **2.4.6 Participação na Organização Social em Defesa do Meio Ambiente no Município e em outras Instâncias**

O corpo da AMA-Gravatá procura participar ativamente das discussões buscando o desenvolvimento sustentável do município em várias instâncias, ou seja, divulga uma idéia e mais do que isso, promove a educação para uma mudança de estilo de agricultura e comportamento em relação ao Meio Ambiente. O processo de educação desenvolvido pela AMA Gravatá faz-nos lembrar as idéias de comunicação pelo diálogo. Para Paulo Freire (1983), a educação é comunicação, é diálogo na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados. Para

LIMA (2007), a partir do pensamento de Freire, não é possível compreender a relação educação e comunicação fora do princípio cognoscitivo e comunicativo. Focaliza ainda a autora que a forma de educação praxiológica é aquela cuja prática alimenta a reflexão e vice-versa. Os processos de comunicação se inserem no agir pedagógico libertador. Aproxima educação e comunicação fazendo reflexões sobre o trabalho dos extensionistas rurais, chamando a atenção do modelo de comunicação subjacente à ação desses profissionais.

A comunicação com os sócios geralmente é feita em reuniões mensais, assembléias ou quando necessário, por telefone, internet, recado ou, pessoalmente, com os sócios próximos, nas feiras ecológicas. Em 2001 foi iniciado o jornal “Folha Verde” que foi interrompido por falta de recursos, havendo a intenção da diretoria e de alguns associados de retomá-lo.

A AMA é um agente de transformação por meio da educação que promove, o que faz lembrar um conceito de Brandão (2001) quando diz que a educação ajuda a pensar tipos de homens. Mais do que isso, ela ajuda a criá-los, através do passar, de uns para outros, o saber que os constitui e legitima. Mais ainda, a educação participa do processo de produção de crenças e idéias, de qualificações e especialidades que envolvem a troca de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades [...] (BRANDÃO, 2001, p.11).

A AMA-Gravatá participou da formação e reconstrução de vários conselhos e outras organizações, tais como: Agenda 21, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Conselho Municipal de Saúde e Conselho da Paz. Mantém convênio e participa de atividades com outras organizações sociais: SERTA, Ecoorgânica, AABB, CTC, GAMR, Projeto O Caminho/Pro-Ludus, Casa da Mulher de Gravatá, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Ipojuca, Comissão Estadual de Produção Orgânica de Pernambuco – CPOrg-PE, Rede Agroecológica de Pernambuco - RECAPE, Fórum Estadual do Lixo e Cidadania - FLIC-PE, Programa Germinar/Instituto EcoSocial, entre outras.

A participação dos membros da associação em outras instâncias nos faz lembrar o que diz Lima (2006), referindo-se à participação em um novo modelo de desenvolvimento e de proposta de extensão rural, que a nova proposta é dialógica, privilegiando a promoção da participação através de metodologias e enfoques coletivos e participativos, na construção do conhecimento onde o público e o campesinato, são valorizados pelo saber que trazem e, que podem construir conjuntamente com o saber técnico, numa abordagem de diálogo de saberes.

O que chama a atenção é que a falta de financiamento com recursos externos não desmobiliza os sócios e não aparentam desânimo. Parece claro que o compromisso maior é com a ecologia, inclusão social e Educação Ambiental, indo além das questões econômicas.

Os sócios fundadores das mais diversas formações profissionais seguem sua militância em prol do desenvolvimento sustentável em outras inserções. Coube aos agricultores e agricultoras a predominância no número de associados ativos com um quadro de pessoas mais identificadas com as práticas agrícolas e que continuam difundindo os ideários da proposta. Este quadro de seres multiplicadores da idéia agroecológica ou do desenvolvimento sustentável, merece ser estudado para que o resultado subsidie as reflexões sobre Educação Ambiental e educação popular, lembrando o que diz Brandão (2001) que a educação ocorre em vários mundos [...] e nos diversos mundos sociais. Educação esta que faz com que o consumo seja muito mais do que a aquisição de produtos “limpos” ou meramente uma relação mercadológica para a troca de saberes e mudança conceitual, para a uma idéia maior e mais profunda.

Essa mudança conceitual ocorre com a influência dos agricultores e agricultoras da AMA-Gravatá nas suas relações com seus fregueses na Feira Ecológica que ocorre nos centros urbanos. A importância da comercialização nos espaços organizados por eles mesmos se diferencia do escoamento da produção para os centros de abastecimentos, supermercados, ou grandes lojas especializadas. Ambientes estes, onde a relação é anônima e impessoal, apenas relação econômica.

Do mesmo jeito as escolas utilizam os espaços e os saberes dos produtores da AMA-Gravatá como fonte de conhecimento para os alunos que fazem pesquisa nas feiras. É evidente que os(as) produtores(as) desta associação têm atendido aos requisitos de agentes de desenvolvimento local quando, inclusive, demonstram seu empoderamento ao influenciar diversas ações no âmbito pessoal e coletivo.

## **2.5 QUESTÕES METODOLÓGICAS**

### **2.5.1 Procedimento Metodológico da Pesquisa**

Nesta pesquisa, tendo a AMA-Gravatá como objeto de estudo, procuramos responder à pergunta orientadora da pesquisa, assim intitulada: **como os associados da AMA-Gravatá influenciam na mudança de concepção de práticas de preservação ambiental e idéias agroecológicas?**

Tendo como objetivo estudar a trajetória da AMA-Gravatá, na perspectiva de implantação do Desenvolvimento Local, entre produtores(as) familiares na região do brejo no município de Gravatá – PE estabeleceu-se como objetivos específicos:

- a) comparar os resultados obtidos pelos agricultores e agricultoras com a produção orgânica em relação às práticas da agricultura convencional;
- b) analisar a influência da AMA para a Educação Ambiental no município e especialmente nas relações com as pessoas que freqüentam os espaços de comercialização nas feiras Ecológicas/Agroecológicas;
- c) analisar a influência da AMA para alguns elementos estruturantes do Desenvolvimento Local na comunidade de São Severino de Gravatá.

A metodologia de pesquisa seguida foi a de estudo de caso, definido, segundo (YIN, 2005, p.20) como: “Uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real”.

No percurso metodológico foram utilizadas técnicas combinadas de dados, inicialmente, um levantamento bibliográfico sobre os temas referenciais: Agricultura Familiar, Produção Agroecológica, Educação Ambiental, Desenvolvimento Local, Associativismo, Capital Social e Economia Solidária. O estudo de caso foi realizado através de técnicas etnográficas, depoimentos, diário de campo, análise documental, história de vida, observação direta na comunidade e nas reuniões da associação e da diretoria, em visitas às propriedades e às feiras, e entrevistas informais com membros da associação e consumidores. Foram analisados documentos da associação como: estatuto, regimento interno, atas de reuniões, projetos e relatórios de oficinas e de participação de cursos, bem como de pesquisas já realizadas.

Foram analisadas as respostas de dezessete associados da AMA-Gravatá, entrevistados no momento da comercialização, que acontece aos sábados no ambiente das quatro feiras ecológicas/agroecológicas de maior expressão para o grupo, tanto no aspecto de número de produtores envolvidos, como no volume de comercialização e tempo de existência das feiras. A aplicação das entrevistas nas feiras foi distribuída da seguinte forma: Gravatá com cinco entrevistas, Recife, nos bairros das Graças e de Boa Viagem e em Olinda, todos com quatro



entrevistas. Esse trabalho foi realizado no período do mês de dezembro de 2007 a janeiro de 2008.

A justificativa para a investigação desse objeto de pesquisa, é de fazer reflexões e análises sobre as contribuições nas dimensões econômicas, ambientais, sociais, culturais e políticas, a partir do trabalho desenvolvido pelos produtores(as) da Agricultura Familiar, associados à AMA-Gravatá, e o que tem refletido no Desenvolvimento Local Sustentável da comunidade de São Severino e na região. Após várias observações e contatos no município, observamos que esse modelo não é hegemônico numa região onde predomina o desenvolvimento com ênfase no econômico. Os resultados desse estudo poderão trazer contribuições e subsídios para a academia, podendo ser útil na adoção de políticas públicas para a Agricultura Familiar e para o pensamento da viabilidade de outras práticas menos danosas e que promovam o equilíbrio do ecossistema e um tipo de sociedade mais justa.

### **3 CONSTRUINDO REFERÊNCIAS**

#### **3.1 AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL**

##### **3.1.1 Conceituação e Características**

A agricultura familiar no Brasil pode ter seu marco no período colonial, onde as atividades produtivas visavam predominantemente a exploração de produtos altamente valorizados no mercado externo.

Para a organização das grandes propriedades, os proprietários contavam com a apropriação de terras e as contínuas importações de mão-de-obra escrava, constituindo um negócio mais lucrativo do que as próprias atividades agrícolas. A associação desses fatores trouxe como consequência a constituição de um padrão de crescimento baseado muito mais na incorporação de novas terras ao processo produtivo, do que em ganhos de produtividade. O monopólio da terra gerou um sistema de organização fundiária dominado pelo binômio latifundiário/minifúndio, gerando obstáculo à inovações tecnológicas e inúmeras dificuldades para a formação de uma economia agrícola capaz de atender, de forma adequada, às demandas existentes. O quadro atual da agricultura familiar reflete as particularidades dos processos sociais da história da agricultura brasileira como: a dominação social, econômica e

política das grandes propriedades; as marcas de modo de produção escravista; a herança de uma colonização que perdurou após a independência e a ocupação especulativa da terra. Martins (2000)

O conceito de Agricultura Familiar é recente. Até pouco tempo, falava-se em pequeno produtor e agricultura de sub-existência para designar o agricultor familiar. Existem na literatura brasileira diferentes definições e caracterizações a respeito do que vem a ser agricultura familiar.

Segundo Wanderley (2001) na atividade de Agricultura Familiar a família é dona da unidade produtiva e dos meios de produção existente, e responsável pelo trabalho desenvolvido nela. Portanto a autora que considera a característica familiar é uma questão “superficial e descritiva”, tendo em vista que a organização produtiva ”família-produção-trabalho” provoca interferências sobre as maneiras como a agricultura familiar atua ”economicamente e socialmente”.

Partindo desse contexto e das informações sobre os produtores associados à AMA-Gravatá, compreendemos que podem ser classificados/as como agricultores familiares.

Para a Agricultura Familiar o acesso à chamada “modernização da agricultura” (com base na Revolução Verde) o tornou dependente de uma base tecnológica, sem autonomia para produção e para o auto-consumo, pois além de tornar-se dependente do modelo, tornou-se um consumidor de alimentos que antes produzia na sua propriedade, reduzindo o padrão de vida com a descapitalização.

O setor de trabalho familiar formou-se a partir do processo de mudanças das relações de trabalho criadas entre o grande proprietário de terras e o trabalhador assalariado. Estes últimos perderam acesso às terras que utilizavam para suas lavouras de cereais, que os auxiliavam na subsistência, como complemento de renda. As restrições às áreas de lavouras e o processo migratório para as periferias das cidades levaram esse setor de trabalho familiar a estabelecer relações de compra de alimentos em feiras livres. A expulsão do *morador* dos engenhos e fazendas, além de criar a figura do assalariado rural residente nas periferias urbanas, implicou no fortalecimento de pequenos proprietários, com base na produção familiar, pois estes passaram a produzir para um novo mercado: os consumidores assalariados urbanos. O *modo de produção* está caracterizado seja pela família (a força produtiva), seja pela propriedade da terra.

No início da década de 90, Veiga (1991) identificou que a caracterização baseada no tamanho da propriedade (grande em contraposição à pequena) era muito e não explicitava a

complexa situação sócio-econômica da agricultura brasileira. Veiga (1995), propôs a adoção de agricultura *patronal* e *familiar*, onde o fator de diferenciação seria a renda média bruta do estabelecimento, medida pela diferença entre receitas e despesas provenientes da atividade agropecuária

Segundo Veiga (1995), o modelo *patronal* é caracterizado como aquele setor que se adaptou ao padrão tecnológico QMG (Químico, Mecânico e Genético). Esse padrão diminuiu o tempo dos ciclos das lavouras, do plantio (com sementes melhoradas geneticamente, preparação do solo e adubação química) até a colheita (processos de irrigação, herbicidas químicos), houve uma redução do tempo, possibilitando desenvolver atividades de até duas culturas diferentes em uma mesma área e na mesma safra agrícola. Esse processo possibilitou ao capital superar os limites temporais da agricultura, aumentando as margens de lucro, o que acentuou o vínculo do setor agrícola com os setores industriais e comerciais. A forma de gerenciamento foi uma adaptação do modelo urbano - *fordista* (separação da gestão e trabalho, organização da produção centralizada, especializações, ações padronizadas, etc) no meio rural. Veiga (1995).

A Agricultura Familiar Brasileira é identificada com três características segundo a ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO, (1996) citada por Caporal e Costabeber (2003, p.157):

- a) A gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são executados por indivíduos que mantêm entre si laços de parentesco ou de matrimônio; b) a maior parte do trabalho é igualmente proporcionada pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre a terra) pertence a família e é em seu interior que se efetua sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Seguindo estas características citadas a Agricultura Familiar é unidade produtora e também consumidora e de reprodução. Portanto segue uma lógica diferente da lógica da agricultura capitalista.

### 3.1.2 Conseqüências do Modelo de Exploração da Terra no Brasil

A concentração de terra no Brasil é um dos principais motivos da desigualdade social existente. Apresentando 0,6% de concentração de distribuição de renda, e 0,8% para concentração de terra, atingindo os limites de concentração de acordo com o índice de Gini,

onde zero indica igualdade absoluta e (um), concentração absoluta. Tal situação vem impossibilitando a implantação de um modelo de desenvolvimento que venha a combinar geração de riqueza, crescimento econômico social, justiça social e cidadania (BRASIL, 2004). O Incra apresenta informações onde no estrato de área até 10ha temos 31,6% dos imóveis, correspondendo a apenas 1,8% da área total. Os imóveis com área superior a 2.000 ha correspondem a apenas 0,8% do número total de imóveis, mas ocupam 31,6% da área total. Esta concentração de terra está vinculada conseqüentemente à concentração de renda. O Censo Demográfico evidenciou que cinco milhões de famílias rurais vivem com menos de dois salários mínimos mensais, provocando no meio rural, os maiores índices de mortalidade infantil, de incidência de endemias, de insalubridade e de analfabetismo. (IBGE, 1985).

O acesso à terra é insuficiente e políticas agrícolas são inadequadas, provocando a incapacidade de produção do meio rural que atenda às necessidades próprias e de suas famílias. A situação de pobreza rural se agravou nas décadas de 70 a 80 em conseqüência da *modernização da agricultura*. Os investimentos do governo eram absorvidos pelos grandes proprietários ou eram desviados pelos políticos. Portanto, a falta de apoio à agricultura familiar levou diversas famílias rurais a buscarem nas cidades, alternativas de sobrevivência, tendo como conseqüência o desemprego, pela não absorção da mão de obra rural nas metrópoles, a expansão da fronteira agrícola e a estagnação econômica gerando o conflito da terra (BRASIL, 2004).

Para a agricultura familiar certo período de nossa história, na segunda metade do século XX, vista como incapaz de produzir excedente, restaram apenas políticas sociais compensatórias. Quebrando esse mito, o desempenho econômico da agricultura familiar, mostra que é um setor produtor e empregador<sup>1</sup> que responde rapidamente às políticas públicas de fomento e garantia da produção. A agricultura familiar corresponde a 84% do total dos estabelecimentos rurais, ocupa 77% da mão-de-obra no campo e é responsável, por cerca de 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária, 30% da produção dos principais alimentos que compõem a dieta da população (mandioca, feijão, leite, milho, aves e ovos). Durante a década de 90, a agricultura familiar teve aumento de produtividade maior que a patronal. Esse desempenho ocorreu sem que os agricultores familiares tivessem acesso ao crédito proporcional à sua participação na produção. Respondendo por 37,8% da produção, utilizando apenas 25,3% do crédito, enquanto a agricultura patronal, com 61% da produção, consome 73,8% do crédito (BRASIL, 2004).

Segundo o Censo Agropecuário 95/96, a Agricultura Familiar gera, em média, uma ocupação a cada oito hectares, enquanto a patronal em 67,0 ha gera apenas uma única ocupação. A teoria que defende a economia de escala na agricultura, já questionada pela capacidade de geração de trabalho e eficiência produtiva da Agricultura Familiar. Em países periféricos a elevação da renda da população rural, gera a distribuição de renda e fortalece o mercado interno. Pela característica multifuncional e de pluriatividade, a Agricultura Familiar provoca diferentes atividades econômicas e uma ocupação territorial mais equilibrada, promovendo o Desenvolvimento Territorial mais Sustentável (BRASIL, 2004).

A agricultura em Pernambuco, desde o período colonial, devido à exploração da cana-de-açúcar, sempre teve uma forte participação na economia do Estado. A agricultura familiar em Pernambuco, a exemplo do restante do país, sempre esteve marginalizada dos centros de poder, cabendo à mesma as áreas menos férteis, distantes dos mercados e mais sujeitas as adversidades climáticas. Baseado em estudo da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (1996) e nos dados do censo agropecuário do IBGE (1995,1996), pode-se afirmar que os estabelecimentos da agricultura familiar são predominantes no Estado. Enquanto o segmento patronal se concentra em poucos estabelecimentos de grande porte a Agricultura Familiar apresenta um número elevado de estabelecimentos, mostrando a elevada concentração de terras no Estado. Outros dados dão margem a inferir que, ainda em relação a Pernambuco a Agricultura Familiar apresenta pouco uso de tecnologia moderna: 46,4% deles utilizam apenas força manual e 53,6% faz uso de força animal e mecânica. Quanto ao uso de energia elétrica, apenas 35,4% dos agricultores familiares a utilizam. Quando se avalia o apoio de assistência técnica e participação em associação/cooperativa, esses números são ainda menores: 3,4% e 2,3% respectivamente. Quanto a adubos e corretivos são utilizados por apenas 23,9% dos agricultores familiares.

### **3.1.3 Política para a Agricultura Familiar**

A implementação de políticas em favor da Agricultura Familiar se justifica pelo peso que tem este setor no meio rural onde envolve uma população responsável por grande parte da produção de alimentos do país. Além disso, cria trabalho local, diversifica os sistemas de

produção, possibilita quase sempre uma atividade econômica menos agressiva ao meio ambiente e contribui para o desenvolvimento dos municípios de pequeno e médio porte.

Como se sabe, esforços para fortalecer a Agricultura Familiar estão direcionados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil com o objetivo de atuarem em função de demandas estabelecidas pelos agricultores familiares e suas organizações para estabelecer compromissos negociáveis como forma de obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados; viabilizar a produção, a industrialização e a comercialização de produtos gerados ao crédito, pesquisas, novas tecnologias, assistência técnica e extensão rural, profissionalização, dentre outros fatores; criar sistemas de produção específicos para Agricultura Familiar, adequado(s) às novas exigências de qualidade e meio ambiente; possibilitar a implantação, ampliação, modernização e racionalização da infra-estrutura produtiva e social no meio rural; agilizar os processos de trabalho, para que os benefícios do programa sejam rapidamente apropriados pelos agricultores familiares e suas organizações; buscar participação em colegiados, assegurando-lhes o protagonismo nas iniciativas do programa; promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas; estimular e potencializar experiências de desenvolvimento nas áreas de educação, formação, pesquisas, produção, entre outros, que estão sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações; garantir aos agricultores familiares a conquista da cidadania. (BRASIL, 2004).

A intervenção e o incentivo na Agricultura Familiar se dão pela nova leitura da importância e do dinamismo da agricultura familiar para a economia nacional. No Brasil, o PIB das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar alcançou 10,06% do PIB nacional, crescendo 9,37% a mais que no ano anterior, representando um crescimento superior ao crescimento do PIB nacional. Nesse mesmo ano, a Agricultura Patronal alcançou 20,51% do PIB brasileiro com um crescimento anual de 5,13%. Existem quatro milhões de pequenos agricultores em 84% dos estabelecimentos rurais, produzindo a maior parte da comida que chega à mesa dos brasileiros. Na Agricultura Familiar corremos o risco do crescimento da pobreza; marginalização em mercados tradicionais; êxodo rural principalmente dos jovens; aceleração da degradação ambiental, entre outros, Brasil (2004.),.

Em Pernambuco vem se desenvolvendo várias experiências objetivando o fortalecimento da Agricultura Familiar, promovidas pelas organizações da sociedade civil, como por exemplo, o trabalho do SERTA (Serviço de Tecnologias Alternativas) , iniciado na região de Pesqueira e Gravatá e atualmente na região da Bacia do Goitá, com a metodologia Peads –

Proposta Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável. Esta metodologia visa a capacitação, mobilização e organização de jovens, artistas, agricultores, educadores, gestores e conselheiros municipais comprometidos com práticas sociais, produtivas e políticas que gerem o desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, procura difundir uma visão ampliada da relação campo cidade em que o ambiente urbano se completa com o ambiente rural e vice-versa, sem perder as suas especificidades. Para o SERTA, a Agricultura Familiar se dá em um contexto de relações econômicas e sociais complexas que transcendem as atividades agropecuárias propriamente ditas. Visão esta já defendida por Veiga,(1995) que observa o mundo rural maior do que se admite, e ressalta sua vitalidade que as estatísticas oficiais não conseguem revelar. “O mundo do campo inclui, por princípio, as sedes dos pequenos municípios, povoados e vilas que, independentemente do número de habitantes e do grau de complexidade de sua vida social, vêm sendo considerados espaços urbanos”. Para Wanderley (2006), a sociedade rural não se limita ao pequeno espaço propriamente rural, mas inclui as pequenas cidades que servem de apoio político-institucional, e ou complemento de vida dessa população (BATISTA, F.; BATISTA, N., 2003).

A experiência vivenciada pelo SERTA e a AMA-Gravatá tem mostrado como uma comprovação da viabilidade dos processos de capacitação na Agricultura Familiar, contribuição para o Desenvolvimento Local, de acordo ao que nos remete as orientações de Jara (1998, p.70) quando diz:

Temos que construir outro modelo de desenvolvimento para tirar a agricultura familiar da penúria em que se encontra. Só temos uma alternativa: romper com os relacionamentos excludentes, mudar a cultura política, modernizar as instituições, construir modelos decisórios locais participativos e promover um clima de aprendizagem contínua e de informação entre as organizações.

No sentido do que vem sendo discutido por Carlos Jara (1998) e vários outros autores sobre a importância de se desenvolver processos que permita(m) um apoio à agricultura familiar, denominado de Desenvolvimento Local.

## **3.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL**

### **3.2.1 Desenvolvimento dos Conceitos**

O conceito de Desenvolvimento Local foi introduzido recentemente nas agendas dos programas e projetos governamentais. O que tínhamos como foco de trabalho era apenas o conceito de Desenvolvimento vinculado ao crescimento econômico. Segundo o que fala Martins (2000), no planejamento para o desenvolvimento, o homem deve ser o sujeito e não o beneficiário, isto é, as pessoas devem participar ativamente. O Desenvolvimento Local é mais que um conceito, e tem dificuldade de entendimento conceitual, devido à concepção e posturas não conciliáveis e até opostas ao estabelecimento de uma nova cultura de desenvolvimento. A visão humanista e ecológica, pressuposto para o Desenvolvimento Local, exige uma revisão nas convicções e crenças teóricas.

Martins (2000) chama a atenção para a análise dos aspectos conceituais e metodológicos do Desenvolvimento Local que, para compreender, requer uma visão de mundo bem distinta da convencional, que está centrada no racionalismo objetivista e cartesiano e em valores materialistas e adeptos do consumismo. As estratégias de desenvolvimento vinculadas apenas aos ganhos e acúmulos econômicos estão esgotadas e a proposta do Desenvolvimento Local prevê iniciativas compartilhadas e um empreendedorismo comunitário. O Desenvolvimento tem como desafio elevar a qualidade de vida da comunidade. Para entender essa proposta é necessário entender conceitos básicos que estão ligados à própria dinâmica da vida e o que está em seu entorno.

Já Caporal e Costeheber (2004, p.80) citando Sevilla Guzmán et.al

O desenvolvimento, em sua formulação mais ampla, significaria a realização de potencialidades socioculturais e econômicas de uma sociedade em perfeita sintonia com o seu entorno ambiental. Sua conceituação pioneira provavelmente se deve a Caspar Friedrich Wolff, quando no século XVIII, se referia ao desenvolvimento embrionário como o crescimento alométrico (variação das relações entre as partes) em direção a forma apropriada do ser (Sevilla Guzmán et. al., 1999).

Desde a década de 70 demonstra-se que as estratégias convencionais de desenvolvimento não conseguiram modificar a realidade. Surge, pois, a necessidade de se pensar em outras formas de desenvolvimento.

Dentro deste novo pensamento, Santos (2003, p.11) diz que “o Desenvolvimento Local é um conceito que vem ganhando importância a partir do final da década de 80 e pode, conforme a autora, citando Araújo, Santos e Callou, ser [...] entendido como o”processo de construção de oportunidades e de melhores condições de vida para população local, mobilizando capacidades e energias endógenas”.



Para Jesus (2003, p.72), o Desenvolvimento Local é um esforço localizado e de parcerias, isto é, dele participam lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e dos efetivos recursos locais.

Dessa forma, pode-se considerar que o Desenvolvimento Local é um processo que resulta de ações promotoras da integração das dimensões sociais, nem sempre harmoniosas, e ambientais em busca da equidade com as gerações atuais e de solidariedade para com as futuras. Apóia-se em parâmetros bem definidos de mudança sócio-econômica e institucional; atende a necessidades essenciais da população e pode promover inclusão social e econômica. Como processo, o desenvolvimento local se contrapõe à prática do imediatismo, do não conflito e depende da capacidade de mobilização dos atores sociais.

### **3.2.2 Desenvolvimento Local como Resultado do Processo de Globalização**

O consenso econômico neoliberal propõe restrições à regulação estatal da economia, direitos de propriedades internacionais, e sujeição dos Estados nacionais as agências multilaterais como o Banco Mundial, FMI e à Organização Mundial do Comércio. Tais imposições neoliberais são estritamente seguidas pelos países periféricos e semi periféricos.

Neste contexto, Santos (2006), coloca que as políticas de “ajustamento estrutural” e de “estabilização macroeconômica”, que estão relacionadas à retração do Estado, propõem privatizações, desregulamentação do mercado de trabalho e “flexibilização” das relações salariais, liberação do mercado, reformas educacionais voltadas à formação profissional, entre outras, e exigem:

[...] mudanças legais e institucionais massivas. Dado que estas mudanças têm lugar no fim de um período mais ou menos longos de intervenção estatal na vida econômica e social (não obstante as diferenças consideráveis no interior do sistema mundial), o retraimento do Estado não pode ser obtido senão através da forte intervenção estatal. O Estado tem de intervir para deixar de intervir, ou seja, tem de regular a sua própria desregulação. Santos (2005, 38).

Com esse modelo de regulação social e econômico, segundo Santos (2006), o Estado tem apenas tarefas de “coordenação enquanto *primus inter pares*”, e está centrado em estabelecer parcerias e outras formas de associação entre organizações governamentais, não governamentais e paragovernamentais. Essa diminuição do Estado, que lhe atribui um novo

papel e faz surgir outras instituições, permite que se implementem processos de descentralização e surgimento de intervenção local por meio da mobilização da sociedade para o desenvolvimento local.

A partir da construção do pensamento liberal, a aplicação do conceito de desenvolvimento passou a propor uma idéia de crescimento econômico, seguindo como referência definidora do desenvolvimento os exemplos de vida e de consumo obtidos pelas nações ocidentais industrializadas. Esse norteamento sócio-econômico induzido e proposto pelos mercados hegemônicos são apresentados, via organismos internacionais, como pressupostos para o desenvolvimento sustentável local às economias periféricas e encontram no próprio modelo as contradições para a sua consolidação. Afinal,

[...]a globalização aponta para o local não apenas por motivo econômicos *stricto sensu*, pela acentuação da importância atribuída agora à diferenciação entre as localidades, como mercados e como âmbitos produtivos capazes de se articularem em rede. Em termos culturais, por exemplo, ela tem desencadeado o aumento da diferenciação e da complexidade, em vez, como se poderia supor à primeira vista, de reforçar somente a homogeneidade ou a uniformidade (FRANCO; 2000, p. 16).

Essas contradições percebidas no modelo neoliberal do processo de globalização acabaram tornando-se terreno fértil para o surgimento de propostas alternativas de desenvolvimento local. Tais concepções foram desenvolvidas a partir de várias experiências que vão desde as comunidades alternativas, estendendo-se pelo movimento socioambiental até a ação cidadã, em que todas elas questionam um ponto comum, qual seja os efeitos nefastos do estilo de desenvolvimento vigente.

Franco (2000) considera que talvez a contribuição mais significativa para se formarem essas novas concepções de desenvolvimento que questionavam os padrões insustentáveis de produção e consumo, está no campo de ação da área ambiental, incorporando o conceito de sustentabilidade nas reflexões sobre o desenvolvimento. A outra vertente, que contribuiu para essas novas visões de Desenvolvimento Local, segundo Franco, é a que trabalha no enfrentamento da exclusão social, inserindo a idéia de cidadania, ou seja, “[...] criando espaços ético- políticos alternativos de desenvolvimento local, compatíveis com a escala humana, das pessoas, isto é, capazes de possibilitar a efetivação daqueles laços de solidariedade que podem promover as suas vidas.”(FRANCO, 2000, p. 20).

Para o autor, ressalta Franco (2000, p.23) “ainda que, para a concepção do Desenvolvimento Local na visão da “vertente sustentabilista”, que pondera sobre os limites socioambientais dos modelos atuais de produção e consumo, o local é entendido como: [...]

elemento de transformação sóciopolítico-econômica, representando o lócus privilegiado para novas formas de solidariedade e parceria entre os atores, em que a competição cede espaço a cooperação.”

Enfim, Franco (2000) evidencia as múltiplas dimensões do desenvolvimento: econômico, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológico, que mantêm, umas em relação às outras, relativo grau de autonomia. E que o desenvolvimento do local depende das pessoas que vivem na localidade e de outros “determinantes e condicionantes que os economistas em geral tendem a desprezar ou a julgar como externalidades”. Para o autor o Desenvolvimento Local: “[...] é um modo de promover o desenvolvimento que leva em conta o papel de todos esses fatores para tornar dinâmicas potencialidades que podem ser identificadas quando olhamos para uma unidade socioterritorial delimitada. Franco (2000, p. 30).

Nessa mesma linha de análise, Buarque (2002; p.25), conceitua o Desenvolvimento Local como sendo:

[...] um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos. Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local; ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais.

Jará (2001), ressalta as transformações decorrentes do conceito de desenvolvimento local, como sendo um processo que “passa de uma forma homogênea de intervenção” para uma forma mais flexível e individualizada de desenvolvimento; de uma gestão centralizada para uma gestão descentralizada que estimula a participação da sociedade civil e busca a qualificação do processo pela complementaridade com instituições públicas e privadas, locais e regionais; de uma prática que privilegia o capital físico e financeiro à uma outra que ressalta o capital humano e social; de uma concepção de desenvolvimento direcionado pela economia e tecnologia para uma outra onde o desenvolvimento depende mais dos valores culturais, das energias afetivas, dos sentimentos coletivos da população. Para este autor o Desenvolvimento Local Sustentável:

[...] surge como proposta de revisão das relações sócio-econômico-cultural – ambiental. Vislumbra-se nova institucionalidade, tendo em vista um desenvolvimento democrático, produtivo, includente, descentralizado e solidário, que se abre ao conhecimento, à informação, aos novos modelos de organização social, aos âmbitos participativos, às capacidades de gestão e a uma associação transparente e duradoura entre o Estado e a sociedade civil. ( 2001, p. 323).

A globalização impôs a sujeição dos Estados nacionais às agências multilaterais. Vale ressaltar, nesse sentido, que essas agências, a exemplo do Banco Mundial, impõem aos Estados a obrigatoriedade da participação das associações locais nos projetos de desenvolvimento local por elas financiadas (CALLOU, 2006).

### 3.2.3 Desenvolvimento Local e Capital Social

Fundamentada na sociologia, a teoria de Bourdieu citada por Pires (2004) diz que : “O capital social não é um dado social, mas uma rede de relações pautadas em estratégias de investimentos, alquimia (trocas, comércio, casamento, palavras, presentes, etc.)

Para Nogueira,

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos) e unidas por ligações permanentes e úteis. NOGUEIRA (1998, p.67).

No comentário do autor, o volume do capital social de um agente individual está vinculado à extensão da rede de relações que ele pode mobilizar e ao volume do capital (econômico,cultural, ou simbólico) que é de posse individual daqueles a quem está ligado. A rede de ligações é o produto de estratégias de investimento social consciente ou inconsciente orientadas para a instituição ou seja, a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou longo prazo, isto é, orientadas para a transformação de relações contingentes, como as relações de vizinhança, de trabalho ou de parentesco, em relações ao mesmo tempo, necessárias e eletivas, que implicam obrigações duráveis subjetivamente sentidas (reconhecimento, respeito ou amizade, etc.) ou institucionalmente garantidas (direitos).

A reprodução do capital social é tributária, pelas instituições que visam favorecer as trocas legítimas e a excluir as trocas ilegítimas, promovendo ocasiões, lugares, ou práticas que reúnam indivíduos tão homogêneos quanto possível. Também, a reprodução do capital social se dá no trabalho de sociabilidade, nas trocas onde se afirma e reafirmam o reconhecimento do que supõe, além de uma competência específica, e disposição para obter e manter essa competência, dispêndio de tempo e de esforço e de capital econômico. A

acumulação e manutenção do capital social é tanto maior quanto mais importante for esse capital.

A exemplo dos fundos rotativos que ampliam os serviços de créditos de forma eficiente na comunidade (PUTNAM, 1993). Não dispondo de bens físicos para dar em garantia, os participantes, na verdade, empenham suas relações sociais. A essa composição de confiança, regras ou normas de reciprocidade, cadeias ou redes de relações sociais e sistemas de participação, podem ser chamadas de Capital Social.

Putnam (1993,p.180) chama de Confiança Social: “uma característica do capital social ou que são, normas e cadeias de relações sociais, gerando um bem público, o que não ocorre com o capital convencional que é um bem privado”. Justifica Coleman, (1990), por ser um atributo da estrutura social em que se insere o indivíduo, o capital social não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam. O capital social tem como componente básico a confiança. Conforme Kenneth Arrow (1972) citado por Putnam (1993, p.180): “praticamente toda transação comercial encerra um elemento de confiança... Pode-se afirmar que boa parte do atraso econômico do mundo se deve a falta da confiança”. Augusto de Franco (2001) diz que isso extrapola a economia e vai para outros aspectos da vida social.

### **3.2.4 Desenvolvimento ou (des)envolvimento: questão da participação**

Como conseqüência da *imposição técnica*, os Estados passaram a estimular processos associativos, muitas vezes sem a legitimidade popular, visando tão somente corresponder às *exigências* das linhas de financiamento.

Apesar desses desacertos na construção inicial de uma “concertação social” e das contradições inerentes ao modelo imposto pelas agências financiadoras, os Estados periféricos e semi-periféricos, mesmo que resistentes às imposições globalizadas do “estado mínimo”, começam a incorporar instrumentos democratizantes de acesso aos recursos e de maior controle social das linhas de financiamento destinadas aos processos produtivos de base familiar ou populares, inseridos nas políticas públicas de desenvolvimento social.

E assim, as políticas vêm incorporando em seus programas de desenvolvimento social as idéias de: descentralização, articulação, convergência e focalização das ações em territórios

ou locais determinados, incentivando a formação de parceria entre os empresários e a sociedade civil e da participação da comunidade. (FRANCO, 2000).

A participação entendida como uma conquista a ser empreendida individualmente por cada pessoa, num processo em que cada vez mais ela se torna cidadã (DEMO, 1988). Neste caso, a comunidade assegura o seu papel de agente de mudança, e não apenas de beneficiário do desenvolvimento. Assim se tem um verdadeiro desenvolvimento local (Martin,2000,) p.52.

Contudo, não se pode perder de vista, como salienta Oliveira (2001), que dentro de uma perspectiva crítica e processual, as limitações inerentes à construção das condições necessárias ao Desenvolvimento Local.

Desenvolvimento Local é apresentado como um ‘emplastro’ (co romance de Machado de Assis, Memórias Póstumas de Brás Cubas) capaz de curar as mazelas de uma sociedade pervertida, colocando-se no lugar bucólicas e harmônicas comunidades. Pensando dessa forma o desenvolvimento local tende a fechar-se para complexidade da sociedade moderna e passa a buscar o idêntico, o mesmo, entretanto sem querer, perigosamente, na mesma tendência midiática da sociedade complexa. O desafio do desenvolvimento local é o de dar conta dessa complexidade e não dar as costas para ela. (OLIVEIRA, 2001, p. 13).

Ainda, segundo o autor, são tantas as definições de Desenvolvimento Local e tão genéricas e simplistas que mais parecem “adaptações do dominado do que alternativas à dominação”. Enfim, mesmo considerando-se os limites e a panacéia em torno do conceito, o desenvolvimento local se contrapõe à prática do imediatismo, do não conflito e depende da capacidade de mobilização dos atores sociais. Calca-se em parâmetros bem definidos de mudança sócio-econômica e institucional, atende a necessidades essenciais da população e pode, não necessariamente, promover inclusão social e econômica.

Callou (2002) observa que, no Brasil, o desenvolvimento local tem sido assinalado como saída para a diminuição da pobreza no campo, procurando-se, dessa forma, encontrar soluções para os processos de exclusão social, gerados com o impacto da globalização sobre a agricultura.

A nova proposta de Assistência Técnica e Extensão Rural, por exemplo, valoriza e pensa no desenvolvimento sustentável e no desenvolvimento local como possibilidades para a agricultura familiar. Queremos realçar também que outros indicadores são apontados e entre eles o enfoque educativo da abordagem sugerida. A educação referida traz o enfoque da Educação do Campo e para Lima (2007) estrategicamente a idéia da educação do campo é fruto de contatos, articulações e parcerias do mesmo jeito que aconteceu com a proposta da PNATER. Como um resultado da articulação entre os movimentos sociais e as instituições

públicas e privadas, consolida-se contemporaneamente a Educação do Campo, como uma estratégia do governo.

### **3.3 ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO POPULAR: PRÁTICAS ESTRATÉGICAS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA**

#### **3.3.1 Pobreza e Exclusão Social**

A pobreza e a exclusão social são alguns dos maiores desafios da sociedade contemporânea. Isso nos motiva a refletir sobre o estágio de desenvolvimento alcançado pela humanidade nas mais diversas dimensões da vida e a forma com que esse desenvolvimento está acessível para o conjunto dos seres humanos. Pois, nunca existiu uma época em que o progresso estivesse tão evidente quanto na atualidade. No entanto, apesar disso, de todo o aparato tecnológico e do conhecimento científico, a pobreza e miséria persistem como uma mácula na história da humanidade. Muitas pessoas, milhões de pessoas, em várias partes do planeta, sobrevivem em condições subumanas, com acesso limitado à alimentação e à água potável, por exemplo: Instituições como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação revelam que, no final do século XX, aproximadamente 1,3 bilhões de pessoas viviam em extrema pobreza, a maior parte delas padecendo de fome crônica, situação decorrente do agravamento das desigualdades sociais e da concentração de renda vigente nas últimas décadas (KLIKSBURG, 2002; LESBAUPIN, 2000; SANTOS, 2002.) Isso representa um enorme desafio para países em desenvolvimento, como o Brasil, que tem, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), 34,2 milhões de pobres, cerca de 30% de sua população.

No Brasil, a pobreza está distribuída em todas as regiões, mas é no mundo rural da Região Nordeste que ela se apresenta de forma mais evidente. Segundo relatório do Banco Mundial (2004), a região detém a maior concentração de pobreza rural da América Latina, 49% de sua população rural.

O Estado de Pernambuco está acima desta média, 76% dos moradores rurais estão abaixo da linha de pobreza e sobrevivem, principalmente, graças aos programas assistenciais de transferência de renda (SUGINOMOTO, 2004; ). Esta situação adquire nova perspectiva no cenário de pobreza crescente decorrente do processo de globalização econômica

atualmente em curso, com uma economia global cada vez mais excludente e competitiva (JARA, 2001).

Uma pobreza e conseqüentemente um processo de exclusão que não é só econômica, mais atinge outras dimensões humanas, pois não podem usufruir dos benefícios alcançados pela humanidade ao longo de sua vida. A pobreza é mais do que a falta de renda ou riqueza. Sen (2000) compreende a pobreza como privação de capacidades básicas e elementares, incluindo o que chama de “liberdades”: *liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora*. “Cada um destes direitos e oportunidade”, diz Sen, “ajuda a promover a capacidade geral de uma pessoa” (SEN, 2000, p.25).

Para Lesbaupin (2000), a partir do trabalho de Sarah Escorel, a pobreza envolve a vulnerabilidade, a fragilidade ou precariedade e a ruptura de vínculos em várias dimensões humanas:

Na dimensão do trabalho a vulnerabilidade se refere ao desemprego, o emprego precário e ocasional e à instabilidade. Na dimensão sócio-familiar, há fragilidades e precariedade das relações familiares, de vizinhança e de comunidade, levando o indivíduo ao isolamento e à solidão. Na dimensão política, as trajetórias de vulnerabilidade são de precariedade no acesso e no exercício dos direitos e de incapacidade de agir e de se fazer representar na esfera pública. Na dimensão cultural, a exclusão é caracterizada pela indiferença, pelo não reconhecimento, pela discriminação, pela estigmatização, pela hostilidade. Na dimensão humana, os grupos sociais excluídos vivem no limite da existência e tendem a ser reduzidos à busca exclusiva da sobrevivência, impossibilidade de exercer as potencialidades da condição humana (LESBAUPIN, 2000, p.35).

O associativismo/cooperativismo pode ser apontado como mecanismo importante dentro deste contexto e vem sendo utilizado como estratégia governamental para o enfrentamento da pobreza até o momento.

### **3.3.2 Associativismo e Cooperativismo: Perspectivas Teóricas**

O associativismo, conforme o entendimento no sentido lato descrito por Paulo Peixoto da Albuquerque (2003), é o processo pelo qual uma ou mais pessoas e/ou grupos(s) decidem reunir-se de forma regular, mas não necessariamente contínua, para procurar soluções à demandas comuns. É uma prática denominada de cooperativa/associativa, ressalta o autor, tem bases na reciprocidade, na confiança, na pluralidade e respeito mútuo. Portanto, entendida como uma prática democrática exercida pelo cidadão.



Outro ponto que gostaríamos de abordar refere-se ao entendimento atual de que o associativismo/cooperativismo situa-se entre duas vertentes de análise (PIRES, 2005): a primeira está relacionada à criação de uma nova ética societária pautada em novas solidariedades e sociabilidades; nesta perspectiva, que prioriza os valores democráticos e solidários, a entidade associativa/cooperativa seria como um fórum de politização de questões mais amplas da sociedade, como desemprego e exclusão social, constituindo-se como fonte de auto-ajuda e solidariedade capaz de estimular a formação de um mercado solidário e de resolver os problemas da injustiça social. Situa-se nessa vertente as discussões sobre a Economia Social. A outra vertente enfatiza questões como competitividade, capitalização e estilos de governança, tendo como pano de fundo as transformações econômico-produtivas, inclusive a flexibilização do trabalho. Nessa vertente discute-se a sobrevivência das organizações econômicas e as estratégias necessárias à acirrada competição da economia globalizada.

A conciliação entre essas duas vertentes constitui a principal fonte de tensão nas entidades cooperativas e ao mesmo tempo em que se constitui seu principal desafio: seguir os preceitos e valores que regem a prática associativo-cooperativista e manter-se competitiva, atendendo às expectativas dos associados e dos clientes. Especificamente as entidades associativas/cooperativas rurais, diante da competição inerente ao próprio setor, são entidades que necessitam adequar-se permanentemente às transformações produtivas como condição para sua sobrevivência e seu desempenho bem sucedido (PIRES, 2000, 2005).

Refletir o associativismo/cooperativismo popular, mesmo considerando suas especificidades sociais, como entidades produtivas que almejam a melhoria das condições de vida de seus associados através do aumento da renda com a comercialização da produção, requer considerar como meta a ser alcançada a aquisição de qualificação gerencial e competitividade. O que não significa desconsiderar os valores de solidariedade e ajuda mútua, que são intrínsecos ao movimento associativista/cooperativista, mas não parece ser suficiente para garantir inserção de produtos no mercado.

Considerando o cenário contemporâneo da agricultura familiar, quais os desafios das cooperativas e associações comunitárias?, Jara (1998) apresenta quatro desafios enfrentados pelas associações e cooperativas rurais na atualidade..

Primeiro, que os esforços produtivos, necessariamente, devem projetar-se para mercados competitivos (...). Segundo, toda a agricultura está subordinada ao capital financeiro (...). Terceiro, esta competitividade será atingida por meio da integração das organizações procurando elevar o nível de eficiência e qualidade (...). Quarto,

temos que pensar o problema da capacitação, da informação e da assistência técnica (JARA, 1998,p 73).

PIRES (2003), por sua vez apresenta um entendimento bastante esclarecedor quanto a importância do cooperativismo rural como estratégia para aumento da renda de agricultores familiares e assentados, ao mesmo tempo em que também chama a atenção para a necessidade de gestão destes empreendimentos em bases concorrências:

Quanto mais se vive numa economia competitiva, mais é necessário juntar forças para se fortalecer. Não resta dúvida que a cooperação é a única saída para se enfrentar essa economia hostil e excludente, caracterizada como globalização. É uma questão de sobrevivência. Daí a necessidade de criar associações diversas – especialmente cooperativas – como um canal importante de produção, de organização da produção, de agregação de valores e de comercialização da produção.

Esse estudo procuramos embasamento teórico na vertente que trabalha a lógica da Economia Solidária, não discordando do que falam os autores quando descrevem a situação das organizações sociais quando se esforçam para se inserir e atender a lógica do sistema capitalista o qual estamos vivenciando.

### **3.3.3 Economia Solidária**

A sustentabilidade das pessoas simples tem sido impulsionada pelo Comercio Ético Solidário, na geração de renda em diversas partes do mundo. Essa lógica não apenas trabalha a sobrevivência, mas a incorporação do sentido da sustentabilidade e vem sendo desenvolvido por entidades nacionais e internacionais que apóiam o Comercio Justo e Solidário, conhecido internacionalmente por Fair Trade e no Brasil como Ético solidário. Este tipo de organização social, segundo o pesquisador Luiz Eduardo Parreiras (GARSCHAGEM, 2007), é viável porque permite o acesso à renda e a superação da falta de capital e de conhecimento. É um ambiente de produção conjunta e de apoio mútuo, pratica a cooperação garantindo o sustento de todos.

JESUS (2005) define economia solidária como:

Um conjunto de atividades econômicas submetidas à vontade de uma ação democrática onde as relações sociais de solidariedade superam o interesse individual

ou os benefícios materiais. O mais importante nela não é o estatuto jurídico, ser formal ou não, e sim as atividades produtivas.

Este tipo de organização, solidária, nasceu na Europa, logo após a Segunda Guerra Mundial. Tal organização parece acompanhar o desenvolvimento do capitalismo: a cada crise capitalista, a Economia Solidária se intensifica. Assim, no Brasil, ela ganhou novo impulso nos anos 1960, quando diversas entidades religiosas, empresas importadoras e organizações de apoio social iniciaram a importação de artesanato e produtos agrícolas de países do Terceiro Mundo. Uma parcela desses consumidores questionava a origem e só adquiria produtos oriundos de países pobres ao ter certeza de que não exploravam mão-de-obra infantil ou escravizada.

Mais tarde, passaram a exigir também que os produtos não causassem danos ao meio ambiente. Em termos sociais, seria uma contraposição, embora minúscula, de setores das sociedades ricas ao processo de globalização, que garante aos consumidores, em todo o mundo, acesso a produtos descartáveis e cada vez mais baratos, fabricados pelas grandes empresas multinacionais nos países subdesenvolvidos e de mão-de-obra barata. É um tipo de exigência que se faz cada vez mais presente.

Para Tânia Bacelar (2006)

A Economia Solidária é uma estratégia de um outro desenvolvimento. Seus fundamentos negam os fundamentos da economia capitalista. Porque o capitalismo é, por definição, a exaltação do individualismo e da competição. E a proposta da Economia Solidária é criar um processo de produção com outras relações sociais. Neste sentido, não é fácil construir um ambiente onde a hegemonia em todas as esferas da vida social ainda é do capitalismo.

O economista Paul Singer(2006), quando titular da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), ressaltou que a conscientização cada vez maior dos consumidores exigindo produtos com sustentabilidade. Como comenta os clientes do Espaço Agroecologia das Graças (2007) na reportagem de dez anos de existência : [...] *não é só uma relação de produtos, é uma relação de vida.É um espaço de solidariedade,um espaço de construção política, de um outro olhar e de uma outra relação com o planeta.[...]M.P*

Uma parcela dos consumidores está preocupada com a origem do produto, obrigando as empresas capitalistas tradicionais a se adequarem e assumirem, cada vez mais, responsabilidades sociais. As exigências com a origem dos produto se espalharam pelo mundo beneficiando o processo de geração de renda no Brasil, onde atualmente cerca de 2

milhões de pessoas estão envolvidas diretamente em cooperativas especializadas no comércio justo e solidário. Paul Singer (2006).

Nos últimos cinco anos esse tipo de empreendimento cresce à taxa anual entre 45% e 50% em todo o mundo. Apesar do crescimento do consumo de produtos éticos e solidários, na União Européia, que absorvendo 70% das exportações mundiais, é preocupante a manutenção de práticas protecionistas dos países ricos em relação a esses produtos. (GARSCHAGEM, 2007).

O comércio solidário no Brasil se desenvolveu a partir da década de 1990, através da estratégia de enfrentamento aos processos de exclusão social e precarização do trabalho que acompanham o desenvolvimento do capitalismo – marcado pela contradição de produzir riquezas gerando miséria – nos últimos dois séculos.

O levantamento da Senaes feito em 2007 mostra a existência de 21.857 empreendimentos envolvidos no Comércio Justo e Solidário nos estados brasileiros, sendo que 50% estão ligados à agricultura familiar. Em conjunto, as atividades solidárias geram 2 milhões de empregos diretos e movimentam, em média, recursos da ordem de R\$ 7,5 bilhões por ano. Cresce a formação de novas cooperativas constituídas por agricultores, costureiras e artesãos. Há também cooperativas especializadas em reciclagem de resíduos sólidos – setor com maior nível de adesão recente, ao lado da metalurgia. (GARSCHAGEM, 2007).

No entendimento de Paul Singer (2006), a Economia Solidária é uma experiência nova e para sua consolidação é um processo longo, mas o desenvolvimento capitalista também levou gerações para ocorrer. Seria um erro imaginar que o desenvolvimento pela Economia Solidária possa dar-se em meses ou em poucos anos.

O Desenvolvimento é muito mais do que meramente eliminar a pobreza[...]. Para promover uma mudança completa numa localidade, numa região, são necessárias várias comunidades associadas. Certamente serão necessárias lutas, por, quem sabe, décadas!” (SINGER, 2006)

### **3.4 EDUCAÇÃO DO CAMPO e EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

#### **3.4.1 Educação do Campo**

A nova proposta de Assistência Técnica e Extensão Rural valoriza os aspectos educativos em sua concepção. Para LIMA (2007) a valorização do diálogo de saberes e da ênfase educativa da nova proposta de Assistência Técnica e Extensão Rural como elemento

indicativo para sua exequibilidade demonstra um tipo de educação proposta nas relações entre extensionistas e agricultores e agricultoras, como também exalta a comunicação dialogada como princípio.

Acreditamos que uma proposta de Desenvolvimento Local e sustentável não poderia ser mencionada, sem atrelá-la aos aspectos educativos, sejam formais ou informais.

No objeto de pesquisa desta dissertação verificamos a influência educativa que a AMA-Gravatá exerce em seu meio, socializando os conhecimentos de um novo modo de fazer agricultura bem como na educação formal realizada nas escolas do contexto geográfico onde está inserida. Essa relação da associação dos agricultores com a educação merece ser melhor compreendida, avaliada e valorizada também. A nova proposta de extensão rural se refere a educação do campo e a arte de construir este conceito está traduzida por Bernardo Mançano Fernandes (2004, p.141) da seguinte forma:

Educação do Campo é um conceito cunhado com a preocupação de se delimitar um território teórico. Nosso pensamento é defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade. Quando pensamos o mundo a partir de um lugar onde não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos o não-lugar. Isso acontece com a população do campo quando pensa o mundo e, evidentemente, o seu próprio lugar a partir da cidade. Esse modo de pensar idealizado leva ao estranhamento de si mesmo, o que dificulta muito a construção da identidade, condição fundamental da formação cultural.

E também como apontam Tavares de Lima e Carneiro (2006), na trajetória de vida dos agricultores e agricultoras, há uma luta permanente por melhores condições de vida e pela conquista da terra. Eles buscam arduamente por mudanças e vislumbram a utilização de diversas instâncias educativas como uma reafirmação de uma nova proposta para as suas vidas. A instituição Escola e a educação que ela possa propiciar são vistas por tais trabalhadores como um apoio fundamental nesta trajetória.

### **3.4.2 Educação Ambiental**

#### **3.4.2.1 Identidade da Educação Ambiental Brasileira**

Após a Conferência Internacional sobre Conscientização Pública para a sustentabilidade realizada na Grécia em 1997, a UNESCO coordena um plano Internacional referenciado na Agenda 21 que define 2005-2014 como década de Educação para o Desenvolvimento Ambiental.

O Ministério do Meio Ambiente no Brasil, em 2004 lançou uma publicação demonstrando claramente a preocupação com esta temática. Na apresentação Layrargues, diz que :

Educação Ambiental é um vocábulo composto de um substantivo e um adjetivo, envolvendo a área de educação e meio ambiente. Educação Ambiental é um nome que historicamente se refere às práticas educativas sobre as questões ambientais, tendo características; isto quer dizer que a educação antes não era ambiental. (LAYRARGUES, 2004, p.7).

O conceito de Educação Ambiental evoluiu de acordo com a concepção do ambiente, partindo de um enfoque ecológico ligado às ciências biológicas, para uma dimensão que incorpora as contribuições das ciências sociais fundamentais para a melhoria do ambiente humano (DIAS,1992).

No Brasil temos a adoção de diversas nomenclaturas para definir este fazer da educação, discutindo constantemente a sua concepção e posicionamento político pedagógico. Temos como novas nomenclaturas: Alfabetização Ecológica, Ecopedagogia, Educação Ambiental Crítica, Transformadora ou Emancipatória, Educação no Processo de Gestão Ambiental. Layrargues (2004) levanta questionamento: O que quer dizer tantas denominações? Porque surgiram? Quais as semelhanças e diferenças entre as definições?

Procuramos a apresentação de algumas nomenclaturas reconhecidas que identificam-se com o trabalho desenvolvido pela AMA : Educação Ambiental Crítica e a Ecopedagogia

### **3.4.2.2 Educação Ambiental Crítica**

Carvalho (2004) confirma o que diz Layrargues (2004) sobre as várias denominações dadas a Educação Ambiental, e que nesse guarda-chuva existem vários conceitos e metodologias , provocando dilema para os educadores. Carvalho (2004) levanta também as questões: Porque tantas tipologias? Tantos adjetivos? O que isso significa? Quais as produções teóricas? Que projetos pedagógicos e concepção de mundo existe nestes atributos? Que endereçamento, como se constitui e a quem se dirigem cada uma destas educações?

Entende-se que Educação Ambiental é construída em uma dinâmica de forças sociais, culturais, de poder, onde o destinatário deve estar envolvido. O papel da educação é o de absorver os desejos compartilhados da sociedade e não individualizado, destacando dimensões, dando ênfase ou qualidade que pertence aos princípios gerais da educação.

Cristina Carvalho (2004) diz que, o adjetivo *ambiental* é difícil de desconectar sem termos prejuízo do que reconhecemos como Educação Ambiental, embora em vários momentos temos denominações contraditórias à educação ambiental. Argumentar que “*toda educação é ambiental*” significa rejeitar as especificidade da prática educativa ambientalmente orientadas e considerá-la simplesmente no marco geral da educação que durante décadas desconheceu as especificidades do ser humano e seus diferentes saberes, o que se tenta reverter na educação ambiental.

No Brasil, a educação crítica tem origem na educação popular referendada no pensamento de Paulo Freire, que vai ao contrário da educação tecnicista e difusora de conhecimento, defendendo a formação emancipatória das pessoas para que sejam capazes de construir a sua própria história.

Nessa perspectiva, é observa-se a formação da educação ambiental dos produtores associados da AMA, a educação desenvolvida no processo de trabalho, resultando na transformação da história de cada agricultor e agricultora envolvida, como também nos consumidores e visitante dos espaços Agroecológicos.

A especificidade da Educação Ambiental Crítica é a orientação para a compreensão da relação sociedade-natureza e a interferência sobre os conflitos ambientais. Também propõe a tomada de posição quanto a responsabilidade sobre suas atitudes, para com as pessoas e o meio ambiente.

Mauro Guimarães (2004) entende que as questões social e ambiental estão entrelaçadas e suas conseqüências interpostas. Guimarães (2004) também chama a atenção para a postura educacional que deve refletir o mundo, ter compromisso ideológico e refletir na constituição da sociedade. Guimarães acredita que:

[...] Essa concepção de Educação, ao se colocar inapta de transformar uma realidade (a qual ela própria é um dos mecanismos de reprodução), conserva o movimento de constituição da realidade de acordo com os interesses dominantes à lógica do capital. Devido a isso, venho denominando-a de Educação Ambiental Conservadora. (GUIMARÃES, 2004, p.27 ).

A crise ambiental instalada está na compreensão de mundo que se baseia na dominação e espoliação de um ser humano sobre o outro e sobre a natureza, sem visão de

conjunto, da complexidade e da totalidade, tornando-se focado e fragmentado, resultando na vida moderna caracterizada em apresentar os comportamentos individualista, competitivo, violento, tornando os seres humanos incapazes de se relacionar e relacionar-se com a natureza, gerando, conseqüentemente, a chamada *crise civilizatória*.

A educação ambiental conservadora está baseada nessa visão de mundo. Trata-se de uma Educação Ambiental Conservadora que segue privilegiando ou promovendo:

o aspecto cognitivo do processo pedagógico, acreditando que transmitido o conhecimento correto fará com que o indivíduo compreenda a problemática ambiental e que isso vá transformar seu comportamento e a sociedade; o racionalismo sobre a emoção; sobrepor a teoria à prática; o conhecimento desvinculado da realidade; a disciplinaridade frente à transversalidade; o individualismo diante da coletividade; o local desconectado do global; a dimensão tecnicista à política; entre outros. (GUIMARÃES, 2004, p.27 ).

Guimarães (2004) não considera a Educação Ambiental crítica como apenas uma evolução conceitual, mas como uma posição contrária baseada em um referencial teórico que vê o mundo de uma forma complexa possibilitando processos de transformação da realidade socioambiental. Na perspectiva crítica, o conflito e a relação de poder são os principais elementos para se entender a organização espacial e as múltiplas determinações. Os pilares dessa educação é a teoria crítica de influência marxista, a exemplo das contribuições de : Paulo Freire, Milton Santos e Edgar Morim. O objetivo da educação ambiental crítica, segundo Guimarães:

É promover ambientes educativo de mobilização desses processos de intervenção sobre a realidade e seus problemas socioambientais para que possamos nestes ambientes superar as armadilhas pragmáticas e propiciar um processo educativo, em que nesse exercício, estejamos, educando e educadores, nos formando e contribuindo, pelo exercício de cidadãos ativos, na transformação da grave crise ambiental que vivenciamos todos. (GUIMARÃES, 2004, p.31).

O que Guimarães trás, é a reflexão sobre a prática pedagógica vivenciada na maioria das escolas, quando apenas transmite conhecimentos ecologicamente corretos, que no entanto, deveria levar o educando a um contexto crítico no processo educativo, motivando-o a transformar sua razão(cognitiva) e sua emoção(afetiva) para uma prática não só individual, mas também coletiva. Os projetos pedagógicos de Educação Ambiental vivenciados nas escolas reproduzem a prática da mudança de comportamento individual, sem perceber a realidade do mundo em que a escola está inserida.



### 3.4.2.3 Ecopedagogia

Maria Rita Avanzi (2004), tenta responder a questionamentos dos educadores sobre a terminologia Educação Ambiental e Ecopedagogia, onde há convergência e onde há divergências. A concepção de educação, sociedade e natureza que sustenta a proposta da Ecopedagogia está baseada nas críticas da educação ambiental feitas, o que chama de “educação ambiental superficial”. Segundo Avanzi (2004) a Ecopedagogia, considera a Educação Ambiental como uma mudança de mentalidade em relação à qualidade de vida, buscando uma relação saudável e equilibrada envolvendo o outro e o meio ambiente.

A Educação Ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador em qualquer tempo ou lugar, em seu modo formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade. A Ecopedagogia tem o propósito de formar cidadão com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações; envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar; estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas; integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Com esse propósito a Ecopedagogia busca converter cada oportunidade em experiências educativas das sociedades sustentáveis; ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos (AVANZI, 2004).

Na perspectiva freiriana em que se baseia a Ecopedagogia, a educação é vista como um ato político que possibilita ao/a educando/a empreender o seu papel no mundo em que vive (FREIRE; ANTUNES, 1987) apud. AVANZI, 2004).

O exercício de se executar uma visão crítica dentro da ecopedagogia, com compreensão do problema, dentro de um processo dialógico, para ter condições de intervir. Neste entendimento Avanzi diz que:

A ecopedagogia pretende desenvolver um novo olhar para a educação, um olhar global, um nova maneira de ser estar no mundo, um jeito de pensar a partir da vida cotidiana que busca sentido em cada instante de momento, em cada ato, que pensa

a prática (Paulo Freire) em cada instante de nossas vidas, evitando a burocratização do olhar e do pensamento (GADOTTI, 2000, p.82. apud. AVANZI, p. 37).

Paulo Freire revela no seu trabalho elementos que chamam a atenção e vêm embasar toda a lógica que pretende a agroecologia quando diz: “ [...] na experiência histórica da qual participo, o amanhã não é algo pré-dado, mas um desafio, um problema”(FREIRE, 1998, p.84).

A abertura das fronteiras econômica e financeira tem provocando: o desemprego, a ampliação da desigualdade entre pobres e ricos, fragilidade na autonomia dos Estados e nações, o afastamento dos sujeitos do processo de tomada de decisão. É neste cenário de insustentabilidade que a ecopedagogia tece crítica, compreendendo que é incompatível o lucro, que está vinculado ao modelo de desenvolvimento capitalista e a sustentabilidade nas dimensões social, política, econômica, cultural e ambiental. (GODATTI, 2000, apud. AVANZI, 2004).

A Ecopedagogia critica a Educação Ambiental na sua forma de ver o mundo separando o ambiente das questões sociais.

A Educação Ambiental muitas vezes limitou-se ao ambiente externo sem se confrontar com os valores sociais, com os outros, com solidariedade, não pondo em questão a politicidade da educação e do conhecimento (GODATTI, 2000; apud. AVANZI, 2004, p.88)

Outra forte crítica da Ecopedagogia é ao conceito de Desenvolvimento Ambiental que é dado pela Educação Ambiental, onde sua preocupação se limita ao meio ambiente, sem contextualizá-lo em seu modelo econômico e social com as relações entre pobres e ricos, e entre populações dos diferentes países.

A ecopedagogia não se opõe à Educação Ambiental. Ao contrário, para a ecopedagogia a Educação Ambiental é um pressuposto. A ecopedagogia incorpora-a e oferece estratégias, propostas e meios para a sua realização concreta. (GODATTI, 2000; apud. AVANZI, 2004, p. 88).

Todos os trabalhos desenvolvidos pela AMA, vai ao encontro com a concepção da Educação Ambiental defendida pelos autores citados tanto na Educação Crítica, como na Ecopedagogia. Esta semelhança se dá quando a Educação Ambiental é trabalhada no processo de mudança de vida das pessoas envolvidas.

## 3.5 AGROECOLOGIA

### 3.5.1 Conceitos e Princípios

A ciência Agroecológica deriva-se da ecologia e da agronomia. Esta terminologia foi proposta pelos ecologistas desde os anos 30, como a ecologia aplicada à agricultura, ficando a ecologia dedicada às ciências naturais. Com o advento da agricultura orientada aos resultados, com a mecanização da agricultura e o uso de adubos químicos, este estudo parece ter sido esquecido. Esta terminologia volta a apresentar interesses com o aumento da consciência ambiental (GLIESSMAN, 2000).

Gliessman (2000, p.51) diz que hoje a agroecologia:

Por um lado a agroecologia é um estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, por outro lado, é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável.

Podemos dizer que Agroecologia é um conceito em construção, não é apenas um modelo de agricultura que condena as práticas e os pacotes tecnológicos da chamada “revolução verde”. A agroecologia é uma ciência que constrói bases para um estilo de agricultura sustentável e de estratégias de desenvolvimento rural sustentável.

Para Caporal e Costabeber (2004), a agroecologia deve ser entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis; um enfoque teórico metodológico que, lançando mão de diversas disciplinas científicas, pretende estudar a atividade agrária sob uma perspectiva de ecológica. Sendo assim, a agroecologia, a partir do enfoque sistêmico, adota o *agroecossistema* como unidade de análise, tendo como propósito, em última instância, proporcionar as bases científicas para sustentar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas sustentáveis. Por isso, não é uma disciplina específica. A Agroecologia reúne várias “reflexões teóricas e avanços científicos, de diversas disciplinas” contribuindo para conformar o seu *corpus* teórico e metodológico.

A agricultura ecológica e a agricultura orgânica, entre outras denominações existentes, não necessariamente seguem as premissas e os ensinamentos da Agroecologia, porque apenas

substitui os insumos químicos por outros “alternativos” A “ecológicos”atendendo a uma demanda de mercado, não podendo ser reconhecido como ecológico no sentido mais amplo.

Segundo Martinez Alier (1994):

Hoje nos damos conta dos efeitos ambientais da agricultura moderna (contaminação dos alimentos, da água, destruição ou abandono dos recursos genéticos, uso de energias esgotáveis dos combustíveis fósseis). Estes efeitos não são medidos pelo mercado. Então, devemos duvidar de que a agricultura moderna seja realmente mais produtiva, pois os aumentos consideráveis de produtividade (por hectare ou ainda mais por hora de trabalho) se medem diminuindo o valor dos insumos do valor da produção, e dividindo o resultado pela quantidade do insumo cuja produtividade medimos. Assim, a produtividade da agricultura moderna é por hectare e, ainda mais, por hora de trabalho, maior que a da agricultura tradicional, porém, claro está, os valores da produção e dos insumos estão mal medidos por não incluir as externalidades e por não contar a destruição das próprias condições da produção agrária. Esta é, em resumo, a crítica ecológica.

A Agroecologia foi definida por Altieri (1989) como “as bases científicas para uma agricultura alternativa”. Agroecologia corresponde, ao campo de conhecimentos que proporciona as bases científicas para apoiar o processo de transição do modelo de agricultura convencional para estilos de agriculturas de base ecológica ou sustentável, assim como do modelo convencional de desenvolvimento a processos de desenvolvimento rural sustentável.

No entendimento de Caporal e Costabeber (2004):

A Agroecologia na prática e teoricamente, precisa ser entendida como um enfoque científico, uma ciência ou um conjunto de conhecimentos que nos ajuda tanto para a análise crítica da agricultura convencional (no sentido da compreensão das razões da insustentabilidade da agricultura da Revolução Verde), como também para orientar o correto redesenho e o adequado manejo de agroecossistemas, na perspectiva da sustentabilidade.

Existe um consenso de que o atual modelo de desenvolvimento rural e de agricultura convencional é insustentável no tempo, por vários motivos: sua grande dependência de recursos não renováveis e limitados, modelo responsável por crescentes danos ambientais e aumento das diferenças sócio-econômicas. Por isso a necessidade de buscar-se estilos de desenvolvimento rural e de agricultura que assegurem maior sustentabilidade ecológica e equidade social.

Pelas referências adotadas entende-se que a prática de cultivo da agricultura adotada pela AMA junto aos produtores e produtoras, pode ser denominada de Agroecológicas.

### 3.5.2 As Tecnologias da Agroecologia

Na busca da sustentabilidade a agroecologia reconhece que a agricultura é afetada pela evolução dos sistemas socioeconômicos e naturais. Que o desenvolvimento agrícola deixou de ser uma questão puramente técnica, que é um processo condicionado por dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas (CONWAY; BARBIER, 1990). No esforço para usar uma racionalidade ecológica à produção agrícola, para torná-la viável ambiental, social e economicamente muitas inovações tecnológicas estão sendo introduzidas. A prática mais utilizada é substituir agroquímicos caros e degradadores do meio ambiente e técnicas intensivas em insumos por tecnologias brandas, de baixo uso de insumos externos. Mas o foco não é apenas a substituição de insumos. A Agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. O objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas, Altieri (2001). O aproveitamento de interações e sinergismos complementares podem resultar efeitos benéficos, pois:

- a) cria uma cobertura vegetal contínua para a proteção do solo;
- b) assegura constante produção de alimentos, variedade na dieta alimentar e produção de alimentos e outros produtos para o mercado;
- c) fecha os ciclos de nutrientes e garante o uso eficaz dos recursos locais;
- d) contribui para a conservação do solo e dos recursos hídricos através da cobertura morta e da proteção contra o vento;
- e) intensifica o controle biológico de pragas fornecendo um habitat para os inimigos naturais;
- f) aumenta a capacidade de múltiplo uso do território;
- g) assegura uma produção sustentável das culturas sem o uso de insumos químicos que possam degradar o ambiente (ALTIERE, 2001).

A abordagem agroecológica é também mais sensível às complexidades dos sistemas agrícolas locais, inspirado na crença de que a pesquisa e o desenvolvimento agrícola devem operar baseados em uma abordagem “de baixo para cima”, utilizando os recursos já disponíveis: a população local, suas necessidades e aspirações, seu conhecimento agrícola e recursos naturais autóctones. O conhecimento local dos agricultores sobre o ambiente, plantas, solos e processos ecológico possui uma grande importância nesse novo paradigma

agroecológico (Altieri, 2001). A ênfase nos recursos locais disponíveis diminui os custos de produção, viabilizando economicamente as tecnologias agroecológicas. Quanto à abrangência e as linhas básicas de atuação tecnológica preconizadas pela Agroecologia pode-se destacar:

a) material Genético: “a agricultura orgânica não busca a produtividade máxima a qualquer custo, mas a estabilidade da produção com sanidade e a longo prazo”. A opção deve ser por espécies vegetais e animais compatíveis com o ecossistema onde estão localizadas as unidades produtivas. A Agroecologia defende o uso de sementes produzidas de forma diferenciada, para cada realidade ecológica;

b) manejo do solo: o conceito orgânico de solo fértil incorpora os aspectos físicos, químicos e biológicos, e não apenas os indicadores físicos e químicos, como o faz . De modo geral, recomenda-se o uso das terras segundo suas classes de capacidade de uso e as práticas convencionais de conservação do solo. A mobilização intensiva do solo é tanto quanto possível evitada. Uma das preocupações centrais é com a permanente incorporação de matéria orgânica aos solos agricultados, de preferência produzida no local, ou trazida de fora, mas com conhecimento da sua origem e qualidade. Busca-se também reciclar toda a biomassa da propriedade, incorporando-a ao solo in natura, ou humificada por métodos aeróbios e anaeróbios. Quanto à adubação mineral, a prioridade é dada para o uso de adubos minerais obtidos diretamente das rochas moídas, como os fosfatos naturais, que apesar de solubilidade lenta, garantem um efeito mais prolongado da adubação;

c) manejo da água: no manejo da água também se utiliza o enfoque sistêmico no tocante à conservação da água no sistema. Para isso, trabalha-se a recuperação e preservação dos mananciais, e a recomposição das vegetações das nascentes e das matas ciliares;

d) nutrição de plantas: entende-se a nutrição não apenas como uma relação nutriente – planta, mas como um sistema muito mais complexo que é a interação solo – planta. A nutrição vegetal é buscada através do aporte dos nutrientes carentes aos agroecossistemas, com produtos de baixa solubilidade e concentração. Na agroecologia dá-se preferência ao uso de rochas moídas, semi-solubilizadas ou tratadas termicamente, sendo estimulada também a correção do solo, quando necessária, com calcário dolomítico. A utilização de resíduos de origem rural, urbana e industrial com propriedades fertilizantes também é uma prática preconizada pela agroecologia e se constitui num amplo campo para pesquisa;

e) Proteção das plantas cultivadas: a agroecologia entende que as pragas e doenças vegetais são problemas criados pelo Homem, através do manejo inadequado dos agroecossistemas. A proteção de plantas é entendida como extensiva às pragas, às doenças e

às invasoras, onde se elimina o uso dos agrotóxicos nos processos produtivos agrícolas. (ALTIERE, 2001).

A agroecologia é complexa, mas a realidade é complexa e exige soluções complexas. Portanto, necessitamos de reconstrução de paradigmas. A unidade de análise na agroecologia é o local, a comunidade, a bacia hidrográfica ou o território, partindo das discussões do seu local à descoberta de seus caminhos. É nesse sentido que estudamos o caso da AMA-Gravatá.

## **4 RESULTADO DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA JUNTO AOS PRODUTORES E PRODUTORAS DA AMA-GRAVATÁ**

### **4.1 A INFLUÊNCIA DA AMA-Gravatá: FALAS, ENCANTOS, ESPERANÇAS – AGROECOLOGIA ACONTECE**

A análise da parte empírica desta pesquisa teve início no Capítulo I e continua neste Capítulo, onde serão desenvolvidos reflexões e argumentos a partir da fala dos (as) produtoras (as) que integram a AMA-Gravatá:

- Sobre a mudança na vida econômico-financeira
- Saúde e preservação do ambiente
- Convívio social e educação
- Comercialização e educação ambiental
- Desenvolvimento Local
- Relação da AMA-Gravatá e o município

Tais temas constituem a lista das categorias que as entrevistas desenvolvidas oportunizaram para a análise do presente estudo, na perspectiva da questão síntese do problema de pesquisa: **como os(as) associados da AMA-Gravatá influenciam na mudança de concepção de práticas de preservação ambiental e idéias agroecológicas?**

#### **4.1 1 Aspectos Gerais Observados nas Feiras Ecológicas/Agroecológicas**

O corpo dos associados da AMA-Gravatá é misto, como já foi comentado, apresentando em sua composição agricultores (as) familiares do município e também profissionais liberais e servidores públicos, que foram atraídos pela opção de usufruir de uma melhor qualidade de vida oferecida pelo clima e o cotidiano de uma cidade de porte médio. Essas pessoas, independente de suas origens rurais ou urbanas, uniram-se em defesa da causa ambiental do município e criaram a Associação. Dos aproximadamente cem associados, trinta e seis são ligados à produção orgânica, onde vinte e quatro comercializam diretamente em seis feiras ecológicas, situadas em quatro diferentes municípios do Estado de Pernambuco.

#### **4.1.1.1 Espaço Agroecológico das Graças**

A idéia da fundação do Espaço Agroecológico ocorreu em 16 de outubro de 1997, ocasião em que foi comemorado o Dia Mundial da Alimentação. O Espaço das Graças está atualmente localizado na Rua Souza de Andrade, bairro Graças, na cidade do Recife, envolvendo diretamente trinta e seis produtores (as) da Agricultura Familiar. Esse espaço é resultado de uma conquista por meio de luta e negociações com a Prefeitura do Recife. A primeira instalação da feira foi no parque da Jaqueira, considerado pioneiro no Recife, como espaço de comercialização de produtos Agroecológicos, de onde foram expulsos. Ocuparam outra praça de onde também foram expulsos e logo após se localizaram na citada rua, onde foram acolhidos pela vizinhança e estão instalados até hoje.

Os produtos comercializados envolvem em média sessenta variedades: hortifrutigranjeiros, tubérculos e raízes, flores; produtos resultantes da indústria caseira e Fitoterápicos.

Situação da ATER para esse grupo: a Associação Terra Viva, em Chã Grande, recebe apoio da Igreja Missionária (AMAS); a Associação Agroflor, em Bom Jardim e em Abreu e Lima, têm assessoria do Centro Sabiá; os sócios da AMA-Gravatá recebem assistência da própria organização, como descrevemos com maiores detalhes quando comentamos sobre a organização e gestão da AMA no Capítulo I deste trabalho.

A organização do Espaço Agroecológico é a seguinte: a chegada dos produtores (as) se dá por volta das 04:00 h, para a instalação das barracas. Neste horário já se encontram consumidores aguardando para fazerem suas compras. Cada barraca comporta de um a três



sócios, totalizando vinte. Para participar na condição de feirante, o produtor (a) deve ser associado, passar por uma avaliação criteriosa e ser apresentado por uma das organizações já envolvidas. A ajuda mútua entre os participantes é o diferencial que faz a feira existir há dez anos: os feirantes trazem a produção de outros associados; cedem produtos para atender aos fregueses de outros; compram e vendem entre si; estabelecem contatos informais com os consumidores; trocam presentes; comemoram datas especiais; fazem doações de produtos a outras instituições, como creches e hospitais, em uma relação verdadeiramente de um comércio diferenciado da lógica do individualismo, apresentando características identificadas com a Economia Solidária como define Paul Singer (2003):

O conceito se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e (b) pratica a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos.

Outros elementos revelam a identificação de um processo econômico diferenciado como: para a manutenção e coordenação da feira é cobrado uma taxa mensal; o processo de gestão é definido em reuniões mensais para avaliação, planejamento, e definição de estratégias de diversificação, sem competição. O transporte é compartilhado em ônibus, caminhonetes, kombis e caminhões dos próprios produtores feirantes ou alugados.

As práticas da produção Agroecológica citadas pelos produtores são: curva de nível; rotação de culturas, consórcio e técnicas agroflorestais. Os adubos usados são: a mamona, o biofertilizante, o composto orgânico e a cobertura morta. Alguns não usam nem receitas caseiras. Fazem escalonamento da produção. A mão de obra é familiar e alguns fazem contratos eventuais. O crédito, seguindo os princípios da Agroecologia, não é muito incentivado pelas organizações de assessoria aos produtores.

#### **4.1.1.2 Espaço Agroecológico de Boa Viagem**

Com o crescimento da produção e com o apoio das associações, tornou-se necessário a abertura de outros espaços. Nesse período, foi negociado com a Prefeitura um local no I Jardim de Boa Viagem. As organizações envolvidas são: a AMA-Gravatá, a Agroflor de Bom Jardim, a Horta Viva de Vitória de Santo Antão. A distância média das propriedades para a feira é de 120 Km.

Os principais produtos negociados são: hortaliças diversas, frutas diversas, produtos como queijo (ricota de leite de cabra), galinha de capoeira abatida e ovos, etc. O transporte é efetuado em veículo alugado, com gestão compartilhada, semelhante ao caso do Espaço das Graças

O número de famílias participantes da feira é de quinze, possuidoras de áreas de terra com tamanho médio de 4,0 ha e área média cultivada de 2,0 ha. A produção envolve em média quatro pessoas por família.

#### **4.1.1.3 Espaço Agroecológico de Olinda**

A feira existe desde 2002. Foi criada e organizada pela a AMA-Gravatá e o Centro Sabiá para atender ao crescimento da produção. É formada por dezesseis famílias distribuídas em onze barracas. Como nas demais feiras, normalmente as barracas e o vestuário padronizado, foram adquiridas com recursos próprios dos produtores. Cada feirante trás em média a produção de duas famílias; as pessoas da família se revezam na feira dependendo da necessidade.

A produção é oriunda de seis municípios (Gravatá, Glória do Goitá, Lagoa de Itaenga, Feira Nova, Paulista e Olinda). O transporte da produção é feito de ônibus ou caminhonete fretada que deixa os produtores (as) nas diversas feiras das quais participam.

Para a formação da produção ainda são utilizadas sementes comerciais, não utilizam produtos químicos.

Os produtores(as) trazem diversos tipos de produtos diferentes para serem comercializados, entre hortifrutigranjeiros, tubérculos, raízes e produtos da indústria caseira.

Apesar dos produtores(as) aparentarem não fazer o devido controle sobre os produtos comercializados, confirmam ter uma renda média semanal de meio salário mínimo oficial .

#### **4.1.2 Considerações Gerais sobre as Feiras Agroecológicas**

O público é selecionado e diferenciado, constituído por pessoas com características denominadas de “*consumo solidário*”, de acordo com a expressão usada por MANCE (2003, p.44)

Consumo solidário significa consumir bens ou serviços que atendam às necessidades e desejos do consumidor, visando: a) realizar o seu livre bem viver pessoal; b) promover o bem-viver dos trabalhadores que elaboram, distribuem e comercializam aquele produto ou serviço; c) manter o equilíbrio dos ecossistemas; d) contribuir para a construção de sociedades justas e solidárias.

Este público consumidor é hoje considerado muito restrito, pois o trabalho de divulgação das feiras atualmente é insipiente, ficando limitado à propaganda boca-a-boca como a maior forma de divulgação, embora apresente possibilidades de ampliação pelo momento de apelo ambiental que estamos vivenciando. Isso ocorre até mesmo pelos aspectos da própria relação existente entre produtor(a) e consumidor(a), que vai além da compra de um produto e implica na cumplicidade na visão de mundo, onde existe: *Confiança* – as pessoas consultadas confiam nos produtores(as), pois já os conhecem em média há três anos e também de outras feiras. A seriedade por parte do grupo de produtores(as), o tratamento com os clientes de uma forma afetiva, criando laços de amizade, são fatores que demonstram o estabelecimento de confiabilidade; *Origem dos produtos* – os consumidores confiam na origem dos produtos, visto que conhecem os produtores e valorizam o sabor diferenciado daqueles. *Fidelidade* – a média de frequência dos consumidores nessas feiras é de dois a cinco anos. *Consumo responsável* – geralmente são adquiridos todos os produtos disponíveis nas feiras. Os consumidores ressaltam a pouca diversificação das frutas e procuram consumir as da época. O consumidor diz: “*eu compro e consumo os produtos daqui porque quero qualidade de vida*”. As embalagens são sacolas plásticas na maioria reutilizadas e alguns consumidores trazem suas sacolas de tecido, cestos de palha, sendo demonstrada uma preocupação com a poluição ambiental.

#### 4.1.3 Análise das Entrevistas

Temos a seguir a análise das dezessete entrevistas realizadas, identificadas pelos seguintes códigos :

**Assoc. X- F.Grç.** = Associado N ° Feira de Graças

**Assoc. IV- F.Gtá.** = Associado N ° Feira de Gravatá

**Assoc. VIII – F. B.V.** = Associado N ° Feira de Boa Viagem

**Assoc. VII- F. O.** = Associado N ° Feira de Olinda

#### 4.1.3.1 Entre outras mudanças a Melhoria Econômica

Quando os vários autores descrevem Desenvolvimento Local se referem ao econômico como um dos aspectos a ser observado e não o único como ocorria do processo de desenvolvimento estimulado no passado. Da mesma forma, Paul Singer (2003; p.116) quando fala da outra economia, na lógica da Economia Solidária, defende a solidariedade entre os envolvidos em toda a cadeia da produção e comercialização, ao contrário da economia no modelo capitalista que estimula o individualismo competitivo.

Neste estudo observa-se que o fator rendimento monetário e a relação de confiança, foram inicialmente os principais aspectos motivadores para a tomada de decisão e aceitação pelos produtores (as) da proposta de proteger o Meio Ambiente, através da produção agroecológica defendida pela AMA-Gravatá. Com o passar do tempo, são incorporados outros valores pelos produtores (as), não apenas no aspecto econômico, mas num contexto bem mais amplo a elevação da auto-estima, a melhoria da saúde, valorização da educação, cuidado com o Meio Ambiente, como foi observado nas falas dos entrevistados. Mas neste momento queremos destacar os ganhos econômicos com o trabalho desenvolvido. Nessa direção, encontram-se depoimentos que destacam:

*Nem se compara. A gente fica mais à vontade, não tem ninguém dando carão. Chovendo não vou pro roçado. A gente ganha às vezes menos, mas outra semana compensa. Hoje ganho mais, livre de tudo, às vezes ganho até o dobro do salário.*  
**Assoc. VII- F. O**<sup>1</sup>

*Eu acho que quase oitenta por cento. Quando eu trabalhava com convencional, do apurado sobrava trinta por cento. Eu não chegava a perder, era mais na comercialização quando chegava na CEASA. Antes só plantava repolho, pimentão, fumo e mandioca. E hoje tenho vinte tipos de produtos diferentes.*  
**Assoc. X- F.Grç.**

*Agora eu estou começando, estou vendo que tenho mais retorno, pego lentamente no dinheiro, o outro era de uma vez só, com a venda de um caminhão de mercadorias. Gastava mais com o agrotóxico, com química. O orgânico tem que plantar todo dia, e o outro plantava e dava uma só limpa e pronto. É pouco, mas tem uma coisa certa, como se fosse uma prestação de uma loja. O outro era arriscado: perdi vagem, repolho, por não ter para onde vender e com as pragas.*  
**Assoc. IV- F.Gta.**

*Hoje tá bem melhor, aqui eu planto pra mim e para os meus clientes. Antes eu trabalhava para os outros, hoje tenho mais lucro, dependendo da feira às vezes ganho. Assoc. VIII - F.O.*

A atividade na Agroecologia tem os ganhos financeiros demonstrados nas falas de quem realmente a vivencia. Garante o acesso a alimentos mais saudáveis, mas exige muito trabalho, dedicação e o envolvimento de toda a família, o que é uma característica da Agricultura Familiar

<sup>1</sup>As falas de agricultores (as) aqui apresentadas passaram por um processo mínimo de edição, sobretudo na parte gramatical. Elas estão em itálico para distinguir das citações bibliográficas ou documentais.

*Melhorou. A diferença agora é pouca porque a gente comprou um terreno e temos uma produção pouca. O salário é sempre aquilo, e com a produção mesmo baixa no inverno, mas dá para vim. Tiro em média oitocentos reais, e as verduras que a gente compra é só o tomate, a gente consome as verduras. O trabalho puxa muito, a gente passa o dia colhendo na sexta feira e sai de casa às nove horas da noite, e só vai chegar em casa às cinco horas da tarde do sábado. Assoc. XVII – F. B.V.*

*Olhe, por uma parte eu achei melhor. Porque naquele tempo tinha mais produção e quando você vendia na feira livre o que você arrumava aqui em uma caixa era bem dizer um caminhão de mercadoria, não dava para nada. Olhe eu acho bom. Porque aqui o que eu planto eu mesmo trago, eu mesmo vendo. Todo o dinheiro vai ao bolso. Se for para a feira livre, o frete leva tudo; feliz se dá para comprar uma carrada de esterco. Meu filho às vezes deixa um produto que eu não tenho, e leva o que ele não tem para a feira de Olinda e Boa Viagem. Assoc. XIII- F. Grç*

*Me acho feliz, eu enquanto parte gosto e toda minha família esta participando, três filhos já se associaram e eu quero que o outro também venha trabalhar com o orgânico[...]Permaneço porque está dando certo, aí não tem como desistir, graças a Deus, está dando certo. Assoc. I- F.Grã*

Mesmo quando perguntamos sobre os ganhos econômicos comparando com a produção convencional e isolada praticada antes de associar-se a AMA, as respostas não se referem apenas à perspectiva do econômico. Mas sempre estão vinculadas a outros ganhos importantes como a liberdade que é proporcionada pelo modelo de trabalho, e com as questões do próprio consumo de alimentos mais saudáveis e o não uso dos produtos químicos na produção, levando à melhoria na sua saúde:

*É bem melhor. Antes eu trabalhava com produtos químicos levando para CEASA, passava seis meses, e agora toda semana tem rendimento, e na saúde não tem comparação com antes, aumentou cinquenta por cento. Antes só produzia um ou dois, só repolho e cenoura, hoje tenho uns dez produtos. Antes perdia muito principalmente com doenças. Assoc. VI- F.O.*

*Trinta por cento melhor do que era antes, financeiramente melhor, o dinheiro e a saúde. A minha mãe tinha muito problema de respiração e melhorou muito depois dos orgânicos. Às vezes tem feira ruim... Mas eu gosto de trabalhar com orgânico,*

*eu me sinto bem e agente não está trabalhando de alugado, trabalha o dia que quer, a hora que quer. Assoc. V- F. Gta.*

*Hoje é melhor; eu agora não estou ganhando quase nada, mesmo assim ganho mais que trabalhando para os outros. Ganho duzentos reais por semana nas duas feiras, tiro livre. No dia que quiser trabalho. Não trabalho para os outros com veneno. Além de trabalhar para casa, estou fazendo o bem para mim e para os outros. Assoc. IX- F. O.*

As questões de gênero não foram objeto direto deste estudo. No entanto, as mulheres envolvidas com essa atividade se sentem empoderadas nos aspectos econômicos e conscientes da sua importância na sociedade.

*Está muito melhor; antes eu não tinha nenhuma renda e hoje eu posso comprar alguma coisa para casa, para o meu filho. O mais forte é a situação financeira. Assoc. XVI- F. B. V.*

*Eu mesmo tive grandes resultados. Em primeiro lugar criei muita saúde, melhorou muito a minha situação financeira e tenho o que nunca tive. Quando vou para o meu roçado, cuido como se fosse uma criança com muito amor, e penso na nossa população porque eles merecem. Assoc. XII- F. Grç.*

*Melhorou, porque eu trabalhava para outra pessoa e hoje trabalho para mim. No aspecto financeiro, em tudo melhorou, na comida e na alimentação, mais saúde. Hoje quando a pessoa me dá um repolho de outro lugar eu não consigo comer, mesmo escaldando, eu não vou comer. Eu digo consciente, eu não quero nunca mais, eu hoje tenho uma alimentação mais saudável. Antes eu trabalhava ajudando o meu marido e não ficava com nada, depois trabalhei com uma sócia da AMA e retirava em média mais da metade de um salário mínimo. E hoje eu tiro mais de um salário mínimo. O que lucro, apesar de não vender tudo, dá para sobreviver. Antes trabalhava para os outros no sítio que era nosso, vendemos e ficamos trabalhando para os donos. Outra vantagem é conhecer novas pessoas e ter novas amizades, na feira e nas reuniões. Assoc. II- F. Gra*

A comercialização realizada através dos grupos produtores nos espaços Ecológicos/Agroecológicos, dá-se num ambiente de solidariedade e respeito entre todos os envolvidos. Isso ocorre tanto entre os próprios produtores, como na relação entre os produtores e consumidores, caracterizando diferença das vivenciadas em outras feiras ou ambientes comerciais existentes, onde se restringe apenas a um momento de uma relação comercial, sem outros vínculos e na maioria das vezes é uma relação de exploração. Nos espaços Ecológicos/Agroecológicos observa-se uma relação de amizade e de fidelidade, onde vários clientes são freqüentadores das feiras desde o seu início e sempre procurando trazer parente e amigos.

Os pontos que norteiam o planejamento e execução dos espaços Agroecológicos vão ao encontro do que é defendido pelos estudiosos da Economia Solidária que pretendem garantir relações de respeito e confiança entre produtores e consumidores, de forma a

amenizar a lógica exploratória das práticas comerciais convencionais. Tenta-se evitar a figura do atravessador e proporcionar uma alternativa de escoamento da produção rural mais qualificada, não apenas economicamente, mas também nos aspectos ético, solidário e ambiental. Verificamos a existência dos ganhos monetários que não aparecem isolados, nos depoimentos dos entrevistados da AMA-Gravatá.

#### 4.1.3.2 Melhoria na Saúde e Prática de Preservação Ambiental

Fica bastante claro na percepção dos (as) produtores (as) Agroecológicos, a existência de outros ganhos, além do econômico ou monetário, quando se referem à melhoria da qualidade da alimentação, pelo não uso de agrotóxicos, como também pela facilidade de acesso a produtos mais diversificados e com maior qualidade, melhorando conseqüentemente a sua saúde e da sua família. Outra associação observada é a consciência relacionada com a prática de produção exercida que contribui para a saúde dos consumidores, bem como para a preservação da saúde ambiental, sendo este um motivo de orgulho e de motivação para o trabalho desenvolvido de forma conjunta, com o apoio de uma organização social. Os depoimentos a seguir evidenciam os pontos acima listados:

*Quando eu vendia para a feira livre nunca sobrava nada, e hoje sempre sobra alguma coisa, por isso eu não posso parar. Estou produzindo, protegendo a natureza e a minha saúde. Assoc. XIV- F. B.V.*

*Hoje eu não vou dizer que não tenho nada, pelo menos o dinheiro da feira é certo, antes eu trabalhava no alugado, hoje eu tenho que trabalhar uns dois dias fora, mas o maior dos meus compromissos é a minha horta. Também eu em casa estou comendo uma coisa que não está me ofendendo, nem a mim nem a minha família. Planto mais de dez produtos. Trabalho com a mulher e dois filhos. Assoc. XV- F. B.V.*

*Era bem diferente em vinte a trinta por cento. Hoje temos oitenta por cento que a despesa é grande, mas se não tivesse dando certo, ninguém continuaria. Porque antigamente, meu Deus do céu, a despesa não é como com o químico, sempre tem economia porque os defensivos, a gente faz em casa e outras coisas mais. Por muitos motivos continuo na AMA. Porque não quero trabalhar mais com químico, gosto de trabalhar com a AMA. A minha família tendo saúde pode pegar um alimento no roçado e comer, e porque estamos preservando o meio ambiente, o planeta, zelando o que Jesus deu a gente. Eu gosto deste trabalho. Eu pegava uma espingarda matava passarinho, botava fogo, sem saber o que estava fazendo, acabava com o que Jesus Cristo dava a gente, o homem mesmo é quem acabou. Antigamente eu plantava pimentão sem botar nada e hoje tem que botar meio mundo de veneno. Quer dizer foi o homem mesmo quem deixou a gente nessa*

*situação. A gente recupera, se a gente for trabalhar, todo mundo junto. Assoc. XI-F. Grç.*

*Pois eu vi que a opção era produzir orgânico. Eu fiquei doente porque plantava com químico, fiquei com mancha e coceira no rosto, fiz exame de sangue e 50% do meu sangue tinha veneno. Eu plantava maracujá, repolho, pimentão, vagem e flores. Depois da doença o médico me proibiu de usar veneno. Faz quatro meses que fiquei sócio da AMA.. Antes da AMA eu comecei a plantar sem veneno, mas não tinha comercialização, não tem como vender na feira convencional, não dá retorno. Assoc. IV- F.Gra*

*É mais trabalho, não gasta, mas se perde mais tempo”. O que falta é mais divulgação das feiras. O coordenador da feira fica fazendo o que? Não tem divulgação da feira. Aquele menino que está ali é da feira de Olinda, e uma vez fez uma divulgação e deu resultado. Assoc. VIII – F.O.*

*O que me leva a permanecer na AMA é a confiança, eu tenho sempre muita confiança na AMA e ela sempre me deu muita confiança, isso me deixa orgulhoso. Vamos fazer uma associação de produtores orgânicos, mas não vamos esquecer a AMA, ela é o rei.[.. ]Assoc. X- F.Grç*

#### 4.1.3.3 Educação no Convívio Social - Aprendizagem Significativa

Proporcional ao tempo de existência da AMA-Gravatá e à expansão da produção ecológica, o processo de aprendizado dos sócios quanto à produção ecológica e às questões ambientais, não ocorreu em eventos formais de cursos, seminários ou palestras. Nem ficou a cargo apenas dos técnicos na prestação do serviço de extensão rural praticado pelas ONGs, pela empresa particular ou pelo serviço de extensão oficial. Segundo os depoimentos dos associados, o aprendizado ocorreu com mais frequência entre os (as) produtores (as), pela sua aproximação cultural e nas relações de confiança existente entre eles. Também é resultado de conhecimento pré-existente, trazido de seus familiares e de outros momentos da vida.

A propósito de conhecimento, Jesus (2005), citando Galliano afirma que :

*Em linhas gerais, conhecer é estabelecer uma relação entre a pessoa que conhece e o objeto que conhece e o objeto que passa a ser conhecido. No processo de conhecimento, quem conhece acaba por, de certo modo, apropriar-se do objeto que conheceu. Dessa forma, ‘engole’o objeto que conheceu, ou seja, transforma em conceito esse objeto, reconstitui-o em sua mente.*

Portanto, o processo de aprendizagem para trabalhar com a produção ecológica, neste caso, não é consequência de uma relação apenas de um momento formal que ocorre entre professor e aluno nas escolas, nas universidades ou em outras capacitações. Mas, é resultado de um processo de acumulação de conhecimento e estímulo à prática.



Quando perguntamos onde ocorrem os momentos de aprendizagem sobre a produção com os orgânicos e sobre o meio ambiente, obtivemos estes resultados:

Nas reuniões, porque é onde se discute mais as coisas. Aprendi sobre a AMA, sobre os produtos orgânicos e o meio ambiente e como proteger a natureza. **Assoc. I - F. Gra**

*Com outros sócios onde eu trabalhava. Assoc. II - F. Gra*

*No dia-a-dia com os outros sócios, visitando as áreas, apesar de que, desde criança, o meu pai trabalhava com orgânico, já era atendido pelos técnicos do CECAPAS, há cerca de 18 anos... Assoc. IV - F. Gra*

Pra mim é na feira e no plantio, conversando com os colegas. **Assoc. VIII - F. O**

*Na conversa com os outros colegas. O agrônomo que foi o presidente conhece alguma coisa diferente, a gente vai trocando e aprende. Nas reuniões também se aprende muita coisa. Assoc. IX - F. O.*

*Com os outros agricultores. Assoc. XVII - F. B. V.*

*É com os outros agricultores, com certeza. Porque quando a gente sabe alguma coisa sempre passa para os outros. A gente aprende aqui com os clientes que às vezes o povo sabe mais que a gente, e o que a gente sabe também passa para os clientes. Cada dia que passa a gente sempre aprende uma coisa a mais. Em cursos da AMA eu não participo, mas meus sobrinhos já participaram. Assoc. V - F. Gra*

Os depoimentos registrados valorizando a aprendizagem entre os sócios, contradizem o discurso feito durante o modelo de extensão disseminado desde a década de setenta no Brasil para a Agricultura Familiar, criticado por Paulo Freire (1983), onde a lógica é que “o produtor não sabe nada e os técnicos é quem dominam o saber que deve ser absorvido pelo produtor”.

Ficou demonstrado, contudo, que as idéias e conseqüências dessa prática ainda hoje perduram na realidade de alguns dos produtores sócios da AMA, quando se referem à imagem existente do técnico como o dono do conhecimento:

*Aprendi com os técnicos nas visitas à minha propriedade, como fazer leirões, curva de nível e como fazer os repelentes. Assoc. XIV - F. B. V.*

*Nas conversas com os outros agricultores, nas reuniões, porque lá estão os que estudaram e dizem sempre alguma coisa sobre as pragas e doenças, como cultivar a lavoura para dar uma melhor qualidade. Logo quando eu entrei fui aprendendo sobre rúcula, brócolis e alho poró, com os mais velhos e os mais experientes. O técnico contratado pela AMA ensinou muita coisa, era jovem, mas ensinou bastante coisa. Assoc. VII - F. O.*

*A diferença foi a visita do técnico, planto orgânico há trinta e cinco anos. Na hora que chegou os insetos para atingir nossa plantação, chegou o que vendia o veneno. Mas eu nunca quis produzir com veneno. Assoc. III - F. Gra*

Muitos dos conhecimentos praticados na produção ecológica, não foram adquiridos recentemente, é o resultado do acúmulo do conhecimento existente em cada um, de acordo com sua vivência com a prática agrícola e relação com a terra, e a aprendizagem no convívio com a família ou com parente próximo. É importante perceber como este conhecimento é disseminado dentro da família, envolvendo gerações, destacando e valorizando o conhecimento e as contribuições em cada fase da vida, tanto dos jovens como dos mais idosos:

*Toda coisa vai abrindo um pouco. Tinha um técnico que ensinou bastante, e nas reuniões a gente aprende também. Várias coisas eu já sabia, o composto o meu padraço já fazia, colocava o capim para o cavalo pisar e depois com um tempo, colocava cinza e fazia o composto. Isso eu não estranhei. No modo de trabalhar, quando comecei tinha gente que fazia dois anos e não sabia fazer um leirão atravessado, e eu sei por que o leirão tem de cavar de cima para baixo, se não a terra desce. Aí eu crio meus bichinhos para fazer esterco. Quando não vendo na feira levo todinho para os bichinhos, e quando chega lá é uma festa. Essa feira, graças a Deus ninguém ganha dinheiro, mas se o cara disser que passa fome é um mentiroso, porque se não plantar nada não tem, mas se plantar de tudo tem um pouco. Tem banana comprida, tem banana maçã... Assoc. XIII- F. Grç*

*Eu aprendi com a minha irmã. Ela aprendeu em cursos na AMA e está envolvida com o projeto da cozinha. Assoc. XVI - F. B.V.*

*Eu já sabia sobre orgânico no meu trabalho. Os meus irmãos trabalham com convencional, e eu não quero. Embora eles estejam bem de vida e eu parei no tempo, eu tenho uma intenção pessoal, e faço o que gosto. Eu acho bom a convivência e a participação do grupo como canto de apoio. Aprendi também quando fiz duas viagens para Bahia sobre a biodinâmica. Assoc. III- F. Gra*

*A minha filha é quem participa dos cursos e aprende. Eu nunca fiz curso, quando eu não vou para as reuniões vai meu marido ou minha filha, sempre vai alguém da família. É com os outros agricultores, com certeza. Porque quando a gente sabe alguma coisa sempre passa para os outros. É, a gente aprende aqui com os clientes que as vezes o povo sabe mais que a gente e a gente aprende, e o que a gente sabe também passa para os clientes, cada dia que passa a gente sempre aprende uma coisa a mais, em cursos da AMA". Assoc. V- F. Gra.*

*No dia-a-dia com os outros sócios, visitando as áreas. Apesar de que desde criança o meu pai trabalhava com orgânico, já era atendido pelos técnicos do CECAPAS, a cerca de 18 anos. Assoc.IV- F. Gra*

A participação em cursos, seminários, intercâmbios ou em outros momentos formais de capacitação, não envolve todos os produtores (as). Mesmo não sendo promovidos diretamente pela AMA, freqüentemente existem convites de várias organizações parceiras e instituições públicas, que promovem os eventos de capacitação e abrem vagas para a participação. Pelo pouco recurso existente na organização, a capacitação não deixa de acontecer, mas às vezes pelo desinteresse de associados (as).

*Eu aprendi mais nos cursos de capacitação, a gente aprende muito. Eu não tenho nem idéia de quantos cursos eu fiz. E com o passar do tempo, nas feiras e nas reuniões a gente vai ampliando o nosso entendimento. Eu também me sinto feliz nesse trabalho, porque eu passei um ano e meio como professor, ensinando as outras pessoas a produzirem orgânico. Assoc. X - F. Grç.*

*Nos cursos, nas reuniões também aprendo um pouco, e aqui na feira aprendo e ensino um pouquinho do que eu sei. Assoc. XII - F. Grç.*

*Depende, nos cursos, quando trabalhando diretamente com a terra. Nas reuniões é mais para discutir sobre as feiras, sobre os problemas das feiras. Comecei um curso do Germinar, mas não consegui terminar por causa do trabalho. Assoc. VI - F. O.*

A necessidade de aprender mais e a percepção de que se aprende em todos os lugares e com as diversas relações de convívio nos mais diversos ambientes, é percebida pelos sócios.

*Sinceramente, todo lado que a gente se reúne, tanto na feira, que participa de assembleia, tudo a gente aprende um pouquinho. Quando entrei na feira não sabia nem pra onde ia nada. Hoje cada vez mais aprendo e tem mais que aprender. Quando a gente vai para a reunião vai discutir diversos assuntos, então isso a gente aprende. Tem gente que não aprende por falta de interesse, toda parte que a gente se reúne a gente tá aprendendo mais. Assoc. XI- F. Grç.*

*Tanto a gente aprende nas feiras, nas reuniões, cada tempo a gente vai aprendendo também. Assoc. XV- F. B. V.*

#### 4.1.3.4 Comercialização e Educação Ambiental

Os Espaços Agroecológicos permitem às pessoas que ali se relacionam um momento de encontro e de felicidade, não simplesmente uma relação de compra e venda durante o processo de comercialização. No contato entre o produtor e consumidor, nas perguntas, comentários e conversas, fica perceptível a existência de aprendizagem sobre vários temas. Destacamos a Educação Ambiental na sua concepção mais ampla.

Quando perguntamos como se dava o relacionamento com os consumidores, eis alguns comentários:

*A gente ensina aos fregueses como proteger a saúde, não adianta comprar lá fora cheio de veneno... o coentro, a banana que não leva carbureto. Tem freguês que se agente não tiver repolho, ele fica sem repolho, mas não compra na feira. Assoc. I- F. Gra*

*A conversa mais comum é o convite que faço para que chamem seus vizinhos a participar da feira. Porque estamos contribuindo para saúde e meio ambiente e a outra conversa é ensinar a usar as verduras e para que servem. Assoc. III - F.Gra*

*Sempre assim, orientando eles sobre o produto que vão comprar. Porque é uma alimentação muito saudável, diferente dos produtos químicos. Assoc. VI - F.O*

A relação construída dentro destes espaços Agroecológicos, é de muito respeito e valorização ao saber do outro, ao trabalho da produção e geração do alimento, que em outras relações comerciais convencionais no mundo capitalista é tão pouco valorizada. É perceptível na fala dos (as) produtores (as) o repasse de conhecimento sobre o meio ambiente, transmitido ao consumidor no momento da comercialização, e o importante que não é assunto apenas dos livros ou da academia, mas coisas vivenciadas e relatadas com muito sentimento de quem vive e convive diretamente desta relação homem e terra.

*Eu converso sobre como a gente planta, a gente tem acompanhamento não trabalha só com os orgânicos, mas com a natureza, protegendo o meio ambiente. As vezes quando temos produtos grandes, eles ficam perguntando se não tem agrotóxico .Eu digo que os agrotóxicos só previnem as pragas e doenças, não faz ficar grande. O que faz ficar grande é a força do solo, que é feita pela matéria orgânica, o mato que a gente corta e deixa decompor no solo, o uso de esterco animal que a gente usa. Tem gente que visitou a nossa propriedade, comprou o produto, colheram os produtos e passaram o dia com a gente, minha sogra fez o almoço, eles ficaram impressionados, convidamos eles para passar o dia e eles se convencem que o trabalho da gente era sério. Porque eles pensavam que tinha atravessador. Assoc. VII - F.O.*

Espaço de troca de experiência e de saberes, saber popular e saber científico e geração de novas idéias e novos aprendizados. Nesses espaços as famílias rurais vêm aos centros urbanos mostrar o que sabem fazer com qualidade, nos seus sítios e nas suas comunidades. E podem apresentar com orgulho a sua solidariedade e formam grandes amigos, criam laços entre a cidade e o campo, gerando um ambiente de harmonia entre homens e mulheres e natureza, contribuindo para uma sociedade com uma economia mais solidária.

*Olhe, aqui posso dizer que é um lugar de bate-papo. A gente não vem só vender, mas sim uma troca de experiência, a gente passa e recebe experiência. E às vezes aprende porque tem cliente que já foi agricultor também. O que eu converso é como é o nosso trabalho na área agente faz, como é o nosso trabalho, a dificuldade que existe de produzir. No começo eles exigiam muito, para que servia cada alimento, o brócolis, cenoura . Assoc. X- F. Grç*

*Você tem que saber tratar. Falar como planta, como colhe e como perde o plantio. Tem fregueses que não entende. Tem um que não acredita que é orgânico, e a gente convida pra visitar. Tem outro que entende o nosso sofrimento. Assoc. VIII- F. O*

*É compadre, é comadre. Quando eles perguntam por que está tão bonito os produtos, eu digo é porque é bem zelado, se você quiser pode ir ver lá. Ela foi lá visitar e foi olhar um terreno para comprar e passou lá, e disse: vocês dão um duro medonho. Lá é muito alto tem que pegar cavalo e levar pra chã.*

*Eles perguntam como planto, eu explico isto serve para tal coisa, aquilo para tal coisa. Só não planto o lírio porque nasce dentro do mato, mas o resto tudo aqui eu planto. Assoc. XIII- F. Grç*

Mesmo nesse ambiente de harmonia observado no relato dessas pessoas, existe consumidores que não acreditam na possibilidade de um novo modelo de produção de alimentos e na possibilidade da construção de uma nova lógica de vida, a exemplo do que se prega na agroecologia. Nesse sentido, percebe-se a existência de consumidores que questionam os produtores com desconfiança, passando a acreditar pelo depoimento dos agricultores e pela relação mantida com uma instituição responsável, no caso a AMA-Gravata.

*Ele chega e pergunta quanto? Como planta? E eu falo. Tem gente que não acredita; digo que a gente tem acompanhamento técnico, não pode queimar. Só acredita quando a gente diz que é sócio da AMA, se não fosse ele não acreditava. Assoc. IX - F.O.*

*Tem gente que a conversa é pouca, não demora. Quando existe conversa, é sobre a verdura, onde a gente planta, qual é a comunidade, se a gente gosta. Assoc. II - F. Gra.*

*O que eu converso é que eles ficam perguntando se é a gente mesmo quem planta, a gente sempre ensina, explica para eles ficar sabendo. A pessoa que não tem leitura fica sem saber explicar para que serve as plantas. A pessoa fala uma coisa agora e daqui a cinco minutos eu não me lembro mais. Aprendi sempre porque eu não trabalhava com organização e depois que entrei na AMA, eu não sabia fazer planta e hoje eu sei. Com o agricultor difusor eu aprendi e com os técnicos. Só teve um técnico que deu mais assistência, mas foi embora logo. Assoc. XV - F. B.V.*

A consciência da relação de dependência e respeito do produtor para com o consumidor é percebida na forma do tratamento espontâneo durante o processo de comercialização, mesmo não sendo constatada participação em capacitações sobre técnicas de venda e atendimento ao consumidor. Esse comportamento é natural, como normalmente o homem e a mulher do campo se relacionam com as pessoas que visitam suas casas, são tratados muito bem, e com muita simplicidade. Prendem a atenção do consumidor com o seu conhecimento sobre as relações da natureza.

*A minha conversa é sempre agradável e simples, para agradar o cliente e os companheiros de trabalho. A gente tem que agradar o cliente pra gente vender. Sempre converso com os clientes para que serve tal coisa, como planta e a gente*

*começa explicando. Hoje mesmo chegou uma cliente que perguntou: a grã e a rúcula serve para que? E a gente começa a conversa agradável com o cliente. Assoc. XI - F. Grç.*

*Eu trato como amigo, eu tenho respeito e tenho muita consideração por eles, explico como a gente planta, como a gente colhe. Eu me sinto uma pessoa muito feliz e realizada na feira. Quando não venho sinto muita falta dos meus clientes e da minha comunicação com eles aqui. Assoc. XII - F. Grç.*

Mesmo com os produtores com mais dificuldade de diálogo com os consumidores, há consciência da necessidade de se manter uma boa relação com os consumidores.

*A gente conversa muito pouco, às vezes é só vender os produtos, e conversa sobre os ingredientes dos produtos. Às vezes alguma pessoa ensina as receitas de bolo. Assoc. XIV - F. B.V.*

*Assim, só para saber como é feito quais os ingredientes, às vezes eu ensino como se faz, e eles não me ensinam novas receitas. Assoc. XVI - F. B.V.*

Os espaços agroecológicos pesquisados são áreas de comercialização da produção e de educação ambiental, conforme depoimentos observados. Por ser uma experiência pioneira na cidade do Recife, em Pernambuco e na Região Nordeste, esses espaços têm certo reconhecimento e identidade entre outras organizações da sociedade civil e pública que comungam do mesmo objetivo, e se amplia com o reconhecimento do mundo acadêmico como espaço de observação e estudo. Esse ambiente de convívio interdisciplinar em vários níveis acadêmico e não acadêmico, vem permitindo a ampliação das relações e aprendizado sobre educação ambiental entre os produtores (as) envolvidos (as) e as outras pessoas envolvidas nesse convívio.

Quando perguntados sobre as visitas que recebiam, foram feitos os seguintes comentários:

*Raramente. Mas temos visita de pessoas de outros países, da Faculdade e Universidades, tiram foto, perguntam se dá certo, se tem vantagem, se estamos satisfeitos, eu digo que não estou satisfeito na questão financeira; a satisfação é outra, eu gosto de estar na feira, eu não vivo disto, eu também planto flores orgânicas. Assoc. IV - F. Gra.*

*Vem. Aqui tem chegado diversos grupos que vêm conhecer o nosso trabalho daqui do espaço, pessoas que trabalham com organizações de outros lugares, da Paraíba, Serra Talhada, Palmares e outra de Joaquim Nabuco. Tem um bocado de grupo é porque eu não me lembro, se a gente anotasse[...] Já veio gente da globo entrevistar e filmar. As conversas é que são grupos novatos, que vem em busca de experiência. Aí existe a sazonalidade dos produtos. Na região nossa não tem estufa, fica difícil, coentro não dá toda época. O povo da globo tem o objetivo só de aparecer que entrevistou sobre os orgânicos, e depois desaparece. Assoc. X - F. Grç.*

*De vez em quando chega, pessoas que vem de fora, estagiário. Um tempo atrás chegou uns índios querendo aprender, sobre o nosso trabalho, eram jovens, eles vinham de longe. Um tempo desse veio um pessoal de Amaraji querendo aprender*

*com a gente, como a gente aprendeu. Hoje estamos sendo quase professores para eles. Às vezes quando tenho tempo, acho bom, porque a gente está ganhando espaço para o nosso planeta, e tudo que a gente aprende e passa para outra pessoa, eu acho que é muito importante. Assoc. XI - F. Grç.*

*Vem outras pessoas que querem formar outras associações, falam sobre preço, o que significa pra gente, alguns produtos que não conhecem e a gente responde. Falo como comecei como é o meu trabalho. Falo do modo de atender os clientes, eu respeito muito meus clientes e eles me respeitam muito. Os meus clientes para mim são pessoas muito importantes. Vem outras pessoas que querem formar outras associações, fala sobre preço, o que significa pra gente, alguns produtos que não conhecem e a gente responde. Falo como comecei como é o meu trabalho. Assoc. XII - F. Grç.*

*Vem outros grupos de longe, de Alagoas, de Barreiros, visita a feira. Eles chegam aqui e perguntam: isso dá para viver? Eu digo olha depende de você. Se vai trabalhar para enricar, não, mas para viver dá. Agora se você não souber trabalhar... Não gasto com nada, uma banana não compro, coentro não compro, batata não compro, uma macaxeira não compro, você quer mais o que? Assoc. XIII - F. Grç.*

*Só vem pessoas da Universidade, da Prefeitura, a imprensa local, TV, estudantes das universidades do Canadá, Porto Rico, Suécia. Eles perguntam sobre o cultivo da terra, a produção, se não gasta muita água. Eles dizem que lá já estão plantando e que está dando certo. Teve uma que disse que no Rio Grande do Sul já tem muita produção. Em Pernambuco as organizações estão crescendo muito, até no sertão do Pajeú. Assoc. XIV - F. B.V.*

*Vem sim. Chegou uma vez uma pessoa da Suécia e fez um filme com a gente. Assoc. XVI - F. B. V.*

*Existe. Hoje mesmo uma pessoa que quer plantar repolho e pimentão, e queria saber qual era o produto que se usava. Também pessoas de outros países como turistas. Uns já conhecem, e incentivam a gente porque já conhecem, e outros querem saber como é que se come isso ou aquilo. Assoc. V- F. Gra.*

As visitas dos alunos(as) do Ensino Fundamental tanto das escolas públicas, como da rede privada, demonstram a contribuição dos produtores(as) das feiras ecológicas para a educação ambiental na rede de Ensino Fundamental como no Ensino Médio e Superior. Demonstra também o reconhecimento dos educadores(as) do papel exercido de forma voluntária pela sociedade civil para o Desenvolvimento Local especialmente representada pela AMA-Gravatá dentro do município.

*Aparecem alunos da escola de Gravatá fazendo entrevista para o estudo deles, pergunta onde a gente trabalha como a gente planta se a água é limpa, se é regador ou bomba, e eles dizem que foi a professora quem mandou. Assoc. II - F. Gra.*

*Tem quem vem visitar, vem de Recife, de Gravatá, e querem saber como é o produto. Já teve visita de alunos da escola, querem saber como a gente planta, como a gente protege o meio ambiente, de onde vem o produto. Assoc. I - F. Gra.*

Na feira de Olinda a frequência de alunos da rede de ensino municipal tanto particular como pública não aparece na amostra trabalhada. Mesmo a gestão pública apresentando muita simpatia pelo trabalho desenvolvido nas feiras, a rede de educação não aproveita para exercitar momentos de aprendizagem no mundo real e no que está ocorrendo em seu próprio município.

*Existem cidadãos que não vem comprar, vem visitar. Hoje mesmo veio um perguntar que hora abre a feira, que horas termina como são os produtos, se são beneficiados [...] essas coisas. Não vem estudantes, vem pessoas de Olinda em idade mais avançada de trinta a quarenta anos. Assoc. VI - F. O.*

*No meu banco até agora não, se chegou não estou lembrado. Assoc. IX - F. O.*

Mesmo com toda a mídia sensibilizada sobre as questões ambientais, as pessoas desconhecem a possibilidades e o processo de produção de alimentos de forma saudável e sem agredir o meio ambiente, e o momento da comercialização vem se tornando um momento de descoberta e valorização desse saber.

*[...] quem vem visitar vira cliente, não sabe o que é orgânico. A gente diz que é um pouco mais caro, mas vale a pena para proteger a saúde, e eles viram clientes. Já apareceu gente de escola ou foi de universidade um ou dois, não me lembro mais. Aprendemos com os clientes, existem alguns. Porque não sabemos como conservar melhor, a importância de alguns alimentos para a saúde, e a gente aprende, a gente passa e a gente repassa. O brócolis mesmo, aprendi como conservar dando uma fervura e colocando para congelar, que ele é antibiótico, foi um asiático ou chinês que disse. A gente aprende muita coisa com os clientes. Assoc. VII - F.O.*

*Todos que vem comprar. Já chegou um visitante de outro país com outra mulher, ele falava e a mulher que estava do lado respondia. Não sei de onde eram. Assoc. VIII - F. O.*

*Muito pouco, em vez em quando chega aqui mesmo da própria feira e conversava muito com a gente, alguma pessoa que sabia da feira, a gente explica como agente planta sem adubo químico. Assoc. XV- F. B.V.*

#### 4.1.3.5 Organização Social e o Desenvolvimento Local

No entendimento da lógica do Desenvolvimento Local não deve ser considerado apenas o enfoque econômico, como já citamos anteriormente no Capítulo I, quando destacamos o que fala JARA (1998); CAPORAL e COSTABEBER (2004). Outra característica importante nesta temática é que “o homem deve ser o sujeito e não o beneficiário”, Isto é, as pessoas devem participar ativamente. Na visão humanista e ecológica trazida para o Desenvolvimento Local, onde as ações não são as propostas de estado para as



peças e comunidades, mas surgem a partir delas, traz estímulo às iniciativas compartilhadas e à construção de uma economia mais sustentável, possibilitando o enfrentamento dos problemas existentes na comunidade e buscando uma maior qualidade de vida para o referido grupo.

Esse processo só ocorre partindo de iniciativas locais e de uma rede de relações de confiança. No caso da AMA, observa-se que o processo de constituição inicial da organização social, não se deu com o propósito da captação de recursos de programas oficiais de governo, mas, de uma rede de relações e de uma necessidade comum, comentada nos depoimentos durante as entrevistas, quando questionados sobre como tomaram conhecimento da AMA:

*Conheci a partir dos sócios de lá de São Severino de Gravatá. Assoc. VI - F. O.*

*Através do presidente da AMA que era vizinho distante uns dois quilômetros. Eles fundaram a associação através de um grupo de amigos e com o passar do tempo, resolveram plantar orgânicos para fornecer em domicílios em Gravatá. Depois acharam por bem convidar algumas pessoas para participar desse trabalho e também ser sócios. Eu fui o segundo a ser convidado. Eu tinha experiência porque em oitenta e sete participei de curso de capacitação em trabalhos orgânicos em Pesqueira com o grupo que hoje faz parte do SERTA.. Assoc. X - F. Grç.*

*Eu moro lá em São Severino, e desde que começou o trabalho que eu queria entrar e não abria espaço. O meu vizinho me prometeu que assim que abrisse espaço me chamaria. Quando abriu espaço, eu fui para a reunião e o presidente era agrônomo e me explicou como era de ser da feira. No começo deu trabalho para ir pra's feiras, a gente tinha que ir com outra pessoa, e eu vinha para o banco de outro nas Graças. Depois ajeitaram este espaço em Boa Viagem e eu não tinha condições de comprar a banca, me juntei com outro, e eu falava sempre na reunião, que quando abrisse espaço eu queria minha banca sozinho. Assoc. XV - F. B.V.*

*Nós tomamos conhecimento trabalhando com um dos diretores da AMA, trabalhava pra mim e Valença, depois me associei e fiquei trabalhando na terra de um dos dirigentes que não me cobrava nada, ele ficava com verduras para o seu consumo, entregava em casa e levava para algumas pessoas em Gravatá, e depois fui para a feira daqui das Graças. Assoc. XIII - F. Grç.*

A rede de relações que determinou o crescimento da AMA além do idealismo de um pequeno grupo de intelectuais, se diferenciando no caso dos produtores(as) está baseada na sua formação que foi construída através de laços familiar muito fortes.

*Meu tio era sócio e ele sempre me orientava há cerca de cinco anos. Assoc. IV - F. Gra.*

*A minha irmã já participava, e eu não. Fui conhecendo melhor e ela foi dando informação como era. Assoc. V - F. Gra.*

*Através do meu sogro, ele já era sócio e já produzia. Assoc. VII - F. O.*

*Tomei conhecimento pelos outros. O meu padasto foi uns dos primeiros que começou nas Graças. Assoc. VIII - F. O.*

*Meu pai já tava na AMA. E eu comecei trabalhando pra ele, gostei e me encaixei no trabalho e tomei gosto. Assoc. IX- F.O.*

*Através da minha sogra que já trabalhava há seis anos. Eu trabalhava no convencional e ela me convidou e eu não pretendo parar. Assoc. XIV - F. B.V.*

*Através da minha sogra, ela já era sócia a muitos anos. Assoc. XVI - F. B. V.*

*Através do meu sogro. Assoc. XVI - F. B.V.*

A principal motivação para o envolvimento com a organização social relatada pelos entrevistados(as), é o sentimento de confiança nas pessoas que estão diretamente ligadas à gestão. Mesmo sendo considerada pela população local, como sendo uma organização fechada e com muitos critérios e regras para o acesso, não foi motivo para desestímulo aos produtores(as) nem diminuiu o interesse e o desejo de se tornar um associado.

*Tinha uma pessoa perto da minha casa que era sócio, e eu perguntei como poderia participar, e ele falou com o presidente, fui visitado pela AMA, fui aprovado em assembléia, e até hoje participo, e estou muito satisfeito, nunca pensei em sair. Apesar de estar um pouco doente, meu filho é quem está enfrentando tudo, mas se Deus quiser fico bom logo. Tive hanseníase. Assoc. I - F. Gra.*

*Eu acreditei nas pessoas que estavam lá, na direção, os mestres que estavam lá, eu disse vou tentar e deu certo. Quando a minha patroa falou que não podia mais me contratar, sugeriu que ficasse sócia. Fui chamada na casa dele, do presidente da AMA, e me convidou, insistiu muito. Na época tinha os seis filhos em casa e todos foram saindo para trabalhar. Assoc. II - F. Gra.*

A situação de falta de oportunidades de emprego no mundo atual, principalmente para os jovens sem qualificação, a fim de atender às exigências do mercado de trabalho aliado ao cenário de desestímulo do modelo de exploração convencional dos que fazem a agricultura familiar no Brasil, com dificuldade de acesso ao crédito, sem assistência técnica e sem apoio à comercialização, foram elementos motivadores para estimular os produtores(as) a reconhecer a importância de se organizarem através da AMA-Gravatá para enfrentar essas dificuldades.

*O principal motivo foi a dificuldade de condições financeira, eu vivia em uma situação muito difícil. A agricultura convencional não estava dando mais pra mim, e na realidade entrei para fazer um teste para ver se a coisa melhorava e melhorou. Graças a Deus deu certo. Até hoje, me sinto feliz de fazer este trabalho. Já tem dez anos. Assoc. X - F. Grç.*

*Através do meu irmão, ele já trabalhava na AMA, e a gente trabalhando para a CEASA com muita dificuldade. Foi o tempo que me juntei com ele, antes eu e ele plantava flor e mangaio, depois como ele tava na AMA e tava dando certo, disse vamos ser sócio da AMA e eu disse vamos. Assoc. XI - F. Grç.*

*O motivo foi que eu trabalhava convencional, a gente planta e quando levava para feira não tinha para quem vender, e hoje é direto. Outra coisa, estamos*

*preservando a natureza e não estamos trabalhando com agrotóxico. Tenho quatro anos como sócio. Assoc. XIV - F. B.V.*

*Para comercializar, e já sou sócio há aproximadamente quatro anos. Assoc. III - F.Gra.*

*O motivo foi para eu ter a minha própria renda, porque eu só vendo produtos integrais, bolos, pastéis e pães. Sócia há três meses. Assoc. XVI - F. B.V.*

*Foi que eu pensei muito na minha saúde e na minha situação financeira que vivia em uma situação muito ruim também. Já faz oito anos. Assoc. XII - F. Grç.*

Outra grande motivação a ser um sócio da AMA, foi a consciência dos produtores (as) dos danos à sua saúde que vem causando a produção com o uso de agrotóxicos e de outros elementos químicos.

*O principal motivo é que eu não podia trabalhar com veneno, tinha problema na garganta, e meu marido não consegue mais emprego, ele é agricultor. Faz cinco anos que sou sócia da AMA. Porque era tudo orgânico, e a gente sonhava um dia trabalhar sem veneno. Porque o veneno prejudica a saúde da gente e com certeza valeu a pena ser sócia. Assoc. V - F.Gra.*

*Não usar químico, principal objetivo, já tem seis anos que sou sócio. Assoc. VI - F.O.*

*Foi que eu trabalhava com agrotóxico e vivia doente com dor de cabeça, e eu disse, vou parar. E já faz quatro anos. Assoc. VIII - F.O.*

*A gente trabalhava plantando uma coisinha com veneno, e o veneno não coloca ninguém pra frente, só coloca pra trás e quando levava pra feira a gente não arrumava nada. Nesta feira a gente dá pra comprar alguma coisa, arrumar a feira. A gente trabalhando direitinho vende um produto sem medo, as pessoas ficam sem medo. Tenho seis anos como sócio. Assoc. XV - F. B.V.*

A identificação com a proposta da AMA-Gravatá de trabalhar com a lógica da Agroecologia, foi definitiva para que produtores (as) se associassem. O ambiente amigável e a possibilidade de aplicação de um aprendizado familiar já acumulado durante suas vidas, motivaram a aproximação do grupo para formação da associação.

*[...] eu já tinha um sítio, já era orgânico e eu não sabia. Meu pai não gostava de matar animais nem de fazer queimada e eu não tive problemas. Foram visitar a minha área, o técnico, disse que já era orgânico. Há uns cinco anos sou sócio. Os amigos me deram muita força, aprendi muita coisa. Assoc. VII - F.O.*

*Meu pai já tava na AMA e eu comecei trabalhando pra ele, gostei e me encaixei no trabalho. Tomei gosto no trabalho. Assoc. IX - F.O.*

*A liberdade de trabalhar para a própria pessoa. Assoc. XVI - F. B.V.*

*Eles achava difícil trabalhar com muita gente de lá, e eu não, porquê o meu padrasto sempre trabalhava como agente, não queima mato, nunca colocou veneno na terra, trabalhava em curva de nível e eu não achei difícil. Aí o coordenador*

*disse pronto você já sabe de tudo e pode se associar. Meus avós trabalhavam com flores (gladiólio, margarida, carinho) cebola, café, cenoura, pimentão e alho sem veneno Hoje tá invadido, mas isso foi costume que colocaram na terra. A minha mãe resolveu dividir as terras comigo e com meu irmão. Hoje trabalho na minha própria terra, já plantei banana, já construí uma casinha. Tem uns oito anos que sou sócio da AMA. Assoc. XIII - F. Grç.*

Os associados percebem a AMA-Gravatá, como sendo incentivadora e motivadora da preservação ambiental para os moradores na comunidade de São Severino. Este foi um resultado do trabalho de educação ambiental desenvolvido pela Escola Brejo da Floresta, durante os seus quatro anos de atuação junto às crianças da região. No entanto a atuação mais importante identificada pelos entrevistados, se deve ao próprio trabalho da Agroecologia desenvolvido pelos produtores. Quando inquiridos sobre a influência da AMA na comunidade de São Severino de Gravatá, deram os seguintes depoimentos:

*Preservar o meio ambiente, ela influencia muito o povo de São Severino, não jogar lixo na rua, preservar a água também. Da água explica muita coisa boa, de tudo eu já vi. Na educação fizeram uma escolinha para colocar as crianças pra ficar aprendendo, e ensinam a fazer artesanato, influencia em tudo. Diz qual é o alimento para a gente se alimentar, ensinam a se alimentar qual é o alimento mais saudável. Assoc. V - F. Gra.*

*Da minha parte eu acho que tem, não sei os outros. A AMA ajudou muito, a pessoa que diz que não, está errada. Ajudou porque não tinha esse negócio de botar fogo no mato, cortar madeira. E hoje, o povo não faz mais isso, e isso foi a AMA. Porque antes o povo não se ligava nisso. O meu menino estudou na escolinha da AMA. Assoc. XV - F. B.V.*

*Na comunidade a AMA é boa e muita gente quer participar, e pede para gente dar uma ajuda. Se fosse ruim as pessoas não estavam querendo entrar. A AMA influencia a parte do meio ambiente. Eu estou muito feliz em fazer parte desta associação. Eu trabalhei com gente muito honesta e aprendi tudo, e tento fazer mais do que ela. Eles fizeram primeiro, depois a gente viu e aprendeu. Ajudou a muitos agricultores que viviam necessitados de trabalho, e incentivou as pessoas para não cortar as árvores, não fazer queimada, cuidar do lixo para não deixar espalhado na terra. Hoje a gente junta às bolsinhas para colocar no carro do lixo. Assoc. II - F. Gra.*

*A AMA influencia no meio ambiente, sobre o lixo que deve ser colocado em um só lugar, não fazer fogo, preservar a floresta, não deve cortar árvores. Tem pessoas perto que quer entrar e não temos local para comercializar. Por isso estamos articulando com a CEASA um espaço para comercialização de orgânicos. Assoc. IV - F. Gr.*

*Sempre preserva bem, diz que se esta gente rica comprar aquela área acaba, sempre fica nisso. Todo mundo não deixa lixo na comunidade, colhe e espera o carro da Prefeitura. Antes não tinha isso. Assoc. VIII - F.O.*

*Tem, porque ensina como cuidar do meio ambiente, da limpeza, como cuidar das águas, da plantação, do lixo. Tudo isso veio depois dessa associação da AMA. Assoc. XII - F. Grç.*

*É lógico, não pode derrubar árvore, deixar plástico espalhado, não pode usar agrotóxico, o lixo que a gente fica é orgânico, mas plástico a gente leva pra cidade. Tem carro para levar o lixo. Assoc. XIII - F. Grç.*

*No meio ambiente, o lixo para não queimar e os produtos maravilhosos que ensinam a gente, o plantio, os bolos e pães. Uma associada da AMA sempre faz oficinas de reciclagem com as crianças. Assoc. XVI - F. B.V.*

*Existe. Sempre está organizando, fazendo reunião. Se não fosse a AMA São Severino estava abandonada. É porque a ruinha não tem jeito. Assoc. IX - F. O.*

A influência da AMA-Gravatá para o Desenvolvimento Local de São Severino não é muito percebida pelos poucos associados produtores (as) que não residem na comunidade.

*Não sei, moro distante de São Severino. Assoc. III - F. Gra.*

*Não moro lá, só vou nas reuniões, mas acho que influencia. Porque a gente vê a empolgação das pessoas. Assoc. I - F. Gra.*

Apresentam-se outros elementos caracterizantes do Desenvolvimento Local, que não trabalham apenas o processo da produção como ganho econômico. Demonstra-se que através da motivação dos ganhos conquistados com o apoio realizado à comercialização da produção ecológica, são trabalhadas as questões ambientais, de saúde, de educação entre outros aspectos.

*Influencia muito na saúde. Eu me prejudiquei muito. E agora a minha saúde é 100% garantida. Acho que teve muita influência principalmente na saúde. Assoc. VI - F.O.*

*Tem, e como tem influencia. A AMA se preocupa muito com a situação da região de São Severino e com a cidade, com não desmatar, não queimar, não jogar lixo, não pegar passarinho para vender, sobre o trabalho ser organizado. Nas escolas em geral já tem aula sobre o meio ambiente, porque o meu filho já fez trabalho sobre árvore, mas são os professores mesmo que ensinam. Assoc. X - F. Grç.*

*Bastante, bastante. Ela dá muito apoio. Tenho duas crianças em casa, sou chato, até saco de pipoca eu guardo. Eu tenho um lugar reservado para guardar plástico, garrafas, ferro e depois eu posso até vender para não deixar espalhado no mundo. A gente aprendeu isso com quem? Com a AMA. Fiz uma visita de fiscalização e eu disse para outro companheiro que tava começando, você tem que fazer uma limpeza na sua área, que estava muito cheia de plástico. Tem algumas pessoas que acha que eu to perdendo tempo, mas tem gente que só falta deixar de trabalhar com veneno, não corta mato, não faz queimada. Agora é uma luta longa, a AMA começou tinha três a quatro pessoas e hoje tem pra mais de trinta. Assoc. XI - F.Grç.*

*Acho que tem sim, por onde passa ensinam muita coisa boa, como se prevenir de algumas doenças. Lá onde eu moro, quando tem reunião, falam muitas coisas interessantes. As árvores eles passam prá gente preservar, eles entregam plantinhas para a gente sair plantando nas ruas, as árvores de lá de São Severino foi tudo que eles deram pra a gente plantar nas ruas. Assoc. V- F. Gra.*

*Tem sim. Eu trabalho com plástico aqui na feira, mas acho que é errado. Se a AMA não tivesse influenciado na Prefeitura não teria colocado caminhão de lixo para o brejo. Assoc. XIII - F. Grç.*

*Tem, mudou muito, porque as pessoas tiravam madeira, lixo era espalhado. Agora orienta o consumo de verduras e que faz bem para saúde, em vez dessas com veneno. Assoc. XVI - F. B.V.*

Também é identificada a importância atribuída ao processo de organização da população para o Desenvolvimento Local. Os envolvidos têm consciência das limitações da organização enquanto promotora de desenvolvimento.

*Eu acho que depois da AMA diminuiu o desmatamento, o esgoto. Incentivou o plantio de mudas, e incentiva as pessoas a trabalharem sempre organizadas. A AMA é sempre muito importante para o pessoal de São Severino. Assoc. XIV - F. B. V.*

*[...]. estamos nos desligando da AMA. Ela só vai ficar na área urbana. A AMA vai ficar como nossa mãe, a gente não vai esquecer. Ela pode mudar o nome, mas sempre vai ser a nossa mãe. A gente luta para preservar o meio ambiente, os animais, o pouco da floresta. Quem destrói o meio ambiente, está destruindo a sua própria vida, acha que não, mas tá. Assoc. VII - F.O.*

Mesmo com toda admiração e reconhecimento atribuído ao trabalho desenvolvido pela AMA, ao longo dos seus dez anos de existência, os produtores estão discutindo a criação da sua própria associação. No entanto, não pretendem se desvincular da AMA. Essa atitude dos produtores vem demonstrar uma busca de autonomia na gestão de sua organização que é prevista no processo de Desenvolvimento Local, segundo o que diz Sérgio Buarque (1999) e Paulo de Jesus (2003) :

*O Desenvolvimento Local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população[.....].representando transformação econômica e na organização social em nível local, resultando na mobilização das energias da sociedade (BUARQUE, 1999, P.23)*

*Pode-se, pois, dizer que se está perante uma iniciativa ou um processo de DL quando se constata a utilização de recursos e valores locais, sob o controle de instituições e de pessoas do local, resultando em benefícios para as pessoas e meio ambiente do local. JESUS (2003, p.72).*

#### **4.1.3.6 A relação AMA-Gravatá e o Município**

A influência da AMA-Gravatá no município é visível, quanto ao empoderamento dos associados(as) no processo de contribuição e participação das políticas públicas definidas para o município e região, principalmente como membros de conselhos municipais ou nos trabalhos em parceria com outras entidades, ou até mesmo servindo de exemplo para outras organizações.

*Não frequento muito a cidade, mas acho que influencia no Conselho de Desenvolvimento de Gravatá e no Sindicato. Faço parte do Conselho representando o assentamento. A AMA é um órgão forte, ensina a todo mundo, não só aos sócios, mas a todo mundo, não queimar mato, proteger o meio ambiente, estas coisas. Quando estou conversando com as pessoas estou influenciando para proteger o meio ambiente, as pessoas não acreditam que a AMA é assim. Assoc. I - F. Gra.*

*Sempre a AMA está de dentro. Se fizer alguma coisa, como cortar as árvores, não pode cortar o mato. O Movimento dos Sem Terra da FETAPE, eu disse lá para os grandes, que a AMA faz produção sem agrotóxico. E ele disse que assim é mais fácil de sair a terra. Todos lá querem produzir sem agrotóxico, são uns 42 que estão na invasão do engenho João Gama, ocupando setecentos hectares de terra há cinco anos, são quase tudo da AMA.. Assoc. VIII - F. O.*

*Tem. Porque mexe com tudo, até com os meninos de rua, com o GAMR - Grupo de Apoio aos Meninos de Rua. Está em todo lugar dentro de Gravatá, pra prevenir as matas, as nascentes, não fazer queimadas. Eles estão certos, porque se não fosse eles a gente não tinha mais nada, ou tinha muito pouco. Assoc. IX - F. O.*

*Existe. Fui convidado para fazer um trabalho em outras comunidades por setor, e cheguei a ir pra comunidade de Cotunguba na região do agreste pra incentivar o povo a proteger o meio ambiente. Na cidade a preocupação é sobre as podas trágicas que acaba com todas as árvores, sobre o rio Ipojuca. O resultado é com os catadores de lixo, com o projeto CRESCER, o reflorestamento da área verde perto do hospital já foi interesse da AMA. Assoc. X - F. Grç.*

*Acho que tem. Porque trabalha em diversos setores. Ainda ontem um agente de saúde disse que Gravatá tirou em primeiro lugar sobre o meio ambiente, porque não tem muito lixo, não tem muita queimada. Porque a gente vê setor por aí que faz pena viu? Eu tenho participado de diversas reuniões, e tudo isso é educação, o que a AMA fez com a escolinha..., tudo isso parte da AMA para ensinar os nossos filhos a não matar passarinho, não desmatar. Assoc. XI - F. Grç.*

*Sobre a questão da poluição da água do Rio Ipojuca, o resíduo do leite derramado no rio pela Natural da Vaca em dezembro de 2006, proibindo o meu plantio. Fui indenizado, e a empresa pagou uma multa de trinta mil reais à CPRH. Fui eu e o presidente da AMA para o Ministério Público, e eles da empresa com três advogados. As pessoas não acreditavam que a gente ia vencer, porque era uma grande empresa". Assoc. XIV – F. B. V.*

No tocante ao que se propõe a AMA, a sua imagem de uma organização forte de defesa ambiental, tem caracterizado o seu trabalho. Tanto pelos associados, quanto pela população.

*Sempre conversamos com os colegas e eles dizem que a associação está trabalhando bem. Assoc. IV - F. Gra.*

*Existe, orientando as pessoas nas feiras. Nas escolas é sempre mais difícil. Sobre o desmatamento tem muita influência na cidade e no município, orientando as pessoas a não desmatar. Assoc.VI - F.O.*

O que se constata na análise das entrevistas realizadas com os dezessete produtores é que, através de uma mobilização ainda pequena, provocada pelo cultivo agroecológico, se pratica a educação ambiental com as pessoas envolvidas diretamente, no caso os produtores e suas famílias, bem como com os que mantêm contato com estes, demonstrando uma capacidade de mobilização para o Desenvolvimento Local, no que diz Sérgio Buarque (1999,p.24), “o Desenvolvimento Local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto”.



## 5 CONCLUSÃO

Neste momento tentaremos exercitar algumas conclusões a que chegamos após toda a pesquisa realizada sobre o objeto de estudo: a trajetória da AMA-Gravatá, nos objetivos de implantação do Desenvolvimento Local, entre produtores familiares na região do brejo, no município de Gravatá – PE.

Quanto ao atendimento à pergunta norteadora da pesquisa : de que forma os associados da AMA-Gravatá influenciam na mudança de concepção de práticas de preservação ambiental e idéias agroecológicas? Podemos iniciar comentando sobre o comportamento individual das pessoas até a vivência coletiva. Um dos motivos da satisfação dos sócios da AMA deve estar vinculado ao processo de adesão à associação. Neste momento, já se observa uma visão de mudança do lugar compartilhada por todos(as). Isto está condicionado à motivação para agregar a organização, que inicialmente pode até estar vinculada à questão econômica, passando em seguida ao reconhecimento dos outros ganhos que existem com a participação na associação. Por isso, o sentimento de pertencimento como grande motivador da mobilização para o desenvolvimento local.

A legitimidade dos(as) agricultores(as) para uma prática de processos que caracterizam o Desenvolvimento Local, é observada principalmente na forma espontânea de constituição da organização associativa e na relação de confiança entre os membros. Diferente, portanto, da maioria das organizações sociais que se formalizam para responder a uma necessidade das formas de ação do Estado. Enquanto isso os princípios ideais pregados pelo associativismo são então negados pelos associados, que disputam entre si a transferência de bens a serem apropriados individualmente. E o porta-voz corresponde ao presidente que é capaz de se doar em termos de tempo, recursos financeiros e capacidade de convencimento ou então aquele atrelado a um político, provocando a dependência da organização social.

No contexto em que os governos estimulam a criação de entidades coletivas de agricultores como estratégias de enfrentamento da pobreza no campo, surpreende a história de vida da AMA-Gravatá, pelo fato de se tratar de um grupo de agricultores familiares que

constituiu uma associação sem a preocupação de captar recursos, mesmo enfrentando várias dificuldades comuns à Agricultura Familiar, ou seja, no seu gerenciamento, organização da produção e comercialização. Mesmo assim, tal organização, foi capaz de sobreviver dez anos, enquanto organização social, sem acessar as linhas de financiamento oferecida pelas políticas públicas para Agricultura familiar.

Acreditamos que não é assim com outras instituições que predominantemente vivem à procura de recursos externos, criando um ambiente de ilusão e gerando expectativas para seus associados, pois os recursos são pontuais e esporádicos. Mesmo os financiamentos para os processos de capacitação, não resolvem os problemas das comunidades. Isso porque, a capacitação é pontual e o capacitador não tem o tempo suficiente para o envolvimento durante a capacitação, e logo volta para sua realidade. Não é exercitada portanto, a autonomia da organização para resolver os seus problemas. Observamos que em nosso caso estudado ocorre diferentemente Esta é uma das diferenças encontrada na gestão social da AMA-Gravatá, a freqüente discussão e embates, nas reuniões, encontros e assembleias, na tentativa de resolver seus problemas de forma coletiva. Dessa forma as soluções surgem espontaneamente dentro do processo, desde as mais simples as mais complexas resoluções. De acordo com os depoimentos dos homens e mulheres entrevistados, ficou bem nítido que existe a satisfação pessoal e o sentimento de pertencimento.

Sobre a participação da mulher, embora não se trate do nosso aspecto central do estudo, historicamente, na sociedade geral, houve pouco reconhecimento do trabalho desenvolvido pela mulher na produção familiar. Com isso as mulheres ficavam afastadas do processo de comercialização e organização social, cabendo a elas apenas o processo de produção dentro da propriedade. Essa é também uma prática ainda observada na experiência da AMA, pois apenas 20% dos associados produtores são mulheres, porem 30% são participantes das feiras agroecológicas que estão acompanhando seus maridos ou seus pais. Isso traz indícios de que ainda quem é o representante da família é o homem. Observamos que o que acontece entre reconhecimento do trabalho do homem em relação ao trabalho da mulher indica que existem mudanças, mais ainda não assegura a fazer grandes afirmações. A feira agroecológica é uma possibilidade de se reconhecer enquanto mulheres agricultoras, sentir orgulho do que fazem e perceber que agricultura é uma profissão de valor.

No objetivo de analisar a influencia da AMA para alguns elementos estruturantes do desenvolvimento local na comunidade de São Severino de Gravatá, podemos dizer que houve um fortalecimento da agricultura familiar, através da exploração agroecológica e

comercialização da produção por meio das feiras, permitindo uma prática mais solidária, e que desperta um novo futuro para a juventude rural. Na pesquisa nota-se um número significativo de associados jovens, e os filhos e filhas dos produtores, envolvidos desde a produção até comercialização. Essa possibilidade de envolvimento da juventude anda é pequena, mas garante uma semente de continuidade para a agricultura familiar como uma profissão reconhecida e de valor para a juventude, que antes só deslumbrava a opção de migrar para o meio urbano em busca de trabalho.

Quanto ao objetivo de comparar os resultados obtidos pelos agricultores e agricultoras com a produção orgânica em relação às práticas da agricultura convencionais, podemos afirmar que além do fortalecimento da agricultura familiar, com a pesquisa verificamos que a experiência com a agroecologia promove a melhoria monetária apresentando rendimentos de mais de um salário mínimo por cada família. Outros ganhos foram: melhoria da saúde com a consciência de prática preventiva, a segurança alimentar da família, a geração de trabalho e renda com o envolvimento de outros membros da família. Também outro ganho de caráter social e de muito valor significativo está no fato de que a AMA participa como um agente de educação, no processo da educação do campo e com a prática da educação ambiental vivenciada. Outro aspecto importante é a formação da rede de relações de confiança que viabiliza o fortalecimento das organizações sociais da agricultura familiar e o reconhecimento e valorização do trabalho desenvolvido estimulando a produção de bases sustentáveis.

No atendimento ao objetivo de analisar a influência da AMA para a educação ambiental no município e especialmente nas relações com as pessoas que freqüentam os espaços de comercialização nas feiras Agroecológicas, queremos destacar que de princípio a AMA faz um trabalho educativo, influencia nas escolas e nos trabalhos dos professores, nas descobertas dos alunos quando pesquisam e conhecem o trabalho da associação. O trabalho educativo propriamente dito acontece mais de fora para dentro do muro das escolas, em um processo que faz um entrelace entre a educação do campo e a Educação Ambiental, e cria a possibilidade dos educadores realizarem uma prática de uma educação ambiental mais crítica. Isso pode ocorrer não só nas escolas da comunidade de São Severino e na região dos brejos, mas também na sede municipal, nas escolas de caráter público e privado. Existe também, a possibilidade de um maior aproveitamento do ambiente educativo proporcionado pela AMA, como ação pedagógica da realidade social, trabalhando na perspectiva da construção do conhecimento contextualizado. Valoriza ainda a relação com o outro e com o mundo externo da escola, articulando estas a um movimento agroecológico existente no seu município,

estimulando a troca de saberes, podendo fazer parte do seu planejamento anual, o que já é praticado por alguns educadores do município.

Seguindo o objetivo da Educação Ambiental, verifica-se que a vivência da AMA-Gravatá, promove um ambiente educativo por assessorar o produtor em um processo de transformação da sua realidade, e também influenciando seu entorno, com o exercício da prática cidadã quanto a participação na associação, nos conselhos e em outros espaços públicos.

A comercialização mais que a venda de um produto limpo é o compartilhar de uma boa idéia. Os associados participantes das feiras, parecem compreender melhor o seu papel na agricultura familiar e seu papel social como divulgador/difusor de uma boa idéia. Com a sua presença nas feiras e o contato direto com os consumidores, possibilita uma maior valorização do seu trabalho e a ampliação dos seus conhecimentos. Também, possibilita o reconhecimento do seu valor, pois dá visibilidade ao resultado do seu trabalho pela comunidade em outros ambientes rurais e urbanos. Provoca ainda a sua participação e autonomia para as atividades públicas, tanto na associação como em outros espaços. .

Com relação aos objetivos do Desenvolvimento Local, entre os vários fatores que já foram citados, encontramos a capacidade do estabelecimento de parcerias com outras organizações sociais como sinal de autonomia do grupo, que estimula a formação de redes fortalecendo uma identidade mais coletiva. As feiras têm criado diversas formas de solidariedade na relação entre o campo e a cidade. Nela é preservada e valorizada a confiança na relação e não apenas o ganho financeiro. Estas relações vêm se confirmando como satisfatórias para os produtores e consumidores, tendo em vista a ampliação freqüente das feiras em todo o Estado de Pernambuco.

Para aqueles que acreditam que a construção de um mundo diferente é idealismo e retrocesso, e que o mundo moderno não tem espaço para esse tipo de prática, após a experiência estudada da AMA-Gravatá na prática da agroecologia, percebemos que mesmo sendo uma experiência com um número relativamente pequeno de pessoas, ela comprova a possibilidade de uma prática diferente de relacionamento, entre produtores rurais e consumidores, compreendendo assim, o quanto podem aprender juntas e assim permitir a construção de espaços de convívio em um mundo melhor.

Estamos cientes de que o trabalho de pesquisa aqui realizado não é o suficiente para assegurar generalizações, por exemplo. Porém, abre espaço para novas pesquisas nesta área, especialmente, indicando a necessidade de semelhante estudo em outras organizações que têm

objetivos próximos ao da AMA-Gravatá.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Tradução Patrícia Vaz. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ALTIERI, M.A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MEIO AMBIENTE DE GRAVATÁ. **Estatuto social**. Gravatá, 1997.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MEIO AMBIENTE DE GRAVATÁ. **Diagnóstico organizacional participativo**. Gravatá, 2008.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO MEIO AMBIENTE DE GRAVATÁ. **Histórico**. Gravatá, 2006.

BACELAR, T.; SINGER, P. Economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., 2006, Brasília, DF, **Anais...** Brasília, DF, 2006.

BARROS, E. A. **Inserção dos agricultores de base familiar no mercado da agricultura orgânica**: o caso da associação dos amigos do meio ambiente. 2005. Dissertação (Mestrado) - Programa de gestão de políticas públicas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

BANCO MUNDIAL. **Banco Mundial no Brasil**: uma parceria de resultados. 2004. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.br>>. Acesso em: 1 jun. 2005.

BATISTA, F. M. C.; BATISTA, Q. de . (Org.). **Educação rural**: sustentabilidade do campo. Feira de Santana: MOC, 2003.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Concentração de terra, pobreza e exclusão social no campo**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 15 ago. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, DF, 2000.

BOURDIEU, P. NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A.(Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. (Ciências Sociais da Educação).

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: IICA, 1999.

CALLOU, A. B. F. **Comunicação rural, tecnologia e desenvolvimento local**. São Paulo: Intercon; Recife: Bagaço, 2002.

CALLOU, A. B. F. Extensão rural e desenvolvimento local: significados contemporâneos. **Unirevista**, São Leopoldo, v.1, n. 3, jul. p.1-9, 2006.

CAPORAL, F. R; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília, DF: MDA, 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, Hugo (Org.). **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no MERCOSUL**. Santa Maria: UFSM/Pallotti, 2003. p. 157-194.

CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

CONWAY, G. R.; BARBIER, E. D. **After the grenn revolution: sustainable agricultura for development**. London: Earthscan, 1990.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 4. ed. São Paulo: Gaia, 1992.

FERNANDES, B. M. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FRANCO, A. **Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável**. 2.ed. rev. amp. Brasília, DF: Compukromos, 2000.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **Pedagogia da terra**. 3. ed. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2000.

GARSCHAGEM, S. A sustentabilidade das pessoas simples: melhores práticas. **RH. Desafio**, Brasília, DF, 2007.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia**: processos ecológicos em arquitetura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papyrus, 2004.

IBGE, **Censos demográficos**: 1985, 1995, 1996, 2000. Disponível em :< [www.ibge.gov.Br](http://www.ibge.gov.Br) >. Acesso em: 5 out. 2007.

INFORMATIVO do espaço agroecológico. Recife, ano 5, n. 6, nov. 2007. Especial de aniversário.

JARA, J. C. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: IICA, 2001.

JARA, J. C. Globalização, desenvolvimento local e associativismo. In: **A sustentabilidade do desenvolvimento local**: desafios de um processo em construção. Brasília, DF: IICA, 1998. p. 63-77.

JESUS, P. de. Da agricultura alternativa a agroecologia: para além das disputas conceituais. **Agricultura Sustentável**, Jaguariuna, v. 3, n. 1/2, p. 13-27, jan./dez. 1996.

JESUS, P. de. **Extensionista rural e gestão de empreendimentos econômicos solidários: algumas questões em torno de aprendizagem e motivação**. Recife: Bagaço, 2005.

JESUS, P. de. Desenvolvimento local. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Vaz, 2003. p. 72-75.

KLISKSBERG, B. **Repensando o Estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismo**. Tradução Joaquim Ozório Pires da Silva. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 64)

LAYRARGUES, P. P. et al. **Identidade da educação ambiental brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

LESBAUPIN, J. O crescimento da desigualdade social no Brasil. In: **Poder local x exclusão social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LIMA, I. de S. Aspectos didáticos da extensão rural para o desenvolvimento local. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004, Porto Alegre. **Trabalhos apresentados...** Porto Alegre: UFRS, 2004.

LIMA, I. de S. A extensão rural educativa e a pedagogia da alternância: uma abordagem de comunicação rural para a formação de agricultores. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007, São Paulo. **Trabalhos apresentados...** São Paulo, 2007.

LIMA, I. de S.; JESUS, P. de. A pesquisa na prática da extensão rural para o desenvolvimento sustentável: alguns fundamentos epistemológicos. In: TAVARES DE LIMA, J. R.; MASSIP, C. **Pratiques réflexives et formation de formateurs em alternance**. Paris: L'Harmattan, 2004.

MAPA de Gravatá. 1 mapa, color. Escala indeterminável. Disponível em: <[www.viagravata.com.br](http://www.viagravata.com.br)>. Acesso em: 5 nov. 2007.



MAPA de Pernambuco. 1 mapa, color. Escala indeterminável. Disponível em: <<http://acertodecontas.blog.br/wp-content/uploads/2008/01/mapa-da-estradas-de-pernambuco.jpg>> . Acesso em: 5 nov.2007.

MARTÍNEZ, A. J. **De la economía ecológica al ecologismo popular**. Barcelona: Icara, 1994.

MARTINS, J. C. Los retos por uma sociedade a escala humana: el desarrollo local. In: MARTINS, J. de S. **Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível**. Brasília: MDA, 2000.

MONTEIRO FILHA, M. J.; ANDRADE NETO, A. B.; ORO, Y. M. de B. A. **Associativismo e tecnologia de gestão em empreendimentos coletivos: o caso do engenho Acaú de Cima no município de Condado**. Monografia (Especialização em Gestão de Organizações Associativas e Cooperativas) - Curso de especialização em associativismo/cooperativismo, UFRPE, Recife, 2006.

MOREIRA, C. N. **A prática da assistência técnica e extensão rural junto a agricultores de base familiar no contexto de assentamento de reforma agrária: um estudo analítico do caso da zona da mata de Pernambuco**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de mestrado em extensão rural e desenvolvimento local, Recife, UFRPE, 2006.

MOTA, N.; COSSON, L. **Florestania, mateiros, varadouros, ramais, igarapés: a extensão rural no pólo agroflorestal Dom Moacir, Bujari, Acre**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de extensão rural e desenvolvimento local, Recife, UFRPE, 2006.

NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. (Ciências Sociais da Educação).

OLIVEIRA, M. K. de. **Vygotsky aprendizagem e desenvolvimento um processo sócio-histórico**. 6. ed. São Paulo: Scipione, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, DF, 1996.

PAIVA, M. V. Proposta de mestrado apresentada a UFPE, Recife: 2003

PERNAMBUCO. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.condepefidem.pe.gov.br>>. Acesso em: 5 abr. 2008.

PIRES, M. L. L. e S. **O cooperativismo em questão**: a trama das relações entre prometo e prática em cooperativas do nordeste do Brasil e do leste ( Québec) do Canadá. Recife: Massangana, 2004.

PIRES, M. L. L. e S. Cooperativismo: limites e perspectivas na era da globalização. **R. Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, ano 7, n. 14, 2005.

PIRES, M. L. L. e S.. A (re)significação da extensão rural a partir da ótica da inclusão: a via cooperativa em debate. In: TAVARES LIMA, J. R. (Org.). **Extensão rural e desenvolvimento sustentável**. Recife: Bagaço, 2003. p. 45-70.

PUTNAM, R.D. The prosperous community: social capital and public life. **The American Prospect**, 1993.

SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, T. M. S. Comunicação rural: do difusionismo tecnológico ao desenvolvimento local. In: PRORENDA RURAL. **Extensão e o novo espaço rural no nordeste brasileiro**. Recife: Bagaço, 2003.

SANTOS, T. M. S.; CALLOU, A. B. F (Org.). **Associativismo e desenvolvimento local**. Recife: Bagaço, 2006.

SANTOS, T. M. S.; LIMA, C. M. D. Comunicação e desenvolvimento local: a recepção popular das incubadoras tecnológicas de cooperativas. In: CIMADEVILLA, G. (Coord.). **Comunicación, tecnología y desarrollo**: debates actuales. Córdoba: Universidad Nacional de Río Cuarto, 2004. v. 7, p. 3-237.

SEN, A. **Development as freedom**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

SINGER, P.; BACELAR, T. Economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., 2006, Brasília, DF, **Anais...** Brasília, DF, 2006.

SINGER, P. de. Desenvolvimento local. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Vaz, 2003. p. 116.

SOUZA, M. A. **Metrópole e globalização**: conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: CEDESP, 1999. p. 169-177.

SUGIMOTO, L. Para a pobreza rural dar certo. **Jornal da Unicamp**, Campinas, 24 maio 2004. Disponível em: <<http://www.unicamp.br>>. Acesso em: 1 de jul 2007.

TAVARES DE LIMA, J.R.; FIGUEIREDO, M. A. B. Extensão rural e desenvolvimento local. In: TAVARES DE LIMA, J. R. (Org.). **Extensão rural e desenvolvimento sustentável**. Recife: Bagaço, 2003. p. 71-92.

TAVARES, J.; RAMOS, L. (Org.). **Assistência técnica e extensão rural**: construindo o conceito agroecológico. Manaus: Bagaço, 2006.

VEIGA, J. E. da. Delimitando a agricultura familiar: reforma Agrária. **R. ABRA**, Campinas, n. 2/3, p. 128-141, maio/dez. 1995.

VEIGA, J. E. S. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1991.

WANDERLEY, N. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas... **Estudos Sociedades e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, out. 2000.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campensionato brasileiro. In: TEDESCO (Org.). **Agricultura familiar**: realidade e perspectivas. Passo Fundo: UPF, 2001.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e método**. 3. ed. Porto Alegre: Bookmom, 2005.

## ANEXOS

### ANEXO A – Espaço Agroecológico das Graças -Recife



#### 1.1 TRANSPORTE DO ESPAÇO AGROECOLÓGICO DAS GRAÇAS

Visita dos Alunos do Curso Tecendo Saberes MDA

Foto: Maria José M. Filha /Fevereiro/2008



**1.2 CONSUMIDORES DO ESPAÇO AGROECOLÓGICO DAS GRAÇAS**  
**Visita dos Alunos do Curso Tecendo Saberes MDA**  
**Foto: Maria José M. Filha /Fevereiro/2008**

**ANEXO B – Espaço Agroecológico das Graças**



**2.1 ESPAÇO AGROECOLÓGICO DAS GRAÇAS**  
**PRODUTOS SOLIDARIEDADE**  
**& DIVERSIDADE**  
**Visita dos Alunos do Curso Tecendo Saberes MDA**  
**Foto: Maria José M. Filha /Fevereiro/2008**



**2.2 ENTREGA EM DOMICÍLIO**  
**ESPAÇO AGROECOLÓGICO DAS GRAÇAS**  
**Visita dos Alunos do Curso Tecendo Saberes MDA**  
**Foto: Maria José M. Filha /Fevereiro/2008**

**ANEXO C – Espaço Agroecológico de Olinda**



**3.1 CONSUMIDORES ESPAÇO AGROECOLÓGICO DE OLINDA**  
**Visita dos Alunos do Curso Tecendo Saberes MDA**  
**Foto: Maria José M. Filha /Fevereiro/2008**



**ESPAÇO AGROECOLÓGICO DE OLINDA**  
**Visita dos Alunos do Curso Tecendo Saberes MDA**  
**Foto: Maria José M. Filha /Fevereiro/2008**



### 3.3 VISTA DO ESPAÇO AGROECOLÓGICO DE OLINDA

Visita dos Alunos do Curso Tecendo Saberes MDA

Foto: Maria José M. Filha /Fevereiro/2008

#### ANEXO D – Espaço Agroecológico de Gravatá



#### 4.1 PRODUTOS DO ESPAÇO AGROECOLÓGICO DE GRAVATÁ

Foto: Maria José M. Filha Maio/2008





#### 4.2 PRODUTOS DO AGROECOLÓGICO DE GRAVATÁ

Foto: Maria José M. Filha Maio/2008

### ANEXO E – Espaço Agroecológico de Gravatá



#### 5.1 ESPAÇO AGROECOLÓGICO DE GRAVATÁ

Foto: Maria José M. Filha Maio/2008







## 5.2 ESPAÇO AGROECOLÓGICO DE GRAVATÁ

Foto: Maria José M. Filha Maio/2008

## ANEXO F – Espaço Agroecológico de Boa Viagem



## 6.1 ESPAÇO AGROECOLÓGICO DE BOA VIAGEM

Foto: Maria José M. Filha Maio/2008



## 6.2 ESPAÇO AGROECOLOGICO DE BOA VIAGEM

Foto: Maria José M. Filha Maio/2008



### ANEXO G - ROTEIRO DE PESQUISA



Universidade Federal Rural de Pernambuco

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEEX

ROTEIRO DE PESQUISA para Dissertação de Mestrado

**Título : AMA-Gravatá: UMA ESTRATEGIA DE ASSOCIATIVISMO, DE AGROECOLOGIA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO PERNAMBUCO-(BR)**

**Aluna :** Maria José Monteiro Filha

**Orientadora:** Professora: Dra Irenilda de Souza Lima

**Data da entrevista:**

**Local:**

**Publico:**

**Entrevistado:**

- 1) Como tomou conhecimento da existência AMA-Gravatá?
- 2) Qual foi o principal motivo que lhe levou a ser sócio da AMA-Gravatá, e há quanto tempo é sócio?

- 3) Como sócio da AMA, quais os momentos que você mais aprende sobre a produção orgânica e sobre o meio ambiente?**
- 4) Nas feiras que participa, como é a sua conversa com os seus fregueses?**
- 5) Existem pessoas que apenas visitam a feira? Em geral quem são? O que querem? E como é a conversa com essas pessoas?**
- 6) Percebe alguma influencia da AMA na vida da comunidade de São Severino, além do processo de comercialização da produção orgânica? (aspectos de saúde, educação, política etc)**
- 7) Existe alguma influencia da AMA na vida do Município?**
- 8) Quais os resultados financeiros, obtidos com a produção e comercialização orgânica, comparado com a sua produção antes de ser sócio da AMA?**